

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 8 de Dezembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1096 • Director: Carlos Brito

## Intensificam-se as lutas sociais contra

Págs. 8 e 9

# AUMENTOS DE MISÉRIA

## Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em Lisboa

Págs. 20 e 21



## A política cultural em visita

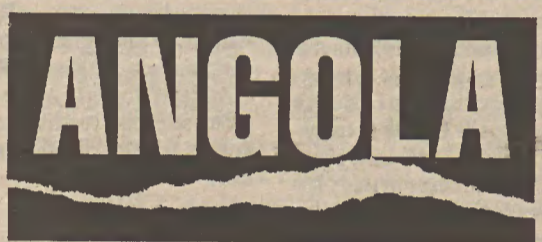
**Reportagem**

por Henrique Custódio Centrais



## Doeu-lhes a Conferência

• Artigo de António Lopes Pág. 18



Nota da Comissão Política Pág. 32

## CUBA Encontro Mundial de Solidariedade

Págs. 14 e 23

## ORÇAMENTO DO ESTADO

Propostas do PCP para maior justiça social

Pág. 12





Reunião dos deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia

## RESUMO

### 29 Terça-feira

O PCP reclama mais 4,2 milhões de contos para o distrito de Lisboa para «suprimir omissões» do Orçamento ■ Quadros técnicos navais do Bolama são acusados pelo Ministério Público de homicídio por negligência, na conclusão do inquérito judicial sobre o naufrágio do navio ■ O Estado propõe-se cobrar, este ano, dez dias mais cedo as receitas do IVA referentes à declaração mensal de Outubro ■ Ali Alatas confirma a disposição de prosseguir as conversações em Lisboa, sob os auspícios da ONU ■ O comandante militar de Timor-Leste afirma que 30 timorenses detidos nos recentes confrontos serão «devolvidos brevemente às famílias».

### 30 Quarta-feira

A CDU de Cascais critica a gestão socialista da Câmara ■ O secretário de Estado do Orçamento reúne-se com os trabalhadores da administração pública para apresentar proposta sobre salários ■ Fernando Nogueira reconhece que a reparação de aviões angolanos foi um erro, mas insiste em que Portugal não vendeu armas a Angola ■ A Direcção-Geral de Contribuições e Impostos alarga o prazo para a regularização das dívidas ao fisco e à segurança social até 30 de Dezembro ■ Silvio Berlusconi reúne-se com sindicatos italianos para evitar uma greve geral ■ A Comissão Europeia multa 33 empresas cimenteiras da Europa, entre as quais a Secil e a Cimpor, devido a acordos ilegais de partilha de mercado ■ O rei do Nepal dá posse a um Governo comunista ■ O Tribunal Comercial de Paris decide pôr as empresas de Bernard Tapie sob tutela judicial ■ Um navio italiano afunda-se ao largo da costa somaliana, causando três mortos.

### 1 Quinta-feira

Durão Barroso afirma, em Bruxelas, que o Governo português quer intensificar a cooperação militar com Angola ■ O Governo britânico propõe a data de 7 de Dezembro para a abertura de conversações directas e oficiais com o Sinn Féin ■ Representantes de 42 países assinam, em Paris, uma declaração que enuncia os direitos dos doentes com Sida e os deveres dos responsáveis políticos ■ A cimeira da NATO em Bruxelas apela à solidariedade atlântica na Bósnia ■ O Governo da Tchetchénia afirma que prefere a morte à rendição a Moscovo e Bóris Ieltsin anuncia medidas para «restabelecer a ordem constitucional» no território ■ Ernesto Zedillo torna-se chefe de Estado do México.

### 2 Sexta-feira

O Governo envia uma carta ao Presidente da República em que

manifesta a sua discordância face à recusa de nomeação de Mendes Dias como chefe do Estado-Maior da Força Aérea ■ Mário Soares revela que recebeu uma carta do presidente angolano desculpando-se da sua ausência na cimeira adiada dos países de língua portuguesa ■ No Conselho de Segurança da ONU, a Rússia vota um projecto de resolução com vista a proibir o fornecimento de combustível aos sérvios da Croácia e da Bósnia pela Sérvia e Montenegro ■ O primeiro-ministro libanês demite-se ■ Um «ferry boat» naufraga nas Filipinas, desaparecendo 300 pessoas ■ Um exemplar do foguetão Ariane despenha-se no mar, destruindo um satélite de telecomunicações dos EUA.

### 3 Sábado

Quarenta autarcas do concelho de Vila Franca de Xira exigem a introdução de alterações no projecto do novo nó da auto-estrada do Norte, em Alverca ■ Milhares de pessoas desfilam, em Berlim, numa manifestação de apoio aos dirigentes do PDS que se encontram em greve da fome ■ Um chefe de mafia siciliana, Michelangelo La Barbera, é detido pelas autoridades italianas ■ Realizam-se eleições na Formosa para escolher o governador e dois presidentes de câmaras.

### 4 Domingo

Realiza-se em Lisboa o 2º Congresso da Confederação Nacional da Agricultura ■ O PCP refere que a recondução do CEMFA é «da competência estrita do Presidente da República» ■ Mário Soares considera que o caso OGMA não foi esclarecido ■ Realiza-se a primeira reunião formal da Comissão Conjunta encarregada de supervisionar a concretização do acordo de paz de Lusaca ■ A Grã-Bretanha ameaça retirar todos os contingentes da Força estacionados na Bósnia, se o plano de paz elaborado pelo Grupo de Contacto internacional não for aceite por todas as partes em conflito.

### 5 Segunda-feira

Carlos Carvalhas participa na sessão de abertura da reunião dos deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em Lisboa ■ PCP apresenta dois projectos lei sobre toxicoddependência e combate ao narcotráfico ■ O ministro do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira, reconhece que a retoma da economia portuguesa ainda não se fez repercutir nos consumidores ■ Em Budapeste, inicia-se a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, onde o presidente russo insiste no não alargamento da NATO ■ A Ucrânia, Bielorrússia e Cazaquistão assinam em Budapeste o Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares.

## A embrulhada institucional e o País

Foi o, a todos os títulos suspeitíssimo, «Independente», desde sempre incondicional da UNITA, quem lançou a operação da «clara violação ao embargo internacional de venda de armas para Angola».

Apesar dos «documentos secretos» citados por aquele semanário afecto ao CDS se reportarem a «vendas de serviços e material» por parte das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) ao governo de Angola, que se teriam verificado em 1993 «quando a guerra voltou»;

— apesar de nunca ter existido qualquer embargo internacional ao governo angolano;

— apesar de depois da «guerra voltar» por iniciativa da UNITA que não aceitou o resultado das eleições, democráticas e justas como foram reconhecidas internacionalmente, o Governo de Angola ter anulado unilateralmente a cláusula «triplo zero» e a declaração conjunta dos observadores (Portugal, Estados Unidos e Rússia) de Julho de 93 ter reconhecido «o direito à legítima autodefesa» do Governo angolano e anunciado que «via com simpatia os seus esforços para adquirir meios para se defender»;

— apesar de tudo isto, a que se junta a sua proclamada defesa das relações normais de Estado a Estado com Angola e com todos os PALOPs, o Governo de Cavaco Silva revelou, em face da acusação do «Independente», uma tão completa perturbação e reagiu de formas tão canhestras que só se podem compreender pela ambiguidade das suas posições face ao conflito angolano e pelos velhos compromissos com a UNITA e outros adversários do Governo de Angola.

Ao longo de toda a última semana, assistiu-se a um verdadeiro festival do disparate nas desculpas, nas invenções e nas contradições com que o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa se quiseram furtar ao assumir de responsabilidades com a habitual arrogância com que mentem e se recusam a prestar contas ao país.

Entretanto, os «lobbies» de Savimbi alvoroçaram-se julgando talvez que podem desta forma devolver à UNITA pelo menos a iniciativa que esta tem perdido com as derrotas sofridas no terreno e outros a pretexto da hipócrita defesa da «equidistância» de Portugal em relação aos «dois beligerantes angolanos» pensaram explorar um episódio de tão infelizes repercussões externas (especialmente em relação a Angola e aos outros PALOPs) para obter efeitos no curso da política interna no nosso país.

A questão das «vendas das OMGA» a Angola foi, assim, estra-

nhamente introduzida no conflito institucional entre Belém e S.Bento, originando uma complicada embrulhada de boatos que correram nos meios políticos durante a semana, chegando a falar-se de «demissão do Governo», de «dissolução da Assembleia» e até, revelador da mãozinha do CDS, de «um governo de gestão presidido pelo antigo ministro de Salazar, Adriano Moreira».

Fora dos boatos, porém, a oposição de Mário Soares à recondução do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Mendes Dias, sendo uma competência discricionária do Presidente da República e por isso naturalmente legítima, constitui, na medida em que se funda-

*O que é preciso dizer é que felizmente para Portugal e para as suas relações com o povo irmão de Angola, há um partido no nosso país — o PCP — que sempre defendeu de forma consequente e em todas as circunstâncias o relacionamento privilegiado de cooperação com Angola e os outros PALOPs, no que coincide, aliás, com o próprio imperativo constitucional.*

menta no não esclarecimento das responsabilidades deste oficial general nos factos vindos a público, uma atitude sobre os mesmos.

Em contraste com a embrulhada institucional, que tem marcado a vida política nacional dos últimos dias, ressalta com muita clareza a posição assumida pelo PCP, na passada sexta-feira, ao sublinhar «que não acompanha, e crítica, que forças e responsáveis políticos façam das relações entre os dois Estados um aproveitamento que, a par de motivações de política interna, tende objectivamente a criar dificuldades ao processo de paz angolano, a fortalecer as posições da UNITA e da direita portuguesa e a criar dificuldades ao normal relacionamento entre os dois Países e Estados.»

É pura estultícia, que quase dispensaria observação, pretender difundir a ideia, como têm feito alguns comentadores conhecidos pelo seu ardor anticomunista, que «o Governo encontrou um inesperado aliado no PCP».

O que é preciso dizer é que felizmente para Portugal e para as suas relações com o povo irmão de Angola, há um partido no nosso país — o PCP — que sempre defendeu de forma consequente e em todas as circunstâncias o relacionamento privilegiado de cooperação com Angola e os outros PALOPs, no que coincide, aliás, com o próprio imperativo constitucional.

É de acordo com esta posição de princípio que o PCP aprecia os recentes acontecimentos não poupando críticas ao Governo tanto pelas suas ambiguidades e mentiras em relação às acusações vindas a público das OGMA, como pelas facilidades e protecções de toda a ordem que tem prestado e continua a prestar à UNITA e em relação às quais os defensores da «equidistância» nunca fizeram reparo.

Esta crítica está desenvolvendo expressa na referida tomada de posição de sexta-feira passada, que a generalidade da comunicação social ignorou, provavelmente para melhor continuar a confundir a opinião pública.

Confundir a opinião pública é outro dos efeitos da presente embrulhada institucional. Seguramente um efeito desejado onde comungam o Governo do PSD e os seus opositores do PS e do CDS.

Assim não têm que tratar do incómodo caso das facturas falsas, nem das dívidas ao fisco, desviam as atenções das privatizações escandalosas como a do Pinto e Sottomayor para as mãos de Campalimaud e das anunciadas indemnizações aos latifundiários no montante de muitas dezenas de milhões de contos e nem têm que se pronunciar sobre os míseros aumentos das reformas e pensões e que o Governo quer também aplicar na administração local e central.

Aqui vai, no entanto, fiar mais fino, pois a luta intensifica-se contra os salários de miséria com as greves já fixadas para o próximo dia 9 e com as outras acções de protesto e luta já anunciadas para a próxima semana.

Mais uma vez a luta dos trabalhadores da administração local e central reveste uma grande importância para os demais trabalhadores, pois o Governo e o patronato tenderão a fazer dos aumentos por eles conseguidos a bitola máxima de todos os aumentos.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socio Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 793 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Roxa — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)  
50 números: 6 750\$00;  
25 números: 3 487\$50

ESPAÑA  
50 números: 13 300\$00

EUROPA  
50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU  
50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA  
50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## Os cavalos a correr...

Beneficiando obviamente de facilidades concedidas pelo PSD no âmbito do que se costuma chamar a «propaganda da propaganda», logo na manhã de segunda-feira o «JN» podia anunciar que «o puro sangue lusitano, generoso e temperamental» seria «o elemento audiovisual dominante em todo o tempo de antena do PSD» que a RTP transmitiria na noite desse dia, numa escolha destinada a exprimir a «impetuosidade triunfante» da mensagem televisiva do PSD.

De facto, assim foi. Com o «Bolero» de Ravel sempre em fundo, lá tivemos os cavalos a correr ao serviço da esfalfante missão de fazer os portugueses aprender quanto do prestígio mundial de Portugal, do progresso e modernização do país e da vida boa e feliz do seu povo se deve ao PSD e a Cavaco Silva.

Sejamos compreensivos com o PSD: quem não tem cão, caça com gato.

Não há agora uma selecção nacional de juniores campeã mundial cujas imagens

possam ser instrumentalizadas pela propaganda do PSD. E o «novo homem português», que Cavaco Silva em tempos anunciou pretender criar, ainda não começou a sair da linha de montagem e, por isso, também não pode ser exibido em tempos de antena de televisão.

Sem os juniores campeões e sem exemplares decentes e creíveis do «novo» português, compreende-se, a muitos títulos, que o recurso aos cavalos lusitanos — impetuosos mas domados, fortes mas irracionais, correndo em manada na direcção imposta pelo susto causado pelo helicóptero por conta das filmagens do PSD — tenha agradado aos responsáveis do PSD.

O resto do tempo de antena não tinha nem história nem novidade. Porque, tirando os miserabilistas e catastrofistas do costume, todos sabemos que nós, portugueses valentes comandados pelo Prof. Cavaco, «estamos a vencer a crise internacional que nos bateu à porta» e «aproximamo-nos a passos largos dos países

mais desenvolvidos da Europa», que Portugal é o máximo para estrangeiros. Porque, tirando os pessimistas e derrotistas do costume, todos sabemos que «Portugal deu a volta e está a vencer» e que, tal como aquele inesquecível casal «descoberto» pelo PSD, tivemos mais dinheiro este ano e até já não precisamos dessas misturas de apartamentos de férias alugados a meias.

Mas então — perguntará algum leitor mais desejoso de equilíbrio e imparcialidade — não se salvou nada no tempo de antena do PSD?

Claro que sim. Nem mais nem menos que os cavalos lusitanos — bonitos e simpáticos animais — e o «Bolero» de Ravel.

Naquela peça de mistificação e ilusionismo, eram os únicos inocentes. Ninguém lhes pediu opinião e, por sinal, até já existiam antes de Cavaco Silva ter empreendido esse pesadelo que cinicamente baptizou de «democracia de sucesso».

■ Vítor Dias

## O Predador

O anúncio de que a *Portugal Telecom* figura entre as vinte e seis principais empresas do mundo que vão ser privatizadas durante o ano de 1995 chama vivamente a atenção para o sector das telecomunicações portuguesas e para o seu futuro. E projecta uma luz forte sobre os interesses e os protagonistas daquele que constitui, sem dúvida, um dos maiores escândalos da época cavaquista.

Perdidas no tempo as justificações «técnicas» que determinaram a retirada aos CTT do seu sector de telecomunicações e a formação da *Telecom*. Desencadeada depois, e a toque de caixa, a fusão dos três operadores de serviço público — a *Telecom*, os *TLP* e a *Marconi*, aos quais foi acrescentada a *TDP* (resultante de uma cisão patrimonial da *RTP*) — e constituída no seu lugar uma super-empresa, a *Portugal Telecom*. — O objectivo da privatização do serviço público emergiu finalmente como o motor e o critério exclusivo das transformações levadas a cabo pelo Governo no sector das telecomunicações.

No vértice deste processo e ocupando a presidência da *Portugal Telecom*, um verdadeiro predador «laranja»: Luís Todo-Bom, antigo secretário de Estado da Indústria, «gestor» de empresas públicas, vice-presidente do PSD, e «ponte» cada vez mais visível para o Grupo Espírito Santo.

Grupo Espírito Santo cujos interesses vão crescendo no sector das telecomunicações: dominam a *Telecel* (com a *Amorim* e os *Americanos da Pactel*), a quem foi concedida uma das duas redes de telefone móvel (a outra pertence à *TMN*, ligada à *Portugal Telecom*); detém 5% das acções da *Marconi* para cuja administração «por solicitação expressa do Governo foi nomeado um administrador privado, que, por acaso (sic), está ligado ao grupo» (declarações de *Todo-Bom* ao último *Expresso*); e por último, mas não menos revelador, são simultaneamente avaliadores da *Portugal Telecom* e seus potenciais investidores. Perfeito como nos filmes.

De modo que quando *Todo-Bom* anuncia para 1995 o escandaloso aumento das chamadas locais em 8% (muito acima da inflação prevista), ao mesmo tempo que perspectiva novos aumentos da ordem dos 50% até ao ano 2003, torna-se difícil de distinguir a qualidade em que faz essas afirmações.

Será a de futuro administrador do monopólio pela parte do Grupo Espírito Santo? Ou da *Deutsche Telekom*? Ou representará ambos?

■ Edgar Correia

## O PCP está bem e recomenda-se

Sobre a Conferência Nacional do PCP foram ditos e escritos muitos sonoros disparates. Uns decorrentes de óbvias limitações dos seus autores, da ilimitada ignorância que os possui. Outros decorrentes de clara intenção manipuladora. Outros, ainda, nascidos da ligação incestuosa das duas primeiras decorrências.

As razões e os objectivos da Conferência eram claros e transparentes: dada a importância que têm as células de empresa num partido como o PCP, as dificuldades objectivas e subjectivas existentes, os obstáculos ao desenvolvimento da actividade das células, impunha-se — dando continuidade a esforços grandes que têm vindo a ser feitos no Partido — uma reflexão colectiva sobre a matéria e a procura de caminhos visando o seu reforço.

Foi o que aconteceu: com frontalidade, com verdade, sem fugir às questões. Como é hábito no PCP. Esta postura foi

entendido por alguns como o fim do Partido e, pela enésima vez, a morte do PCP foi dada como facto consumado.

Os cangalheiros impenitentes que não se cansam de anunciar a morte do PCP, sabem o que tem sido a actividade do Partido, o seu papel decisivo na luta contra a política de direita, a sua intervenção clarificadora e de reposição da verdade sobre o regime fascista e o carácter e o conteúdo da revolução de Abril, o debate com o País, a preparação da Conferência. Sabem, mas fingem desconhecer — para procurarem dar credibilidade à sua vocação necrológica.

No Público, António Barreto comete a proeza de, em dúzia e meia de linhas, chamar a si, em notável síntese, todos os disparates, deturpações, manipulações e mentiras cometidas pelos seus gémeos nos restantes órgãos de comunicação social.

«Pela primeira vez, com anos de atraso, o PCP confessa que

está mal de saúde», afirma Barreto. Para ele «estar mal de saúde» significa afirmar pública e frontalmente dificuldades reais. Sendo assim, Barreto sabe que está a mentir. Como sabe, que o facto de os outros partidos não terem por hábito proceder assim não é sinal de boa saúde... e que o debate sobre as dificuldades na actividade do Partido nas empresas e a procura de soluções configura um grau de exigência único no panorama partidário nacional.

Barreto, hipocritamente, brinca com as causas das dificuldades da acção organizada dos trabalhadores. Mas sabe que: em milhares de empresas a acção dos trabalhadores em defesa dos seus interesses é condicionada, perseguida, reprimida; existe um Governo que permite e estimula o patronato a agir assim; face a essa realidade, o PS assobia para o ar e finge que não vê; a precariedade do emprego pesa como ameaça permanente sobre centenas

de milhares de trabalhadores; o exercício do direito de expressão, de opinião pode levar à perda do posto de trabalho. Sabe tudo isto e muito mais. Mas ele não tem problemas. Vive num mundo onde o dizer o que quer não só não lhe traz dificuldades como lhe dá enormíssimas vantagens. E estou em crer que não terá o salário em atraso.

Barreto sabe mas finge que não sabe. Por isso Barreto não é para ler todo (mesmo quando escreve só 18 linhas), nem para ouvir até ao fim (mesmo quando está calado): serve para virar a página, para mudar de canal.

Barreto é uma fraude. Uma gralha. Uma letra trocada: um o em vez de um e.

Tenham paciência todos — incluindo «*Expresso*» com a sua desesperada teoria do «golpe de Estado»: o PCP está bem e recomenda-se.

■ José Casanova

# ANGOLA

## Quem dificulta o quê?

A

polémica crispada envolvendo órgãos de soberania em torno dos serviços prestados pela OMGA ao Estado angolano mistifica o conteúdo do debate e tende a centralizá-lo em termos que prejudicam o futuro das relações entre Portugal e Angola, a importância das quais ninguém ousa contestar.

Constitui ou não constitui mistificação do debate colocar no mesmo pé uma força política militar, derrotada eleitoralmente, e um governo legítimo, e legitimado por eleições e reconhecido por toda a comunidade internacional?

Quem pode aceitar que duas realidades distintas possam funcionar como sendo duas realidades idênticas?

Qualquer governo, fundado nas leis da democracia representativa, constitui-se, quer se queira quer não, a partir do partido mais votado. No caso de Angola o governo não é o governo do MPLA, é antes o legítimo governo de Angola onde a maioria dos seus membros serão do MPLA, por este partido ter ganho as eleições por maioria absoluta.

A esta luz as relações entre Portugal e o governo angolano são totalmente legítimas e indispensáveis para uma maior afirmação internacional do país e defesa da independência nacional, sobretudo num quadro de desejável crescente diversificação das relações externas portuguesas.

Ora este relacionamento, bem como o seu futuro são demasiado importantes para poderem servir de aproveitamento para disputas de carácter interno ou para prosseguir políticas com ambiguidades indistiguíveis.

As relações entre os dois países e Estados são de grande valor para os dois países desde que (vantajosas para ambos, e, por isso, devem ser pacíficas) baseadas nos consagrados princípios do Direito Internacional de igualdade, vantagem recíproca, não ingerência nos assuntos internos. Elas podem e devem abranger os mais diversos domínios de cooperação entre os Estados, incluindo naturalmente a cooperação militar, indiscutível quando se trata do exercício de prerrogativas de soberania interna.

A esta luz a polémica em torno dos serviços prestados pela OMGA é mistificante, pois pretende concluir que o Estado angolano é simplesmente uma parte envolvida num conflito com outra parte (a UNITA) com o mesmo peso, valor e legitimidade.

Ora tamanha monstruosidade é na verdade pura mistificação que apenas serve velhos projectos de promoção da UNITA a todo o custo e tende a prejudicar o próprio processo de paz angolano e a rápida implementação (que a UNITA continua a dificultar) dos acordos de Lusaka.

Este Governo merece também sérias críticas quanto ao relacionamento com Angola, pois a UNITA continua a dispor de facilidades e apoios no país, que são incompatíveis com as normais relações de dois Estados independentes.

O Governo de Cavaco Silva não foi nunca capaz de assumir uma posição de Estado no relacionamento com Angola, e por isso vai deixando a UNITA à solta em território português.

As relações entre Portugal e Angola são demasiado importantes para servirem de aproveitamento para disputas internas. O debate na sociedade que merece a pena travar deve centrar-se nas medidas para que esse relacionamento flua entre os dois países com a maior normalidade e sem interferências. Enquanto a UNITA beneficiar em Portugal de tão elevada protecção, e enquanto se ousar teimar em equiparar um partido político com um Estado, não se caminha na boa direcção.

■ Domingos Lopes





## ► Entrevista de Diniz de Almeida

Do nosso leitor Saraiva Canejo, químico-farmacêutico, de Lisboa: "As minhas sinceras felicitações pela entrevista que o nosso "Avante!" fez ao capitão de Abril, Diniz de Almeida. Creiam que me emocionou tal cara, sem dúvida das mais simpáticas dos então jovens capitães, e ao ler algumas palavras de quem muito sabe da revolução de Abril e de quem muito arriscou por ela. É de muito louvar o "Avante!" por nos colocar em contacto com um capitão de Abril, pois muitos de nós não sabemos por onde andam, como vivem ou o que fazem, actualmente, esses valentes ainda vivos.

Fiquei contente por saber que Diniz de Almeida, segue na vida com valor, competência, saber e honra. Rever, mais uma vez, um valente, é reconfortante; estou a vê-lo de G-3 em punho por entre paraquedistas enganados pelo traíçoero 11 de Março, conciliador mas pronto para a luta, foi para mim a prova de que estava perante um Homem.

São gestos como estes que nunca mais esqueceremos e nos fazem lembrar os bravos capitães de Abril e de entre eles citarei: o cap. Paulino, o Andrade e Silva, o Clemente, etc., além de uma citação, muito sentida, para o malogrado Ramiro Correia. Um muito obrigado ao nosso "Avante!" e cordiais saudações ao senhor capitão Diniz de Almeida".

## ► Aumentos de pensões

Do leitor de Lisboa, Jorge Manuel Antunes:

"Foram divulgados os aumentos para pensões de reforma e com a sua divulgação veio a demagogia do Governo. Quando estamos no final do século XX e o nosso país (?) faz parte da Europa desenvolvida e civilizada, haver pessoas a viver com 27 600\$00 mostra bem a nossa qualidade de vida e o respeito que têm pelos reformados.

É com toda a naturalidade que o Governo vem falar em grande esforço financeiro para aplicar tais aumentos, só que os tais aumentos são traduzidos em 47\$00 por dia. Fica difícil aos pensionistas saber para que dá o aumento, para duas carcaças? Nem para um café serviu o aumento, mas que o Governo se esforçou, lá isso esforçou.

Os pensionistas não ficaram isentos do aumento do IVA sob os bens de consumo de primeira necessidade, mas também foram beneficiados com a diminuição da carga fiscal sob artigos de luxo que passou de 30 para 17%, o problema é saber se o leite, pão, arroz, batatas, etc., são para os ministros considerados artigos de luxo. Não é difícil de entender a política do PSD/Governo, pois vem governando a favor das classes mais abastadas e o resto é demagogia, estão preocupados, mas os ricos vão sendo cada vez mais ricos, e os com menos posses também vão sendo mais, a começar por quem se reforma.

Quando vier a campanha eleitoral lá virá o papão do Governo a dizer que ou votam no seu partido ou as reformas ficam em perigo. É a política de dar pouco para parecer muito a quem recebe, a dignidade das pessoas não conta.

Com o aumento das pensões e se forem poupados, os pensionistas daqui a sete ou oito meses poderão comprar um par de sapatos, afinal o Natal é quando o homem quiser.

Talvez que o que esteja a fazer falta é os senhores ministros passarem à situação de reformados, mas não com reformas diferentes das que tiveram 1 400\$00 de aumento.

Pode ser já em Outubro de 95 e cabe aos actuais pensionistas contribuírem para que tenham como colegas tais ilustres pensantes".

## ► Ainda "Os novos descobridores do Alentejo"

Do nosso leitor, Joaquim José Trindade, de Fronteira.

"Amigos e senhores:

Ainda a respeito da carta de Miguel Sousa Tavares ao "Avante!", esse indivíduo, que em 23 anos realizou o seu sonho de ter uma casa no Alentejo, ou melhor, uma casa de campo, porque agora tanta admiração desse sr. por o trabalhador agrícola que levou a vida a ser explorado e sacrificado querer a reforma agrária para garantir o seu posto de trabalho, já que, ao contrário do sr. Tavares, nem a uma casinha para residência teve direito? Será que só esse sr. terá o direito de sonhar? Nem todos tiveram a sorte..."

## ► Livros

O editor Leonardo de Freitas, da editorial, "O Escritor", escreveu-nos para nos transmitir o seguinte:

"Com os nossos cumprimentos, vimos pela presente sugerir a criação no jornal "Avante!" de uma "Secção de Recomendação de Livros", à semelhança do que muito bem acontece com o Cinema." Independentemente, do seguimento que venhamos a dar à sugestão que nos apresentou, agradecemos-lhe os livros que nos enviou e que passamos a nomear: "Ver e contar", de Correia da Fonseca; "Docas secas", de Fernando Miguel Bernardes; "Anos depois", de Leonilde Leal; "A enfermeira Olga", de Fernando Miguel Bernardes; "Aves de rapina", de Leonilde Leal; "Recordações de um caminheiro", de Alexandre Babo; "Memórias de um rufia lisboês", de Orlando Neves.

# Alentejo Apoios comunitários desviados para obras do Governo

O Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP (OIRA do PCP) fez uma análise à forma como o Governo Cavaco/PSD e a sua extensão para o Alentejo a CCRA, têm vindo a gerir os fundos do Novo Quadro Comunitário de Apoio em relação ao Alentejo. As conclusões da OIRA foram terça-feira divulgadas num documento que publicamos de seguida parte importante.

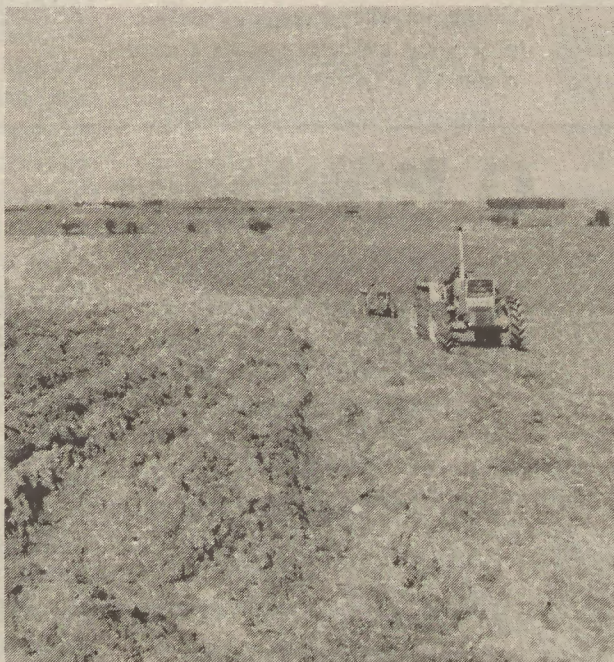
O Oira do PCP considera extremamente grave e condenável a política antidemocrática e discriminatória que o governo Cavaco /PSD persiste em prosseguir em relação ao Alentejo e que tem como traços essenciais: a escassez de meios disponibilizados até ao momento para o Alentejo; a intervenção governamentalizadora e centralista na gestão dos fundos; a marginalização das autarquias e outros agentes da região na definição das prioridades para o investimento; o sonegar sistemático da informação; a falta de transparência e o recurso a critérios discriminatórios e discriminatórios; a colocação de exigências e o levantar dificuldades com o claro objectivo de atrasar os financiamentos por forma a fazer coincidir estes com os calendários eleitorais previamente definidos pelo PSD.

O OIRA do PCP lembra que o investimento previsto para o Alentejo no 2º Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) é apenas de 8,3% do total dos fundos disponíveis incluindo Alqueva, não indo além dos 6,9% se não considerarmos este importante projecto que é de interesse nacional, e que mais de 92% dos fundos previstos para o Alentejo são totalmente governamentalizados tendo as autarquias e outros agentes da região sido completamente marginalizados da definição das prioridades para a sua aplicação.

Com a aprovação do Dec.-Lei 99/94 agravou-se a situação pois aos gestores, de nomeação governamental, foram atribuídas competências que, tal como o PCP alertou desde a primeira hora, lhes permite uma intervenção arbitrária e prepotente na aprovação dos projectos.

O que se passa no Programa Operacional do Alentejo é elucidativo. Fazem-se exigências descabidas aos municípios como as da entrega de «planos estratégicos», recusa-se a adopção de critérios que conduzam a um certo equilíbrio na distribuição dos fundos e, na prática, CCRA e gestor vêm transformando o Programa Operacional do Alentejo num instrumento para tapar o buraco do fraco investimento do governo na região usando-o, sobretudo o sub-Programa B, para suportar investimentos tais como reparação de estradas, hospitais, escolas, etc., que deviam ser custeados pelo PIDDAC e pelos programas sectoriais existentes.

Desta forma, os escassos recursos tão propagandeados para o Programa Operacional do Alentejo não passam afinal de uma grande mentira já que uma parte significativa dos mesmos



são de facto usados para financiar projectos da responsabilidade do governo o que se traduz numa dupla penalização para a região e defrauda as legítimas expectativas criadas às autarquias e outros agentes da mesma. Primeiro porque o pouco que se destinou para o Programa Operacional do Alentejo é desviado para obras de responsabilidade do governo que deviam ser financiadas por outra via e segundo porque as verbas que deviam financiar essas obras e assim reforçar o investimento no Alentejo acabam por ser desviadas para outras regiões.

Com o Interreg II a situação não é diferente. Para além das reduzidas verbas consideradas para o Alentejo o governo e a CCRA não cumpriram com os compromissos que tinham assumido no sentido de discutir com as autarquias os projectos a apresentar. Não só fizeram orelhas moucas às propostas que estas apresentaram como avançaram com critérios para a aplicação dos fundos que merecem o nosso mais vivo repúdio.

Primeiro, dos pouco mais de 3 milhões de contos que ficam

para investimento, a CCRA propõe-se ficar desde logo com cerca de metade para investimento próprio.

Depois pretende que a outra metade contemple apenas a área compreendida entre a IP2 e a fronteira contra a proposta dos municípios de se considerar todo o Alentejo. Finalmente acaba por apontar para que o milhão e meio de contos disponível vá reforçar as verbas das zonas Norte Alentejano, Mármores e Entre Mira e Guadiana que significativamente são as zonas onde se encontram os municípios de maioria PSD e PS, à excepção de um, margina-

lizando o Centro e Baixo Alentejo e o Litoral Alentejano onde os municípios são de maioria CDU.

Quanto ao Leader II a situação repete-se. O Alentejo, que no Leader I foi contemplado apenas com 2 das 20 iniciativas aprovadas, recebendo apenas 1,8 milhões (12%) dos 14,7 milhões disponibilizados, apesar de corresponder a 1/3 do território nacional e de ser todo ele uma zona rural, deprimida, em vias de desertificação e logo prioritária, corre o risco de vir a ser mais uma vez marginalizado e preterido face a outras regiões do País. Na verdade e apesar de estarem em consideração 35 iniciativas para o País fala-se em aprovar apenas 4 ou 5 para o Alentejo quando a situação exigiria no mínimo 10 a 12 não só para se conseguir algum equilíbrio em relação ao Leader I mas porque a situação do Alentejo o justifica plenamente.

Finalmente e em relação aos Fundos de Coesão o escândalo não é menor já que dos 497,4 milhões de ecus já aprovados para investimentos em Portugal até 27/10/94, segundo o Jornal Oficial das Comunidades Europeias, apenas 8,35 milhões de ecus, ou seja, 1,7% se destinam ao Alentejo.

Não é difícil compreender a razão pela qual os senhores do PSD, com destaque para o Primeiro-Ministro, combatem a criação e instituição das regiões administrativas.

Não é difícil perceber a razão pela qual a CCRA, que anda a reivindicar das autarquias planos estratégicos, sempre se recusou a elaborar um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Alentejo.

A situação que está é a que convém ao PSD e às suas clientelas. A situação que está é a que melhor serve a política do arbítrio, da prepotência, do clientelismo e tráfico de influências que caracteriza a intervenção do PSD (...)

## Segurança urbana em debate no Vitória

A Segurança Urbana foi tema de um debate realizado no passado dia 25 de Novembro, no CT de Vitória, em Lisboa, que contou com a presença de Luís Sá, da Comissão Política, José Neto, do Conselho Nacional, João Amaral, deputado na AR, entre um total de cerca de meia centena de participantes, que juntou vereadores e membros de juntas de freguesia de Lisboa e da margem sul, responsáveis de organizações do Partido e numerosas pessoas interessadas nestes problemas.

Os trabalhos inseriram-se no Debate com o País Para uma Nova Política tendo sido dirigidos por João Amaral.

Após a intervenção de abertura, proferida por José Neto, a qual publicamos na página 19 desta edição, usaram da palavra Carlos Gonçalves, sobre a problemática da toxicod dependência, e António

Filipe, que desmontou a proposta do PS de criação das polícias municipais e referiu o projecto do PCP de constituir conselhos municipais de segurança dos cidadãos.

Seguiram-se várias intervenções de autarcas dos concelhos da Moita, Oeiras, e outros, que expuseram as suas experiências e iniciativas no combate à criminalidade, viradas para os aspectos da prevenção e envolvimento das populações.

Luís Sá, que encerrou os trabalhos, ligou a criminalidade aos problemas resultantes da degradação efectiva da situação social e de uma crise das próprias formas de organização da sociedade, o que, segundo referiu, prova que «o capitalismo não resolve problemas, antes os agudiza cada vez mais».





## 7.ª Assembleia de Setúbal Reforçar a luta e o PCP

O feriado do 1.º de Dezembro foi aproveitado pelos delegados e convidados da Organização Concelhia de Setúbal do PCP para se reunirem no salão de conferências de uma instalação hoteleira da cidade e aí realizarem a sua VII Assembleia. Uma Assembleia participada por 161 delegados, com a sala sempre cheia, tendo por lá passado mais de trezentos militantes. O camarada Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do CC, tomou lugar na mesa da presidência e fez a intervenção de encerramento dos trabalhos.

Com uma proposta de Resolução (saída de um projecto que a Organização já apreciara) para debater, com uma nova Concelhia do Partido para eleger, o tempo, bem administrado pela camarada Dina, que presidiu, foi ainda assim curto. Sem grandes formalismos, os delegados foram, depois de lida a proposta

de resolução, fazendo as suas intervenções. Que passaram em revista as principais questões políticas, económicas, sociais e culturais do concelho, não sem deixar de sublinhar o óbvio — também em Setúbal se «têm acentuado os fenómenos de liquidação dos postos de trabalho, a redução do tecido produ-

vo industrial, da actividade piscatória, a degradação da prestação dos serviços de saúde, a acentuação das bolsas de pobreza, da criminalidade, da toxic dependência e insegurança das populações». Tal situação, afirma-se na Resolução, é «reflexo da política do Governo PSD à escala nacional».

«O prosseguimento da política de direita», afirma ainda a Resolução, «entre a VI e a VII Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal no nosso concelho, tem sido marcado pelo encerramento de várias empresas: Movauto, Sadifrio, Sociedade Industrial Setubalense, Tecnimetal, Clérigos, Viegas e Lopes, Óleos Vegetais Sta. Catarina, Cosider, Rosalinda, Aliconflex, entre outras, com a conseqüente liquidação dos respectivos postos de trabalho».

A Assembleia referiu ainda despedimentos em várias outras empresas, enquanto assinalava

o facto de que a criação de novos postos de trabalho é reduzida. Além disso foi sublinhado o facto de que «hoje, a quase totalidade dos trabalhadores estão sujeitos a precariedade do emprego».

E as lutas? «Os trabalhadores não cruzaram os braços», diz a Resolução. Isto apesar de «nos últimos três anos» se terem «confrontado com piores condições para a luta — uma mais apertada legislação laboral do exercício dos direitos, perseguição patronal, vínculos contratuais precários».

Aliás, essas lutas, muitas a decorrer, tiveram uma expressão viva na Assembleia. Nomeadamente com a moção que, aprovada por unanimidade e aclamação, manifestou «a mais profunda solidariedade à luta dos trabalhadores» da Valfrio, que mereceu dos comunistas do concelho «todo o apoio político que necessita». A empresa Torralta também foi alvo de uma moção aprovada por unanimidade e aclamação, condenando a política do Governo «objectivamente contrária aos direitos dos trabalhadores à segurança no emprego» e exigindo do executivo de Cavaco a assunção de responsabilidades.

Outras resoluções e moções foram aprovadas e aplaudidas, nomeadamente a que manifesta a solidariedade para com as populações que se indignam e lutam contra a instalação de uma incineradora na Mitrena.

As questões autárquicas foram também abordadas, denunciando — como refere a própria resolução — «a arrogância e soberberia da maioria PS, particularmente na Câmara e na Assembleia Municipal». A «incapacidade de diálogo e relacionamento com as entidades que intervêm no concelho», por parte dessa maioria liderada por Mata Cáceres, foi vivamente repudiada pela intervenção do camarada Jerónimo Lopes, membro da Concelhia e eleito da AM, que afirmou:

«O sectarismo vigente na actual gestão vai mais longe. Recusa atribuir ao pelouro vereador Ferra Inácio, nosso camarada, e ameaça implicitamente

retirar os atribuídos à vereadora Regina Marques, caso persista em apoiar as reclamações das populações!»

### Renovar

A Comissão Concelhia foi entretanto eleita. Composta por trinta e nove camaradas, dos quais 18 são operários, o novo organismo dirigente dos comunistas do concelho apresenta sinais concretos de uma vontade de renovação. Com efeito, 46 por cento dos elementos que a integram foram eleitos pela primeira vez. E cinco são jovens quadros da Juventude Comunista Portuguesa que assim vão contribuir, no Partido, para uma nova dinâmica.

No encerramento da Assembleia, que aprovou por unanimidade a Resolução, depois de um vivo debate ter acrescentado numerosas emendas ao respectivo projecto, falou o camarada Valdemar Santos, do CC e da DORS, que salientou a necessidade de retomar o trabalho com ânimo novo e uma atenção acrescida aos problemas ali tratados e às soluções avançadas.

Por fim, o camarada Domingos Abrantes interveio, integrando o debate da Assembleia nas questões da política nacional e salientando a necessidade de uma política democrática e de justiça social como base para o desenvolvimento. Confrontando a exigência de uma nova política, formulada pelos comunistas, com a «nova maioria» que o PS persegue, o dirigente comunista esclareceu que uma nova política exige a ruptura com a política de direita, sem o que não haverá alternativa democrática. E esta não poderá existir sem o PCP, sublinhou Domingos Abrantes, chamando a atenção para a importância das próximas eleições — «batalha decisiva que deve ser travada, desde já e por cada um de nós, e cujos resultados dependem da nossa capacidade de ligação às massas.»

Como também a Assembleia já o fizera, Domingos Abrantes salientou ainda a satisfação que ali se vivia pela grande participação da juventude.

## Salvar a metalomecânica pesada — DORL anuncia debate

A actividade das «Construções Mecânicas Mague» remonta ao início da década de 40, ligada à construção de grandes infra-estruturas básicas, como as Barragens do Castelo do Bode e Limpopo. Na década de 60/70, tal como a Sorefame, tornou-se numa das principais empresas nacionais da Metalomecânica Pesada, especializada na produção e fornecimento de equipamentos para Centrais Eléctricas (hídricas e térmicas) e aparelhos de elevação.

Entre muitos outros, os equipamentos electromecânicos das Centrais Térmicas de produção de energia eléctrica do Carregado, Setúbal, Sines e Pego (Grupos 1 e 2), assim como o Pórtico de 3000 toneladas para os Estaleiros Navais da Lisnave foram produzidos na Mague/Alverca, tornando-se neste sector, numa das mais qualificadas empresas do mercado nacional e internacional, tendo envolvido na sua produção, em 1982, um total de 2600 trabalhadores.

A Mague/Alverca, unidade produtiva de valor estratégico para o desenvolvimento da indústria e da economia portuguesa, tem hoje 360 postos de trabalho e destes apenas cerca de 60 trabalhadores estão directa ou indirectamente ligados à produção, sendo deste modo lançados no desemprego milhares de trabalhadores da Mague e do sector da metalomecânica pesada que constituem uma parte significativa da mão-de-obra mais qualificada do aparelho produtivo nacional.

A destruição de mais de 2200 postos de trabalho na Mague/Alverca e cerca de 10 mil no conjunto da Metalomecânica Pesada (teve cerca de 13 mil trabalhadores no início da década de 80), a par da sua descapitalização é, como todo o rigor, resultado do objectivo político de liquidar este sector, decidido e executado de modo meticuloso, pelo Governo PSD/Cavaco Silva e a multinacional ABB (Asea Brown Boveri de capitais suíços e suecos) que para o efeito constituíram uma Holding, a SENETE, em Julho de 1990, na base de capitais do Estado (IPE), MAGUE e ABB que hoje detém 51% do capital social da Holding.

A política capitulacionista do governo do PSD é tão escandalosa que se compromete na assinatura do protocolo de constituição da Holding SENETE a vender à ABB todas as acções que o Estado português e o capital privado venham posteriormente a alienar, bem como avaliza, só em 1993, um subsídio de 231 mil contos do IAPMEI (Instituto de apoio às Pequenas e Médias Empresas) para a multinacional ABB prosseguir a destruição deste sector estratégico da indústria e da economia portuguesa nacional.

A entrada da ABB no sector da Metalomecânica Pesada Nacional sempre foi apresentada e fundamentada pelo governo como condição para responder aos «desafios de competitividade» do sector e à «internacionalização da economia». Dizia a ABB, depois de entrar, que era preciso «reduzir alguns efectivos». «flexibilizar» para «responder aos desafios» e «crescer de forma rápida e económica».

Vê-se hoje, como dissemos na altura, qual o real propósito da ABB: aniquilar a Metalomecânica Pesada Portuguesa e apos-

sar-se do prestígio de empresas como a MAGUE e SOREFAME e das quotas destas no mercado nacional e internacional.

No quadro actual, só não vê quem não quer ver, que a brutal e em muitos aspectos irreparável destruição do nosso aparelho produtivo é consequência directa da política do governo do PSD de abandono da produção nacional para servir as estratégias do capital estrangeiro. O que o Governo está a permitir que se faça à Metalomecânica Pesada assume todos os contornos dum autêntico crime económico contra os interesses nacionais. É preocupante que a comunicação social em geral e especializada não dê o relevo devido às profundas e negativas alterações qualitativas que se estão a dar no aparelho produtivo atrasando a tomada de consciência do país para esta realidade.

O PCP, os trabalhadores da Metalomecânica Pesada Nacional e as suas Estruturas Representativas têm desde sempre desenvolvido a luta, têm apresentado propostas capazes de viabilizar e recuperar este sector estratégico. O PCP continua hoje a defender que a Metalomecânica Pesada é, em absoluto, indispensável ao País e é viável a sua recuperação económica e a reposição da capacidade produtiva destruída.

Com este objectivo o Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP vai realizar no próximo dia 14 de Dezembro, pelas 18 horas, um debate, com todos os interessados, que contribua com propostas para salvar e viabilizar a MAGUE e a Metalomecânica Pesada Nacional.

No debate participarão deputados do PCP eleitos pelo distrito de Lisboa e Carlos Carvalho, Secretário Geral do PCP.



# Faleceu Virgílio Martinho

Faleceu no passado domingo, 4 de Dezembro, o escritor e dramaturgo Virgílio Martinho, vítima de doença prolongada.

Uma nota da Comissão Concelhia de Almada manifesta o seu «profundo pesar» pela morte deste destacado vulto intelectual, referindo:

«Virgílio Martinho era militante do PCP desde 1974 e estava organizado na Célula da Companhia de Teatro de Almada, onde colaborava activamente,

«A comissão Concelhia de Almada do PCP presta homenagem à memória de Virgílio Martinho, ao Homem, à Obra, certa que esta perdurará bem viva».

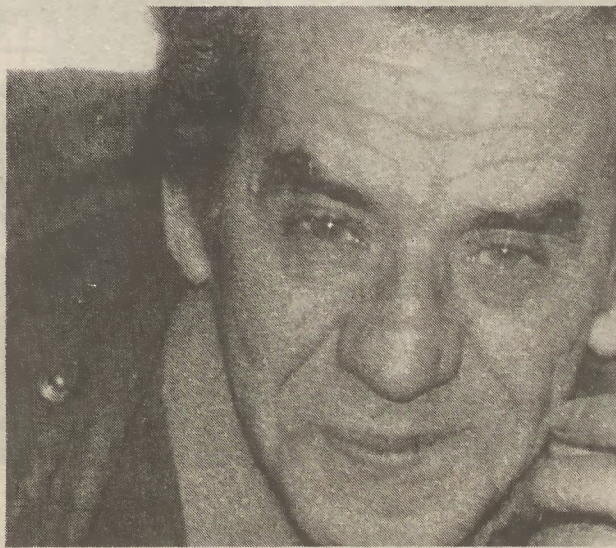
Virgílio Martinho era fundador da Companhia de Teatro de Almada e do Grupo de Campolide que a antecedeu, onde começou a colaborar em 1971, com a adaptação da peça de António José da Silva «Vida do Grande D. Quixote de la Man-

cha e do Gordo Sancho Pança».

Em 1973, o Grupo de Campolide estreou com grande êxito a sua peça «Filopopolus», seguindo-se «O Grande Cidadão», «Aventuras de Till Eulenspiegel», «1383» e «Valetim e Valentina». Foi também autor de adaptações de textos de Camilo Castelo Branco, Gil Vicente e outros.

Como romancista e ficcionista escreveu várias obras entre as quais se destacam «Festa Pública», «Orlando em Tríptico e Aventuras», Antologia do Humor Português, «Rainhas Cláudias ao Domingo», «O Grande Cidadão», «O Relógio de Cuco», «A Caça», «Concerto de Buzinas» e «O Menino Novo».

A sua obra incluiu ainda várias outras peças e textos teatrais, designadamente, «O Herói Chegado da Guerra» «A Sagrada Família», «Os Vampiros», António José da Silva, «Mulher



Aqui Estou Eu Como Um Cão Perdido», «Catarina», «Um Povo Amigo de Lutar», «Morte em Terras de Montemor», «Pão-de-Mel Ltdª», «Um navio Denro da Cidade», entre outros.

Um comunicado da Companhia de Teatro de Almada lamenta o desaparecimento de Virgílio Martinho considerando

que «a sua morte afecta profundamente a Companhia de Teatro de Almada, à qual esteve ligado durante mais de 20 anos, e constitui uma perda muito grande para o teatro português».

O funeral realizou-se na terça-feira, partindo da Capela da Igreja da Cova da Piedade para o Cemitério de Vale Flores, no Feijó.

## Pesar por Lopes Graça

Temos vindo a receber várias mensagens de pesar pelo falecimento do Maestro Fernando Lopes Graça, ocorrido no passado dia 28 de Novembro. Designadamente, recebemos da representação Parlamentar do PCP na ARL dos Açores que apresentou ao Plenário um voto de pesar que foi aprovado por unanimidade, no passado dia 29 de Novembro.

Também a Direcção da Organização Regional de Bragança expressa profundo pesar pela morte do Maestro, sublinhando o trabalho notável de recolha e divulgação da música do Nordeste transmontano.

Chegou-nos ainda à redacção uma mensagem de condolências enviada por um grupo de democratas portugueses residentes em Montreal, no Canadá.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Armínio Inácio

Faleceu Armínio da Glória Inácio, de 58 anos. Era sargento do exército reformado, e membro da Associação 25 de Abril, estando organizado em Portimão.

#### Fernando Araújo

Faleceu, com 50 anos de idade, Fernando Teodoro Araújo. Natural de Alpiarça, era membro da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal e foi dirigente associativo no lugar de Frade de Baixo.

#### Humberto Botica

Faleceu Humberto de Jesus Botica, de 68 anos. Operário conserveiro, foi membro da Comissão Concelhia de Portimão.

#### Luís de Resende

Faleceu no passado dia 21 de Novembro, Luís Filipe da Fonseca Lopes de Resende. Contava 56 anos de idade e era natural de Oliveira de Azemeis, desenvolvendo a sua actividade partidária na Freguesia de Fátima.

#### Joaquim Alvo

Faleceu, vítima de doença súbita, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, Joaquim da Cunha Pão Alvo. Lutador antifascista, tomou parte activa na revolta do navio Dão, quando era marinheiro da Armada, em 1936. Expulso e preso pela PIDE, só foi reintegrado na arma-

da após o 25 de Abril. Contava 81 anos de idade e estava organizado na Freguesia da Cova da Piedade, donde era natural.

#### Manuela Pedroso

Faleceu no passado dia 15 de Novembro, com 50 anos de idade, Manuela Pedroso, membro da organização de freguesia da Amora e colaboradora assídua na Festa do «Avante!».

#### Tiago Patrício

Faleceu Tiago da Consolação Patrício, de 56 anos. Foi membro da Comissão Concelhia do Bombarral, onde residia.

#### Tomás Matoso

Faleceu com 61 anos, Tomás António Marinheiro Matoso. Reformado, pertencia à célula do Banco Espírito Santo, em Lisboa, e era secretário da Assembleia de Freguesia de Santa Justa.

#### Vitor de Almeida

Faleceu com 42 anos, Vitor Manuel Pereira de Almeida, natural de Nespereira, onde residia. Fez parte da organização concelhia de Guimarães, estando ligado ao trabalho unitário junto dos camponeses. Em Paris, onde esteve emigrado, desempenhou um papel importante na divulgação da imprensa do Partido.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Propostas para Coimbra

A Direcção Regional de Coimbra do PCP entregou ao Grupo Parlamentar comunista um conjunto de propostas para o Orçamento de Estado para 1995, centrado no PIDDAC para o distrito, que visa «dar prioridade às novas obras de primeira necessidade nas várias vertentes de desenvolvimento».

Por outro lado, a DORC sublinha que repudia o corte de verbas na acção social para a Universidade de Coimbra, o adiamento da construção da Escola Básica da Pedrulha, bem como considera insuficientes as dotações para os centros de saúde e de Santa Clara e de S. Martinho do Bispo, para o Instituto Superior de Engenharia, e para a beneficiação da EN Mira/Cantanhede.

Afirmando que é inadmissível o arrastamento de obras, caso do Centro de Saúde e da Escola Básica de Montemor-o-Velho, a DORC conclui que, «através da luta, será possível pressionar o Governo para que os adiamentos não se eternizem».

## Alcobaça descontente com OE

Uma nota da Concelhia de Alcobaça do PCP afirma que o Orçamento de Estado para 95 confirma «o desprezo da direita pela população do concelho».

Como salientam os comunistas «o investimento da Administração Central, inscrito no PIDDAC 95 refere apenas 305 mil contos para Alcobaça - um migalha se comparado com os 5 milhões e 370 mil contos para o concelho de Leiria».

O PCP lembra a necessidade de despoluir as bacias do Alcoa e do Baça e a baía de S. Martinho do Porto, bem como a urgência de resolver o estrangulamento na ponte do Mendalvo e dar início à construção do Itinerário Complementar, Alcobaça-Batalha-Tomar.

## Serpa realiza 3ª Assembleia

Com cerca de 250 delegados presentes, decorreu no passado dia 27 de Novembro a 3ª Assembleia da Organização Concelhia de Serpa do PCP, que traçou as linhas de acção futura e elegeu a nova Comissão Concelhia, composta de 25 membros.

Sob o lema «Com o PCP, agir para uma nova política, a Assembleia analisou a situação de crise da região, responsabilizando o Governo PSD pelo marasmo económico e pelo aumento do desemprego.

Por outro lado, a Assembleia realçou a contribuição «altamente positiva» das autarquias locais para o desenvolvimento concelhio.

Os participantes consideraram ainda «demagógica» a deslocação ao concelho de Serpa e outros concelhos da margem Esquerda do Guadiana, de deputados de PSD e de um membro do Governo.

Segundo os comunistas, a visita marcada para 30 de Novembro passado, que incluía várias explorações agrícolas e projectos de comercialização que contaram com subsídios comunitários e nacionais, insere-se já na campanha eleitoral feita à custa do erário público.

No entender do PCP, os deputados deveriam visitar não só as herdades e empresas que receberam generosos subsídios de Bruxelas, mas também os milhares de hectares que se encontram abandonados na região, como por exemplo a herdade da Capela, em Pias, ou a herdade do Facho, em Vila Nova de S. Bento, «estas sim muito mais esclarecedoras da política agrícola comunitária aplicada zelosamente pelo Governo PSD».

## Deslocações de Cavaco

A recente deslocação de Cavaco Silva ao concelho de Ilhavo é qualificada pela comissão concelhia local do PCP com «escandalosa campanha eleitoral que é paga com os dinheiros públicos».

Os comunistas denunciam que «na Gafanha da Nazaré Cavaco Silva foi lançar a primeira pedra para a construção de um Pavilhão que já deveria estar feito no momento da inauguração da escola secundária, há vários anos».

O PCP lamenta que o Primeiro-Ministro não tenha assistido ao «alimento da ponte à entrada da Gafanha», já que as causas deste desastre se devem à «pressa» em que foram realizadas as obras de conclusão do IP5, cuja construção está atrasada. «O resultado está à vista: a falta de estudos prévios originou o aluimento da ponte, causando graves transtornos para a vida de milhares de pessoas e para toda a actividade económica», afirma uma nota da Concelhia de Ilhavo.

## Geração Jovem

Teve lugar no passado dia 30 de Novembro, no espaço Vitória, em Lisboa, mais uma iniciativa do ciclo «Debate com o País para uma Nova Política», desta vez organizada pela JCP. Este debate, subordinado ao tema genérico «Geração Jovem - a participação da juventude», contou com a presença de cerca de meia centena de participantes proporcionando uma animada discussão sobre a actualidade social e política.

Durante cerca de duas horas, os presentes debateram a intervenção dos jovens na vida social, a actividade das estruturas de associativismo juvenil e a falta de interesse do Governo em apoiar e incentivar participação da juventude na sociedade.

Tónica dominante do debate foi a recusa unânime da expressão «geração rasca», e o reconhecimento da juventude como um dos motores fundamentais das lutas sociais e das conquistas alcançadas.

Como salientou um interveniente os jovens serão um «barómetro social», um sinal de alarme que detecta e acusa os ataques feitos aos seus direitos, reagindo através de poderosos protestos, cuja dimensão foi visível nas últimas movimentações juvenis.



No Natal  
ofereça  
livros!  
edições  
Avante!



## Região parisiense reúne 9.ª Assembleia

Os militantes do PCP na região parisiense realizaram a sua 9.ª Assembleia de Organização, tendo aí tomado medidas orgânicas com vistas a melhorar a sua intervenção política para melhor responder às novas realidades vividas pela comunidade portuguesa nesta região.

Em debate, esteve, também, a política de emigração seguida pelo Governo do PSD, tendo concluído que esta caracteriza-se por um acelerado processo de divórcio entre a prática governamental e os reais interesses da grande maioria da comunidade portuguesa. Disso são exemplo: a real redução de verbas do Orçamento do Estado para 1995, destinadas ao ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro; a persistente indefinição sobre o papel do Instituto Camões no que diz respeito à emigração; a falta de diálogo com o movimento associativo; o brutal aumento dos emolumentos consulares.

A recente criação, em Lisboa, de um centro de tratamento de Bilheres de Identidade dos emigrantes, para além de pecar por ser uma medida tardia, vem dar razão àqueles que, como o PCP, criticaram a decisão do Governo português ao impor de forma abrupta a apresentação do BI sem que tenha tomado as medidas necessárias para não prejudicar os emigrantes, o que ainda hoje acontece, por exemplo, no Consulado Geral de Paris onde há pessoas que estão à espera do BI há dois anos. Entretanto, con-

tinua no rol das promessas a necessária modernização e informatização dos consulados da região de Paris.

Esta é uma política na qual já ninguém acredita, criticada inclusive por membros do PSD na emigração — como recentemente veio a público — e que exige ser fortemente combatida», afirma um comunicado da Organização que prossegue:

«Denunciamos a política de dois pesos e duas medidas praticada, que faz doutrina no Governo, que foi o de transformar a Confederação Mundial dos Empregados das Comunidades Portuguesas no representante máximo dos emigrantes, canalizando para esta estrutura grandes apoios políticos e económicos em total detrimento de outras organizações nomeadamente as federações do movimento associativo.

«Consideramos natural e legítima a existência de estruturas representativas dos empresários portugueses. É, no entanto, condenável que o Governo português privilegie a sua acção política, em matéria de comunidades portuguesas, e os meios financeiros do Estado unicamente ao serviço desta estrutura.

«A Assembleia saúda a coragem e determinação dos trabalhadores da CGD-França em luta desde o dia 10 de Novembro por negociações que visam melhorar as condições de trabalho, contra o arbítrio patronal, pela progressão das carreiras e por melhores salários.

«Consideramos de irresponsável o comportamento do Governo português que até hoje não respondeu ao requerimento do deputado comunista Miguel Urbano Rodrigues nem deu sinais de intervir no conflito de forma a pôr termo a uma situação que prejudica a economia nacional, os emigrantes, situação esta cuja responsabilidade cabe por inteiro à administração da CGD.

«Apoiamos também a luta dos professores do ensino do português em França que vão estar em greve nos dias 7 e 14 de Dezembro para exigir do Governo português medidas que ponham termo à degradação do ensino no estrangeiro e pela revisão dos salários.

«Saúdamos também a intervenção do grupo parlamentar do

PCP na Assembleia da República que, não tendo nenhum deputado pela emigração, tem desenvolvido um acção regular e persistente em defesa dos trabalhadores emigrantes.

«Consideramos oportuna a anunciada apresentação pelo grupo parlamentar de um projecto-lei que visa criar o Conselho Consultivo das Comunidades Portuguesas. Esta iniciativa pretende corrigir a inadmissível situação criada pelo Governo PSD (com o apoio dos seus deputados eleitos pela emigração) ao impor o decreto-lei que criou os "Conselhos de País".

«Consideramos também de grande importância e oportunidade a realização do simpósio sobre o ensino do português no estrangeiro a realizar no Parlamento português. Iniciativa esta proposta pelo grupo parlamentar do PCP e aprovada por unanimidade. Esperamos que se realize em tempo útil e que a Assembleia da República não se esqueça de ouvir os principais interessados — as comunidades portuguesas.»

## Polícia prende estudantes em Almada

Na sequência da manifestação de estudantes contra a política educativa, realizada no passado dia 29 de Novembro, a polícia deteve dois jovens alunos da Escola Secundária de Caparica, numa acção que é considerada pela Comissão Concelhia de Almada como «persecutória».

A Concelhia do PCP afirma que «a Polícia detectou e prendeu os dois jovens que mais se destacaram na direcção da manifestação, obrigando-os a permanecer detidos na esquadra durante toda a noite, com toda a carga traumática que isso implica, sem atender aos pais e várias entidades que compareceram no local — associações de pais, professores e presidente da Câmara — apelando a que os jovens aguardassem o julgamento em liberdade», de acordo com o que a lei prevê.

Para o PCP, a repressão policial está cada vez mais a tornar-se um hábito: «aconteceu na Ponte, aconteceu na Rodoviária, acontece agora com os estudantes (...) Torna-se useiro e vezeiro a recolha sistemática de imagens e dados por parte das forças policiais e serviços de informação, dos manifestantes, dirigentes associativos e sindicais».

A Comissão Concelhia solidariza-se com os estudantes que participaram na manifestação cujo lema foi «Vamos enterrar a Reforma».

Também a JCP de Almada condena em comunicado a atitude repressiva da polícia e exprime a sua «total solidariedade para com os estudantes em luta contra esta política educativa, e a sua revolta contra actos como este que põem em causa o direito de expressão e de pensamento dos jovens».

## Paredes homenageado

Por iniciativa do «1.º Acto, Clube de Teatro», que encerra agora as comemorações do seu 25.º aniversário, decorreu na passada sexta-feira, no Instituto Portuário de Investigação Marítima, uma sessão de homenagem a Carlos Paredes, em que participaram Carmen Dolores, Eunice Muñoz, Lurdes Norberto e Maria do Céu Guerra. À homenagem associou-se ainda Maria João Pires que brindou os presentes com um concerto de piano.

Ainda no âmbito desta iniciativa dedicada ao grande guitarrista português, o Grupo Intervalo levou à cena, no passado dia 26 de Novembro no Palácio Ribamar, a peça «O Cabaret do Conde Marquês».

## Palavras

### e Cromos

■ Urbano Tavares Rodrigues

# Chuvas de Outono

Entre um dia de sol e magustos, dois de água lóbrega, de vento corrosivo, Cronos vai passando sobre a cidade. Do seu manto cinzento pinga a lama em que o Outono se desfaz.

É uma chuva diferente de bairro para bairro. Nas grandes avenidas, cujas fachadas escondem vidas tão diversas, ritmo o sono (ou a branca insónia) dos que de dia suam preocupações; aperta os amantes em colares de braços quentes; refresca as cefaleias dos que sentem a vida a degradar-se ou o emprego à beira de perder-se. Nas torvas periferias onde o crime esbrança e se cose com as paredes, onde, exceptuando a droga, falta tudo, da carne e do leite ao perdão e à caridade, e onde, mesmo assim, nascem de madrugada crianças loiras, a chorar; aí um véu de bruma lilás cerca as casas que não são casas, onde a borrasca penetra, e isola o calor dos sonhos, até ser dia.

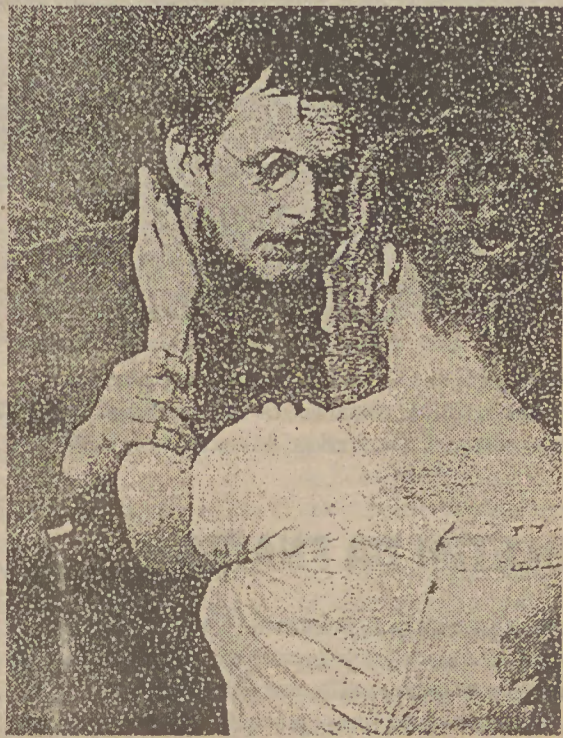
Algures, numa das sete colinas com brasão de antiguidade, num apartamento velho onde estalam as tábuas do soalho, ficou ligada a televisão, que só dá notícias perturbantes: um grande derramamento de petróleo ameaça o frágil equilíbrio ecológico do Oceano Ártico; o governo de Berlusconi em Itália promete reduzir drasticamente as pensões dos reformados; em Timor aumenta a repressão... Um trovão abafa os noticiários.

Noutro antigo casarão, para os lados do Saldanha, o 115 vem buscar um ferido e leva-o de maca para o hospital. A lua vagamente se entremostra pela malha fina das nuvens. Caem gotas de aurora fria na testa dos que caminham sem guarda-chuva, gatunos, mendigos, gente do lixo, trabalhadores da noite, alguma prostituta a espalhar perfume barato pelas silvas molhadas de Novembro.

Uma janela acesa no escuro deste prédio diz mistério, que pode ser tão-só o quebra-cabeças da falta de dinheiro, o comprimido que se toma entre dois sonos, contra a dor, ou aque-loutro que mais uma vez se adia e que resolveria tudo.

Vem o Tempo trambolhando, de mãos erguidas, por entre as árvores, todas vergadas, com ramos quebrados, e a fazer os seus prodígios, a enrugar os rostos dos que o vêem, a encorticar sentimentos, a extinguir paixões, a gelar ideais.

Mas, subitamente, uma força se lhe antepõe. Será a daquele amor, mais forte do que a morte, que às vezes enraiza nas terras escassas de esperança, e faz nascer flores vermelhas mesmo no Inverno da vida? O certo é que uma luz que não se sabe de onde vem, na cidade ainda anoiçada, anuncia a mudança. E a própria chuva (e não só sob a festa dos candeiros) fica límpida e brilhante.



## Portalegre PIDDAC sem critérios

A Direcção Regional de Portalegre acusa o Governo de pretender utilizar o PIDDAC/95 para «outros objectivos que não o de criar condições para o desenvolvimento do distrito».

O aumento de verbas em ano de eleições e a utilização dos fundos comunitários para a realização de obras a inaugurar em 1995, bem como o financiamento de projectos de âmbito social em concelhos de gestão autárquica PSD, «mais não visam que ludibriar as expectativas e aliciar os votos para garantir a perpetuação no poder», afirma a DORPOR.

Por outro lado, continuam «por cumprir as inúmeras propostas de reforço de verbas para a concretização de projectos nas áreas da agricultura, abastecimento público, comunicações rodoviárias, saúde, ensino e segurança pública, apresentadas pelo grupo parlamentar do PCP ao longo dos três anos e que foram rejeitadas com os votos PSD e a abstenção do PS».

A DORPOR indica que «por desvendar ficam os reais propósitos e orientações do Governo

PSD na definição e escolha de políticas de investimento essenciais ao desenvolvimento agrícola e industrial do distrito que promovam o aceleramento do progresso, de modo a reduzir assimetrias.

O comunicado da DORPOR faz ainda referência à visita do Ministro da Agricultura, no passado domingo, durante a qual anunciou a entrega aos latifundiários de indemnizações no valor de cerca de 80 milhões de contos. Para os comunistas esta decisão evidencia a «política de classe do Governo de concentração da riqueza nos mesmos senhores que detinham o poder económico e eram o suporte do regime de Salazar e que em grande parte estavam falidos nas vésperas do 25 de Abril».

«É um escândalo e uma afronta à esmagadora maioria dos alentejanos», considera o PCP que pergunta: «então porque não se indemnizam os trabalhadores e as suas famílias que foram obrigados a sair do Alentejo com a destruição da reforma agrária?»



## TÊXTIL BAIONA TEM 13º. MÊS

O pagamento de apenas metade do subsídio de Natal foi anúncio feito a meio do mês passado pela gerência da Sociedade Têxtil Baiona, o que levou a Comissão Sindical, depois de ouvir os trabalhadores, a não aceitar tal imposição e a disponibilizar-se para a luta. Perante a disponibilidade dos que laboram na Baiona para o desenvolvimento de um processo de luta, a Gerência, após reunião com a Comissão Sindical, aceitou o pagamento, até dia 15 de Dezembro, de 75 por cento do 13º. Mês, sendo os restantes 25 por cento pagos no dia 13 de Janeiro. Os salários do mês de Novembro e Dezembro, segundo esse acordo saudado pelos trabalhadores da empresa de Vilarinho, seriam pagos, respectivamente, a 6 e 30 de Dezembro.

## ATRASOS NOS SALÁRIOS DA M. P. ROLDÃO

Um plenário de trabalhadores da empresa vidreira M. P. Roldão aprovou por unanimidade um caderno reivindicativo onde se exige o pagamento imediato de metade dos salários em atraso, bem como de todas as quantias que lhes são devidas (mais de 50 mil contos) após a entrada da empresa da Marinha Grande no Processo Especial de Recuperação de Empresas, onde se contam ainda mais 41 mil contos devidos a trabalhadores despedidos.

Os trabalhadores querem também voltar a receber no dia 30 de cada mês (até agora têm recebido faseadamente a 10 e 20 de mês seguinte) e exige à administração, Governo, Câmara e partidos que exerçam a sua influência no sentido de saber como está a empresa a ser gerida, especialmente nmo que diz respeito a remessas de produção dirigidas para outras empresas associadas ou criadas pelos actuais administradores ou seus familiares.

Os trabalhadores têm sérias dúvidas sobre se a saída de mercadoria produzida têm correspondência com a entrada de receitas na empresa.

## PLENÁRIO PROIBIDO POR INSPECTOR

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (STFP) - Zona Centro pediu a intervenção da Inspeção Geral de Trabalho por causa da intervenção «prepotente e de claro desrespeito da Lei» do Inspector Geral da IGAE (Inspeção Geral das Actividades Económicas) que deu instruções à sua delegação distrital de Coimbra para impedir a realização de um plenário de trabalhadores no período normal de serviço.

O STFP diz em comunicado que informou por ofício aquela delegação da realização do plenário, com respectivo pedido de disponibilização de sala. O plenário seria para análise e discussão da situação reivindicativa geral, com a clarificação da posição da CGTP sobre o Acordo Económico e Social, e ainda do processo negocial da Função Pública.

## LUTA POR MELHOR HIGIENE

Os trabalhadores da Compelmada e Italsines estão desde o mês passado num processo de luta para reclamar botas, fatos de trabalho, protectores auriculares, posto médico, equipamento de ventilação e extracção de fumos e poeiras e o funcionamento da Comissão de Higiene e Segurança.

Estas reivindicações, respeitantes à obra designada «Ponte para a Dinamarca» inclui, para além da melhoria das condições de Higiene e Segurança, a exigência de garantia de pagamento atempado do salário.

## CGTP NO LUXEMBURGO

Uma delegação da CGTP-IN participou sexta e sábado no Congresso da OGB-L, central sindical do Luxemburgo. A delegação foi conduzida por Carlos Trindade, do executivo da Inter.

## BOLETIM DA FNATES

Saiu mais um número do Boletim da FNATES (Federação Nacional das Associações de Trabalhadores-Estudantes) onde se apresenta, entre outras matérias, uma síntese legislativa onde se influem calendários de exames e provas de aferição, o estatuto do trabalhador-estudante e o estatuto do dirigente associativo juvenil.

# Interjovem propõe medidas contra acidentes de trabalho

O Conselho Nacional analisou a situação da juventude trabalhadora, alertando também para os problemas do desemprego e da qualificação profissional

Numa resolução aprovada na sua última reunião, o Conselho Nacional da Interjovem pronunciou-se sobre alguns aspectos da situação da juventude trabalhadora. No documento, o Governo é acusado de, com a sua política em matéria de juventude e emprego, ter criado grandes problemas aos jovens trabalhadores, com destaque para o agravamento do desemprego.

«As relações laborais degradam-se, aumenta a contratação a prazo, o part-time, o recibo verde», constata a direcção da estrutura juvenil da CGTP, para quem esta situação, só por si, «provoca acidentes de trabalho gravíssimos, mortais e não mortais, nos quais os jovens são as grandes vítimas». Reportando-se a números do Ministério do Emprego e Segurança Social referentes ao último trimestre do ano passado, a Interjovem refere que foram vítimas de acidentes de trabalho 16 250 jovens com 24 anos ou menos.

Na nota divulgada à comunicação social após a reunião de 25 de Novembro, o Conselho Nacional da Interjovem aponta três direcções de ataque ao problema dos acidentes de trabalho: — que as empresas respeitem as normas de higiene e segurança no trabalho previstas na Lei e nos contratos colectivos;

— que tenham efectivo funcionamento nas empresas os serviços de medicina no trabalho e de avaliação de riscos profissionais;

— e que seja promovida uma campanha de esclarecimento e consciencialização junto dos jovens «e, em particular, dos que frequentam os anos terminais de ensino», sobre as regras de prevenção dos acidentes de trabalho, bem como sobre os seus direitos na constituição de comissões de higiene.

## Qualificação e remuneração

A Interjovem acusa o patronato de continuar a não reconhecer a qualificação obtida por grande parte dos jovens. O Governo, por seu turno, mantém sem cumprimento o acordo sobre formação profissional que assinou com os parceiros sociais em 1991, «do que está a resultar, entre outras coisas, a possibilidade de encerramento de escolas profissionais».

Neste quadro, a organização de juventude da CGTP exige que na contratação colectiva sejam expressas «condições que assegurem o reconhecimento pelo patronato dos conhecimentos adquiridos pelos jovens trabalhadores, com a garantia de acesso e promoções profissionais de acordo com as qualificações obtidas». Reclama ainda a redução do período experimental de 30 para 15 dias, e a revo-



Milhares de jovens são vítimas de acidentes de trabalho, alerta a Interjovem (foto de arquivo)

gação da norma legal que permite a contratação a prazo de jovens só porque procuram o primeiro emprego.

Para a Interjovem, o horário semanal de trabalho deve ser imediatamente reduzido para 40 horas — e para 37 horas no caso dos menores de 18 anos. Também exige a revogação

imediate do decreto-lei que permite reduzir o salário mínimo nacional para jovens (menos 25 por cento para os menores de 18 anos, menos 20 por cento para praticantes, aprendizes e estagiários), bem como o aumento imediato do salário mínimo nacional para 60 mil escudos.

## Recuperar sindicato é objectivo de lista de bancários do Norte

Cerca de meio milhar de bancários «descontentes com o estado deplorável a que o sindicato chegou» formaram a lista M, congregados pelo lema «Unir, agir, mudar», concorrente às eleições do próximo dia 15 no Sindicato dos Bancários do Norte.

Esta lista apresenta uma candidatura completa aos órgãos centrais do sindicato — corpos gerentes e delegados ao Congresso por todas as regiões — bem como à maioria das Comissões Sindicais — de empresa, das delegações e de reformados.

Em nota distribuída à comunicação social, os promotores da lista M afirmam que esta é constituída «pelas tendências que, nas eleições de há três anos, concorreram com as siglas de TUP (Unidade e Participação), Novo Rumo e TLD (Tendência Independente das Delegações), engrossadas por numerosos

bancários», dispo de representantes «de todas as gerações, entre os quais dirigentes de prestígio e muitos activistas» conhecedores dos problemas dos bancários.

Entre as queixas contra a actual direcção, avultam a inactividade sindical, a desmobilização e destruição da estrutura sindical, a complacência «e até conivência» com as entidades patronais, a cedência em relação a direitos e poder de compra, o não cumprimento dos estatutos, «a gestão não transparente», e ainda o «aproveitamento pessoal abusivo do mandato (por exemplo, os membros dos corpos gerentes atribuíram-se um subsídio mensal de 30 contos, obtêm empréstimos do sindicato que demoram a amortizar, desenvolvem negócios pessoais, etc.)».

## CTs denunciam «alheamento» do Banco de Portugal

A comissão coordenadora das comissões de trabalhadores da Banca afirma que o Banco de Portugal «abdicou praticamente das suas responsabilidades de supervisão do sistema bancário em Portugal» e que «várias situações que têm abalado o sector e outras que, potencialmente, são de grande risco têm merecido da parte do BP um estranho alheamento».

A denúncia é feita numa nota distribuída à comunicação social no final de Novembro e onde se apontam como exemplos:

— os acontecimentos que envolveram o domínio ilegal do Banco Totta & Açores pelo Banesto;

— a gestão «fraudulenta» que conduziu ao encerramento da Caixa Económica Faialense;

— a falta de intervenção do BP para permitir um procedimento coordenado dos bancos no que toca a branqueamento de capitais (matéria sobre a qual há legislação comunitária aprovada);

— a ameaça «cada vez mais concreta» da circulação de moeda falsa, que «deveria ter nos mecanismos de inspecção do BP o seu principal adversário;

— a gestão «aventureira» da Caixa Económica Açoreana (que já levou à intervenção do Montepio Geral nos seus balcões dos

Açores e que continua a manter uma situação «de indefinição e de grande preocupação» quanto às várias dezenas de trabalhadores no Continente);

— os acontecimentos que levaram ao encerramento da corretora de Pedro Caldeira;

— e a «proliferação contínua» de cartões de crédito, que «provoca um aumento da massa monetária que o BP não está, incompreensivelmente, a controlar».

A coordenadora das CTs da Banca pronuncia-se ainda sobre «inadmissíveis situações de clara concorrência» que têm sido criadas pelos grupos CGD/BNU e

BFE/BBI, ambos públicos e que deveriam ter «uma política coerente de conjugação e complementaridade».

«A acrescer a esta já absurda situação, temos ainda os diversos sinais de uma vontade política de os desmembrar pela alienação total ou parcial do seu capital e património. Aliás, a redução de balcões que se perfila é disso exemplo» — acrescenta-se na nota. A coordenadora comenta, a propósito, que «se a dimensão do capital público, num sector estratégico como a Banca, já está incorrectamente desvalorizada, uma futura redução suscita as mais legítimas preocupações».



## Insistindo no cumprimento das 40 horas em Janeiro

# CGTP reclama 56 800 escudos de salário mínimo nacional

A CGTP defendeu segunda-feira um aumento de 7 500 escudos para o salário mínimo nacional, que é actualmente de 49 300 escudos. Segundo a proposta da CGTP, o salário mínimo nacional passaria a ser de 56 800 escudos, a partir de Janeiro de 1995.

Manuel Lopes, dirigente da Intersindical, disse à agência Lusa, no final da reunião de segunda-feira da comissão executiva, que o aumento defendido pela central tem como objectivo «colocar o salário mínimo nacional num nível que garanta condições de existência dignas a quem o auferir».

De acordo com o sindicalista, os aumentos do salário mínimo nos últimos anos «não têm acompanhado o aumento do custo de vida nem do salário médio». «O actual salário mínimo nacional é de tal forma baixo que, depois dos descontos e da compra do passe L, o trabalhador que o auferir fica com 39 977 escudos», disse.

A redução do horário de trabalho semanal foi outro dos assuntos discutidos na reunião da comissão executiva da CGTP. «Não pode haver em 1995 nenhum sector que trabalhe mais de 40 horas por semana e estamos dispostos a fazer tudo por isso», afirmou, a propósito, Manuel Lopes.

### Em luta

A executiva da *Inter* analisou ainda a situação político-sindical e a acção sindical, num momento em que vários sectores, com destaque para a administração local e os professores, estão ou vão estar brevemente em luta.

Assim, a par de outros sectores e empresas que referimos nesta página, os sindicatos da administração pública anunciaram que vão levar a cabo várias



As 40 horas são uma velha reivindicação que a CGTP quer passar a realidade já a partir de Janeiro

acções de repúdio pela proposta inaceitável que o Governo apresentou, em matéria de revisão salarial:

- Terça-feira à tarde os sindicatos da Função Pública e dos Professores do Norte realizaram um tribunal de opinião pública na Praça da Liberdade, no Porto;

- Para sexta-feira, dia 9, foi convocada uma greve dos trabalhadores das autarquias;

- na sexta-feira seguinte, dia 16, terá lugar em Lisboa, na Praça da Figueira, uma concentração de trabalhadores da função pública, seguida de desfile para a secretaria de Estado do Orçamento.

- Também no dia 9 estão em greve os trabalhadores da *Portugal Telecom*. No dia 12 paralisa o pessoal da *Rodoviária do Sul do Tejo*. No dia 17, sábado, a *Inter-reformados* e o *Murpi* promovem em Lisboa uma «marcha dos reformados por uma vida melhor».

## Professores dão greve como prenda de Natal ao Governo

Desenvolver novas acções «que obriguem o Ministério das Finanças a iniciar negociações que conduzam a aumentos salariais justos para 1995 e o Ministério da Educação a negociar as várias questões da regulamentação do Estatuto da Carreira Docente ainda pendentes bem como a regulamentação da legislação dos concursos para o próximo ano» justificam o novo período de luta adoptado pela *FENPROF*, do qual se destaca a greve e a realização de plenários de professores já na sexta-feira.

No norte do país este período de luta iniciou-se terça-feira com a realização de uma Tri-

buna de Esclarecimento da Opinião Pública. Quarta-feira estava agendada uma ocupação das galerias da Assembleia da República e um dia de greve dos professores de português no estrangeiro, estando um segundo dia marcado para 14 de Dezembro.

Depois da greve e plenários de sexta-feira, realizados de acordo com as orientações dos sindicatos das diferentes regiões, a *FENPROF* marcou para dia 15 uma concentração em Lisboa dos professores estagiários a quem o Ministério da tutela pretende passar do índice 120 para o índice 80.

Por último, foi ainda decidi-

do que os professores de todo o país enviem ao Primeiro Ministro um postal onde se lê: «nunca um Chefe de Governo discriminou tanto os trabalhadores da Administração Pública como o senhor tem feito».

Estas greves sucedem-se a um longo período em que os sindicatos solicitaram ao Ministério da Educação a marcação de reuniões de negociação sobre as variadíssimas questões pendentes, sem que tenham obtido resposta positiva.

Em nota divulgada na segunda-feira, o *SPGL* perguntou se «será que existe de facto a vontade política de intervir num sector tão sensível como o da Educação Especial?» e repete a exigência de o Ministério da Educação ser responsabilizado pela coordenação e definição de normas gerais para este sector, que «seja dada às crianças e jovens com necessidades educativas especiais a garantia constitucional da igualdade de acesso, oportunidades e sucesso no sistema



A *Fenprof* desencadela novas acções de luta

## Lucros não justificam sacrifícios Portucel em greve por melhores salários

Os trabalhadores das empresas do Grupo Portucel, cerca de três mil, têm marcado a partir desta semana um novo período de greves, fundamentalmente para exigir melhores salários e a dignificação da contratação colectiva.

As paralisações, com início sexta-feira, vão afectar a laboração das empresas do sector das celulosas situadas em Cacia, Albarraque, Leiria, Guilhabreu e Viana do Castelo (aqui a greve será no sábado), depois desta forma de luta ter sido já adoptada no final do mês de Novembro nas unidades fabris de Setúbal, Vila Velha de Ródão e Mourão.

Segundo uma nota conjunta da Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, papel, Gráfica e Imprensa e da Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleos e Gás, «existem condições para o prosseguimento das negociações» com a administração da Portucel, uma vez que as organizações sindicais «têm condições e disponibilidade para a apre-

sentação de novas propostas e, da parte das empresas, é reconhecido pelo próprio presidente do Conselho de Administração das mesmas que estas apresentam uma situação altamente favorável de actividade, com perspectivas de avultados lucros (na ordem dos três milhões de contos em 1994 e muito mais em 1995), conforme entrevista que foi publicada no Diário de Notícias do passado dia 21 de Novembro».

Os trabalhadores consideram não ser «justo, nem admissível» que perante tal situação favorável se continue a exigir-lhes sacrifícios e a perda do seu poder de compra, reclamando aumentos salariais que garantam a recuperação perante a inflação.

Por outro lado os sindicatos não aceitam que a administração se sirva «daqueles que representam uma minoria dos trabalhadores» para dar por encerrados os processos de negociação, contra a vontade dos que representam a esmagadora maioria dos que trabalham no Grupo Portucel.

### Que Educação Especial?

Entretanto o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (*SPGL*) manifestou-se contra a redução em 14 por cento que o orçamento do Estado prevê nos investimentos para a educação especial, num sector «onde quase tudo falta e o que há é mal coordenado».

educativo, na definição e alargamento de uma rede pública de Educação Especial, abrangendo inclusivé o atendimento a crianças dos zero aos seis anos» e, finalmente, «que aos profissionais seja proporcionada e reconhecida a formação, a estabilidade e lhes sejam concedidos os meios necessários para o exercício da sua profissão».



## 2.º Congresso da CNA denuncia problemas e exige respostas

# Com os agricultores lavrar o futuro

É possível mudar o rumo das políticas agrícolas a nível nacional e da Comunidade

No 2º Congresso da Confederação Nacional da Agricultura, que teve lugar domingo passado em Lisboa, participaram cerca de 1500 pessoas, em representação das associações filiadas, e algumas dezenas de convidados nacionais e estrangeiros – informou João Vieira na conferência de imprensa dada a meio da tarde e em que também estiveram presentes Joaquim Casimiro, Amândio de Freitas e João Dinis.

Para a direcção da confederação, «o debate, os testemunhos, a grande representatividade, o conjunto das propostas para outras políticas agrícolas, o balanço feito a dezenas de grandes e menos grandes iniciativas realizadas durante os últimos anos pela CNA e associadas, tudo isto confirma a CNA como a ver-

dadeira representante da agricultura familiar e dos agricultores portugueses»; por outro lado, o relacionamento «muito diversificado» com organizações congéneres nacionais e estrangeiras «prova a nossa vontade de diálogo e cooperação com todos aqueles que vivem e sentem os problemas da lavoura e do mundo rural».

Promovido sob o lema «Com a CNA, com os agricultores, lavrar o futuro», o congresso analisou os problemas actuais da agricultura nacional. «Os delegados e convidados reiteraram o seu acordo global às pertinentes propostas da CNA, nomeadamente sobre as reformas da OCM da vitivinicultura e das frutas e legumes», disse João Vieira aos jornalistas, acrescentando que «também se reafirma o apoio da CNA e dos agricultores ao sector cooperativo e, em particular, à necessidade de se defenderem as competências públicas da Casa do Douro».

Na conferência de imprensa, como em várias intervenções no plenário e nas secções do congresso, foi fortemente criticada a discriminação do Governo contra a CNA. «Ainda não foi desta vez que o ministro da Agricultura se dignou participar no nosso congresso, apesar de ter enviado um representante ao simpósio no primeiro dia» – lamentou João Vieira.

### Simpósio Europeu

O 2º Congresso da CNA culminou o simpósio europeu que desde sexta-feira decorreu na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa e que, além da confederação da lavoura portuguesa, teve também a participação da Confederação Agrícola Europeia (CPE), da Coordenadora das Organizações de Agricultores e Gadeiros de Espanha (COAG), do Sindicato Labrego Galego, da União de Agricultores e Criadores de Gado basca (EHNE), da Confederation Paysanne francesa, da Confederação dos Agricultores Gregos (GESASE) e da União dos Agricultores de Chipre (EKA).

Do debate realizado nos dias 2 e 3, subordinado ao tema geral «Agricultura e meio ambiente para um mundo rural vivo na Europa das regiões», a CNA destaca «algumas grandes linhas conclusivas», com fortes críticas à nova Política Agrícola Comum e à reforma da Organização Comunitária do Mercado do Vinho.

Respondendo a perguntas dos jornalistas, os dirigentes da CNA pormenorizaram alguns aspectos da grave crise que afecta a agricultura e os agricultores: alto nível de endividamento e acentuada quebra de rendimentos, agravamento do défice alimentar nacional, elevados custos de produção, invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros...

À ideia, patente nas políticas comunitárias, de que a agricultura familiar portuguesa deve ser eliminada e substituída pela exploração florestal, a CNA contrapõe que as economias familiares devem ter «os apoios necessários para proporcionar



## Para um mundo rural vivo na Europa das regiões

Na conferência de imprensa de domingo à tarde foram dadas a conhecer «algumas grandes linhas conclusivas» do debate realizado nos dias 2 e 3, no quadro do simpósio europeu «Agricultura e meio ambiente para um mundo rural vivo na Europa das regiões».

Essas grandes linhas são sintetizadas em nove pontos:

- o mundo rural é uma componente indissociável da identidade própria de cada país e exige a sua articulação com o direito de cada país à segurança alimentar;

- a defesa do mundo rural implica a preservação da natureza, a defesa do meio ambiente e a criação de condições económicas, sociais e culturais de fixação e renovação das populações;

- a defesa do mundo rural é parte integrante da defesa da qualidade de vida nos centros urbanos e constitui um eixo fundamental para conter o fluxo migratório de populações que acorrem às cidades em busca das condições de vida que não encontram nos seus locais de origem;

- a agricultura é a actividade produtiva nuclear e face, ainda que não exclusiva, do mundo rural;

- a velha PAC foi uma política que conduziu aos mais graves desequilíbrios económicos, sociais e regionais, e a elevados custos ambientais;

- a nova PAC, nas suas diversas componentes, insere-se no quadro dos acordos do

GATT e virá a ser pautada por uma competitividade acrescida no plano mundial. Assim sendo, tenderá à concentração da produção em regiões altamente especializadas, acentuando os níveis de intensificação, aprofundando assimetrias regionais, agudizando ainda mais nessas regiões a degradação dos solos e situações ambientais já agora preocupantes. Noutras regiões, a retracção da produção conduzirá à expansão da floresta industrial e a situações de desertificação humana;

- a reforma da Organização Comunitária do Mercado do Vinho e a reforma que se desenha da OCM das Frutas e Horticolas afectam sectores produtivos da maior importância nas agriculturas dos países mediterrânicos, mas as orientações que nelas se preconizam atingem gravemente a agricultura, os interesses dos agricultores e o mundo rural dos países do Sul da Europa;

- a defesa da agricultura e do meio ambiente para um mundo rural vivo na Europa das regiões exige uma política integrada num quadro de ordenamento territorial que tenha em conta as suas especificidades próprias: edafoclimáticas, económicas, sociais e culturais;

- a defesa do mundo rural exige que o homem agricultor esteja sempre no centro desta política, como o primeiro destinatário, como principal esteio da agricultura e de toda a vida económica, social e cultural das localidades e regiões rurais.

## Queremos produzir!

«Ninguém pode ignorar esta força concentrada de saber, de sentir e de lutar», sublinhou Armando Carvalho na intervenção de encerramento

A sessão de encerramento do 2º Congresso da CNA – a que, em representação do PCP, assistiu o camarada Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central – decorreu em atmosfera de justificada revolta pelo arrastar e agravar de problemas na agricultura e no País, mas também de combatividade e vontade de lutar pelas necessárias soluções.

Por unanimidade e com aclamação, os congressistas aprovaram o documento «10 propostas para defender a agricultura portuguesa».

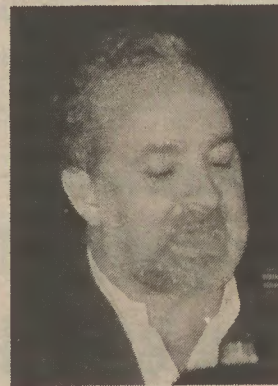
Foi também colocada à consideração do congresso uma moção de repúdio pelo facto de a cobertura do acontecimento não ter sido assegurada por nenhuma das televisões e muitos dos principais jornais diários. Esta atitude foi considerada como «convivência desastrosa de importantes órgãos de comunicação social com uma política que é conduzida contra os interesses da lavoura nacional». À pergunta da Mesa «Quem vota a favor?» os congressistas não se contentaram em levantar o braço: ergueram-se e votaram de pé. A moção vai ser entregue aos órgãos de informação visados e à Alta Autoridade para a Comunicação Social.

O espírito combativo marcou também a intervenção de encerramento de Armando Carvalho, que sublinhou o facto de este congresso ter mostrado «a força e disposição de continuar a bata-

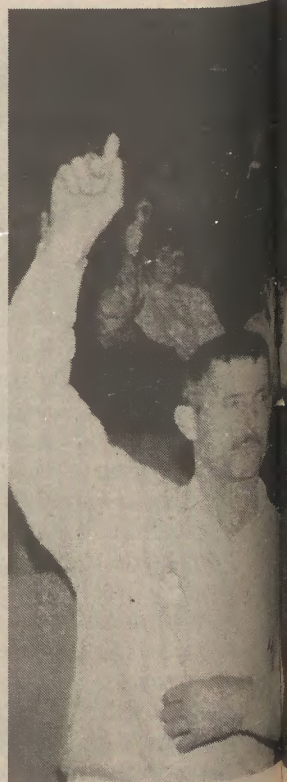
lha pela sobrevivência da agricultura portuguesa». «Não nos deixaremos tornar em museu da economia, em parque natural para passeio dos que vivem nas cidades, em jardim zoológico de bichos em vias de extinção, em ornamento de aldeias turísticas para estrangeiro visitar (por muito importante que sejam as actividades do turismo e outras conexas). Queremos produzir! Queremos uma agricultura viva feita por agricultores vivos!» – afirmou aquele director da CNA.

Referindo-se ao significado do 2º Congresso, Armando Carvalho considerou que ele «foi mais uma importante jornada de luta em

defesa dos nossos interesses de agricultores portugueses, da agricultura em Portugal» e «marca um ponto alto da organização que nasceu em Coimbra, no 1º Encontro das organizações da lavoura e dos agricultores do Norte e Centro, a 26 de Fevereiro de 1978». Este congresso «mostra a força unida da lavoura familiar», «mostra que estamos em todos os distritos do País», «mostra uma associação de agricultores que não pretende exclusividade ou a representação de quem nela não se reconhece, nem abdica de afirmar-se como uma voz única, lúcida e eficaz em defesa do mundo rural na sociedade portuguesa». «Ninguém pode ignorar esta força concentrada de saber, de sentir e de lutar que é a CNA» – acentuou o dirigente da confederação.



Armando Carvalho





tas



independência alimentar do País e fornecer produtos diversificados e de alta qualidade».

Às sérias dificuldades de hoje, a CNA responde com uma mensagem de «esperança objectiva e confiança em nós próprios»: «A unidade dos agricultores é determinante para conseguir outra política nacional e a alteração das políticas comunitárias». Ou, como diz o lema do 2º Congresso, «com a CNA, com os agricultores, lavrar o futuro».

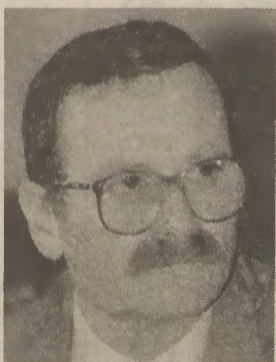
## Do toque a rebate aos combates futuros

O relatório de actividades apresentado por Joaquim Casimiro salienta a justeza das orientações traçadas no 1º Congresso e valoriza os resultados das lutas dos agricultores.

«A acção da CNA contribuiu fortemente para o acordar do País para a real e difícil situação que atravessa a lavoura em Portugal», sublinhou o director da confederação, depois de lembrar que «durante alguns anos, em particular a seguir à nossa adesão à CEE, a CNA foi acusada por governos, ministros, especialistas agrícolas e alguns partidos políticos de ver tudo negro». «Hoje podemos dizer que quem assim falava, ou os olhos tapava, ou usava óculos cor-de-rosa. Nós, afinal, não tínhamos óculos escuros. Os outros é que não queriam ver o que muitos agricultores já adivinhavam» — comentou.

Entre outras grandes acções levadas a cabo pela confederação e por suas associadas, Joaquim Casimiro referiu a descida dos povos dos baldios à Assembleia da República, em Abril de 1992, para protestar contra novas tentativas de destruir a Lei dos Baldios; a concentração frente ao Ministério da Agricultura, em Maio de 1992, com o despejo de uma pipa de zurrapa como forma de protesto contra a importação de vinho sem qualquer controlo; a concentração de milhares de agricultores na Curia, contra a PAC, a 26 de Maio de 1992, quando ali reuniu o Conselho de Ministros da Agricultura da CE; o desfile de cerca de 4 mil agricultores pelas ruas de Lisboa, a 26 de Abril de 1993, depois de mais de dezena e meia de concentrações em vários locais de Norte a Sul, alertando para a urgência de salvar a agricultura portuguesa; a espera ao comboio da Parmalat, na Pampilhosa, em Julho passado, verdadeiro toque a rebate contra as importações de leite daquela multinacional.

«Só esta luta permitiu que a situação hoje não seja mais grave. Só esta luta permitiu travar alguns dos mais gravosos projectos da Comunidade, caso da reforma da OCM do Vinho. Só esta luta pode salvar os agricultores e a agricultura portuguesa» — concluiu Joaquim Casimiro.



Joaquim Casimiro

# 10 orientações para defender os agricultores e a agricultura portuguesa

O programa de acção da CNA para os próximos três anos, aprovado por unanimidade e aclamação na sessão de encerramento do 2º Congresso, aponta 10 grandes linhas de ataque aos problemas da agricultura e dos agricultores — que também foram explanadas na intervenção final de Armando Carvalho.

1.

### Subida dos rendimentos dos agricultores

Recuperação das perdas dos últimos anos (cerca de 50 por cento, de 1986 a 1993).

Crescimento anual nunca inferior à taxa de inflação.

Políticas adequadas a esses objectivos: orçamentais, em particular fiscal, de preços da produção agropecuária e dos factores de produção, de crédito e seguros, e de valorização e transformação da produção agrícola e florestal.

Uma criteriosa distribuição de ajudas, prémios e subsídios comunitários ou nacionais.

Apoio técnico oficial para aumento da produtividade agrícola do País.

2.

### Desendividamento das explorações agrícolas e organizações de produtores

Valorizar a produção agropecuária a níveis remuneradores dos custos de produção e do trabalho dos agricultores e familiares.

Exigir a criação de linhas de crédito suficientemente bonificadas.

Moratórias permitindo o cumprimento do serviço da dívida por via da sua cobertura pelos rendimentos agrícolas normais.

Ajudas a fundo perdido para casos como prejuízos por intempéries, investimentos desactivados por políticas comunitárias, entre outros.

3.

### Defesa de melhor segurança social, maiores pensões de reforma e condições de vida para os agricultores e povo rural

Rápida evolução das pensões de reforma para níveis dignos.

Impedir a criação de uma segurança social de 2ª classe para as reformas dos rurais e/ou o aumento das prestações sociais dos agricultores, incompatível com a actual situação da agricultura.

A defesa, para os habitantes das freguesias rurais, de apoios e meios para a habitação, transportes, ensino, saúde e outros serviços públicos, em igualdade de direitos com as populações urbanas.

4.

### Respeito pelo direito das explorações agrícolas familiares à propriedade e/ou uso da terra e da água, segundo o Direito e os costumes

Repudiar a política de ruína da agricultura, responsável pela crescente hipoteca de milhares de explorações agrícolas, e exigir o seu desendividamento.

Defender leis que garantam os direitos dos rendeiros e, em particular, a garantia dos seus investimentos em capital vivo e benfeitórias.

Pôr cobro a violações do direito de propriedade, como sucede na criação de reservas de caça e na instalação de condutas de gás.

Combater a política de água que visa expropriar os agricultores do que sempre foi seu, a par da necessária intervenção oficial na resolução dos problemas da poluição e limpeza de linhas de água e lençóis freáticos.

5.

### Uma floresta de uso múltiplo e a posse, uso e fruição dos baldios pelos povos

Defender um ordenamento florestal participado, integrado e articulado com o desenvolvimento da agricultura e com as explorações agrícolas familiares e baldios.

Combater a floresta industrial e/ou estreme ao serviço dos interesses gananciosos da agro-indústria e das empresas turísticas alheias ao mundo rural.

Medidas de defesa do montado de sobreiro.

Intensificação da prevenção e combate aos fogos florestais.

Florestação das áreas ardidas.

Travar a substituição forçada da área agrícola pela floresta.

Exigir o respeito pelos ancestrais direitos comunitários dos compartes das terras baldias.

6.

### Um movimento cooperativo democrático, ao serviço da valorização da produção agrícola nacional e das explorações agrícolas familiares

Reclamar o apoio do Estado para o seu papel social na compensação das maiores dificuldades económicas das pequenas e médias explorações, em particular em zonas desfavorecidas.

Lutar contra a perversão dos seus objectivos e princípios: um homem — um voto, e o capital social propriedade dos associados.

Travar a batalha por uma gestão democrática, competente, transparente e participada pelos sócios.

Combater o assalto levado a cabo pelos grandes grupos nacionais e estrangeiros da transformação e comercialização da produção agropecuária.

Fazer reverter a favor dos produtores valor acrescentado criado a jusante da produção.

7.

### Uma política de integração comunitária que defenda a especificidade da agricultura portuguesa e o apoio privilegiado dos fundos comunitários à pequena e média lavoura

Recusar qualquer igualização da nossa agricultura às agriculturas dos outros países comunitários, que foram apoiadas e tiveram direito a um mercado «fechado» e preferencial durante 30 anos.

Concretizar moratórias e derrogações para regras e disciplinas, políticas de preços e mercados de ordem comunitária.

Exigir maiores fundos para acções estruturais, para sustentação de rendimentos e defesa do mundo rural, o que requer a subida das indemnizações compensatórias que são, em Portugal, as mais baixas da Comunidade. Garantir o acesso desburocratizado e privilegiado das explorações agrícolas familiares e cooperativas a esses fundos. Abrir linhas de crédito à taxa zero para as contrapartidas da lavoura necessárias a esse investimento.

Explorar a capacidade produtiva da agricultura portuguesa, nomeadamente dos sectores em que temos vantagens comparativas naturais.

8.

### Um mercado nacional para a produção agro-alimentar portuguesa

Advogar nos órgãos da Comunidade protecções temporárias do mercado nacional, por ser uma questão vital de sobrevivência da agricultura portuguesa, e a possibilidade de viabilizar os próprios investimentos de fundos estruturais.

Exigir o aprofundamento oficial do controlo qualitativo dos produtos importados e o combate à fraudulenta rotulagem de produção estrangeira com marcas portuguesas.

A defesa de regras de comercialização e concorrência que defendam a produção nacional e, em particular, cooperativa.

Limitação das imposições e manobras das grandes superfícies comerciais, das multinacionais agro-alimentares e dos grandes negociantes dos mercados abastecedores no exagerado uso e abuso das «marcas brancas» e de produtos importados.

9.

### A defesa da produção agrícola nacional e do mundo rural

Defender o direito a produzir em toda a terra agrícola portuguesa e combater as imposições de áreas de terra a monte (*set-aside*) ou a sua desvalorização por subaproveitamento, abandono ou redução do seu papel económico e social, de que é exemplo o uso de elevadas áreas como suporte exclusivo de caça.

Exigir a manutenção de um tecido denso de explorações agrícolas familiares, o que implica apoios específicos a zonas específicas e/ou do interior particularmente desfavorecidas, como ajudas diferenciais ao rendimento, regionalização de quotas ou isenção de limitações à produção e/ou de efectivos (quotas).

Um particular cuidado na promoção e defesa das marcas/denominações de o regime que distinguem solares de raças autóctones e produções de alta qualidade.

Defender o desenvolvimento dos serviços públicos (saúde, ensino, postos de CTT, caminhos-de-ferro) e combater a sua extinção, em particular dos serviços regionais e concelhios do Ministério da Agricultura.

Reclamar maiores apoios para os concelhos rurais e a autonomização de mais competências e meios financeiros para as freguesias.

Exigir que o Orçamento do Estado e as políticas respeitantes aos meios rurais compensem as dificuldades e obstáculos naturais das actividades económicas e sociais, pela manutenção e desenvolvimento de meios de comunicação e transporte, por apoios ao artesanato, ao comércio e às pequenas e médias empresas, pela preservação da cultura e pela criação de empregos nas freguesias e concelhos rurais, com o desenvolvimento económico no mundo rural de sectores não agrícolas.

10.

### A CNA como parceiro social de pleno direito

Pôr fim a qualquer discriminação da CNA pelo Governo e organismos do aparelho de Estado, relativamente a funções de representação e participação em Portugal e na Comunidade Europeia, no acesso à informação, no direito a apoio técnico e financeiro.

Combater tudo o que pretende restringir, iludir ou apagar o seu papel de legítima representante de muitos milhares de agricultores, explorações agrícolas e associações ligadas ao mundo rural, que na CNA reconhecem a sua confederação.



# Orçamento do Estado para 1995 As propostas do PCP para maior justiça social e fiscal

Em sede de comissão especializada, depois de aprovado na generalidade apenas com os votos da maioria governamental, estão a ser ultimadas as alterações ao Orçamento do Estado para 1995, após o que este voltará a plenário nos próximos dias 12 e 13 para debate e votação final global.

Nesta fase de apreciação ao documento que definirá as linhas mestras de actuação do Executivo em matéria económica e financeira, para o Grupo Parlamentar do PCP, o importante tem sido apresentar propostas com orientações orçamentais política e socialmente diferenciadas das do Governo, visando, sobretudo, uma maior justiça fiscal e social, uma contribuição activa para a recuperação da actividade económica e do emprego e o desagravamento da carga fiscal sobre as famílias.

Incidindo nas áreas da fiscalidade e da despesa, não se trata, por conseguinte, de propostas elaboradas com a perspectiva de uma alteração profunda do Orçamento e das suas orientações políticas - o que de resto seria irrealista face à maioria parlamentar do PSD, como a propósito recentemente assinalou o líder da formação comunista, Octávio Teixeira -, e muito menos de propostas visando colaborar na mistificação de um qualquer "orçamento alternativo".

Partindo do princípio de que é possível e desejável um Orçamento de natureza diferente, os deputados do PCP subscreveram assim nestes últimos dias muitas centenas de propostas de alteração, abrangendo todos os distritos e englobando largos milhões de contos, que corrigem dotações ou colmatam aspectos que não estão incluídos no PIDDAC.

No âmbito da fiscalidade e no âmbito da despesa, eis, então, alguns exemplos das propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, logo anunciadas na sua primeira tomada de posição pública sobre o Orçamento do Estado para 1995.

## No âmbito do IRS:

- a baixa da taxa do 1.º escalão do imposto, de 15 para 14%, e a actualização dos escalões em 4,5% (taxa previsível da inflação), o que impediria o agravamento fiscal em IRS;
- eliminar a isenção existente sobre algumas mais-valias financeiras;
- aumentar de 10 para 25% a taxa que incide sobre as mais-valias realizadas, deduzidas das menos-valias igualmente realizadas, com a transmissão onerosa de partes sociais e outros valores mobiliários.

## No âmbito do IVA:

- eliminar o aumento da taxa normal de 16 para 17%, e manter a taxa de 30% sobre bens de luxo;
- reduzir de 16 (ou 17) para 5% a taxa incidente sobre as empreitadas de construção de habitações no âmbito do Programa Especial de Realojamento, independentemente das entidades que as realizem;
- impor que a redução para 5% do IVA incidente sobre as portagens da Ponte 25 de Abril se repercuta obrigatoriamente nos preços pagos pelos utentes, e estender esta medida às portagens de Sacavém e da via de Cascais.

## No âmbito do IRC:

- eliminar o benefício fiscal que incide sobre 20% dos rendimentos de títulos da dívida pública.

## No âmbito do IA:

- manter a isenção dos furgões ligeiros mistos e dos veículos ligeiros de mercadorias derivados de veículos de passageiros, desde que seja feita prova de que se destinam ao exercício de actividade profissional.

## No âmbito do Imposto de Selo:

- eliminar a taxa de 7% que incide sobre o crédito ao consumo (o Governo propõe, apenas, a sua suspensão durante 1995).

## No âmbito das contribuições para a Segurança Social:

- manter a taxa da contribuição patronal em 24,5%;
- inscrever, de forma transparente, as transferências do Orçamento do Estado destinadas a cobrirem os encargos com a acção social e os regimes não contributivos e fracamente contributivos.

## No âmbito da despesa orçamental:

- redução da dotação orçamental para Aquisição de Bens e Serviços Correntes em 9,707 milhões de contos (1,142 em «outros bens não duradouros» e 8,565 em «outros serviços»), quer porque os fortes aumentos propostos não se justificam quer porque estas rubricas residuais funcionam como efectivos sacos azuis dos membros do Governo;
- inscrever uma dotação de 100 mil contos para aquisição de veículos para a Procuradoria-Geral da República.
- inscrição de uma dotação, no valor de 400 mil contos, para o projecto de instalação de um meio de transporte de massas sobre carril, de características ligeiras, no corredor de Odivelas;
- inscrição de 400 mil contos para o projecto de idêntico meio de transporte que ligue os concelhos do Barreiro, Moita, Seixal e Almada, fazendo a ligação com a futura travessia ferroviária sobre o Tejo;
- inscrição de uma dotação de 2 milhões de contos para a implementação de uma rede pública de ensino pré-primário e reforço das dotações para o ensino especial;

- anulação do aumento da dotação para o Serviço de Informações de Segurança, no valor de 200 mil contos;

- redução das transferências do Orçamento para os Governos Civis, no montante de 600 mil contos.

## Maior carga fiscal sobre as famílias!

O agravamento da carga fiscal sobre as famílias constitui um dos traços marcantes no Orçamento do Estado para 1995, facto que em si mesmo funciona como um desmentido à propalada tese do Governo de que se estaria em presença de uma proposta orçamental orientada para a «defesa do rendimento disponível das famílias».

Tal agravamento da carga fiscal é um facto inegável não apenas em sede do IVA, como também no âmbito do IRS. Isto mesmo trataram de comprovar os parlamentares comunistas, tomando como base de exemplo uma família média de três pessoas, em que ambos os conjuges trabalham. Neste caso, considerando os abatimentos e deduções garantidos (que são os que abrangem todos os contribuintes), e admitindo um aumento dos

rendimentos familiares de seis por cento (compatível com a actualização das tabelas salariais em 4,5 por cento), constata-se, como assinala o Grupo Parlamentar comunista, para todos os rendimentos familiares entre os 100 e os 1000 contos mensais (ver quadro), que o aumento do imposto pago relativamente a 1994 se centra nos sete por cento, ou seja, é superior ao aumento de rendimento considerado.

Verifica-se assim, de modo inegável, que há um aumento da carga fiscal em sede de IRS, a que acresce, por outro lado, a circunstância de o Orçamento do Estado lesar mais pesadamente as famílias de menores recursos, uma vez que aumenta ainda mais o peso dos impostos directos, os chamados impostos cegos, no conjunto das receitas fiscais.

### ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 1995 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

RENDIMENTO MENSAL EM CONTOS		IMPOSTO A PAGAR EM CONTOS			SOBRECARGA FISCAL EM % DO IMPOSTO PAGO EM 1994	
1994	1995	1994	1995		GOVERNO	PCP
			GOVERNO	PCP		
100	106	1,3	2,0	0,0	56,9	-100,0
110	117	22,3	24,3	18,3	8,9	-18,0
120	127	43,3	46,5	39,1	7,5	-9,8
130	138	64,3	68,8	59,8	7,0	-6,9
140	148	85,3	91,0	80,6	6,8	-5,5
150	159	106,3	113,3	101,4	6,6	-4,6
160	170	127,3	135,6	122,2	6,5	-4,0
170	180	148,3	157,8	142,9	6,4	-3,6
180	191	169,3	180,1	163,7	6,4	-3,3
190	201	190,3	202,3	184,5	6,3	-3,0
200	212	211,3	224,6	205,3	6,3	-2,8
210	223	242,5	261,1	241,1	7,7	-0,6
220	233	277,5	298,2	278,2	7,4	0,2
230	244	312,5	335,3	315,3	7,3	0,9
240	254	347,5	372,4	352,4	7,2	1,4
250	265	382,5	409,5	389,5	7,1	1,8
260	276	417,5	446,6	426,6	7,0	2,2
270	286	452,5	483,7	463,7	6,9	2,5
280	297	487,5	520,8	500,8	6,8	2,7
290	307	522,5	557,9	537,9	6,8	2,9
300	318	557,5	595,0	575,0	6,7	3,1
310	329	592,5	632,1	612,1	6,7	3,3
320	339	627,5	669,2	649,2	6,6	3,5
330	350	662,5	706,3	686,3	6,6	3,6
340	360	697,5	743,4	723,4	6,6	3,7
350	371	732,5	780,5	760,5	6,5	3,8
360	382	767,5	817,6	797,6	6,5	3,9
370	392	802,5	854,7	834,7	6,5	4,0
380	403	837,8	900,3	878,3	7,5	4,8
390	413	886,8	952,3	930,3	7,4	4,9
400	424	935,8	1004,2	982,2	7,3	5,0
420	445	1033,8	1108,1	1086,1	7,2	5,1
440	466	1131,8	1212,0	1190,0	7,1	5,1
460	488	1229,8	1315,8	1293,8	7,0	5,2
480	509	1327,8	1419,7	1397,7	6,9	5,3
500	530	1425,8	1523,6	1501,6	6,9	5,3
550	583	1665,5	1777,1	1755,1	6,7	5,4
600	636	1883,6	2008,2	1986,2	6,6	5,4
650	689	2101,6	2239,3	2217,3	6,6	5,5
700	742	2319,7	2470,5	2448,5	6,5	5,6
750	795	2537,7	2701,6	2679,6	6,5	5,6
800	848	2755,8	2932,7	2910,7	6,4	5,6
850	901	2973,8	3163,9	3141,9	6,4	5,7
900	954	3191,9	3402,6	3377,6	6,6	5,8
950	1007	3437,5	3666,8	3641,8	6,7	5,9
1000	1060	3686,7	3930,9	3905,9	6,6	5,9

#### NOTAS:

- 1 — Para cálculo do imposto a pagar, consideram-se os contribuintes como casados, dois titulares, com 1 filho e com abatimentos e deduções garantidos.
- 2 — Rendimentos para 1995 calculados com actualização de 6%; 3 — Rendimento disponível = rendimento bruto menos descontos para a Segurança Social (11%).

#### PROPOSTA DO GOVERNO:

- 4 — Actualização dos escalões, deduções e abatimentos de acordo com o OE para 1995.

#### PROPOSTA DO PCP:

- 5 — Redução da taxa do 1.º escalão de 15 para 14%.
- 6 — Actualização dos escalões em 4,5%.
- 7 — Actualização das deduções e abatimentos em 6% (tal como no OE para 1995)



# Portugal, os parceiros europeus a Noruega e o bacalhau

Ainda a Noruega não decidira o seu futuro quanto à União Europeia e já o respectivo bacalhau estava a ser dividido, não em postas, mas em quotas. A Portugal caberia uma quota de 5200 toneladas na captura do "fiel amigo", cada vez menos fiel e menos amigo, que agora, com o "não" norueguês à adesão europeia, ficou, pode dizer-se com toda a propriedade, em "águas de bacalhau". Enquanto isso, alguns parceiros europeus continuam pouco interessados em ceder a Portugal parte das suas quotas, apesar de continuarem a não as utilizar plenamente.

A Associação dos Armadores das Pescas Industriais (ADAPI) alertou a semana passada para o facto de Portugal perder uma quota de 5200 toneladas prevista para 1995 (menos 60 por cento) na captura de bacalhau, na sequência do "não" da Noruega à adesão à UE.

Segundo a ADAPI, com o "não" da Noruega à União Europeia, Portugal fica cada vez mais "dependente" da zona NAFO, "da qual o Canadá tem por estratégia afastar Portugal e Espanha".

A ADAPI acusa a União Europeia de ceder perante o lobby canadiano relativamente à pesca do bacalhau nas águas internacionais do Noroeste do Atlântico e lamenta que a Grã-Bretanha, a Alemanha e a França — que não utilizam as quotas que lhes foram atribuídas na NAFO —, se recusem a transferi-las para Portugal e Espanha, países cujas petições foram apoiadas no último Conselho de Ministros das Pescas da UE, pela Grécia e Itália.

Comunidade, tanto nas águas comunitárias como nas águas internacionais em que vigoram medidas de gestão multilaterais, sejam atribuídas aos Estados-membros "em conformidade com o princípio da estabilidade relativa", estes "podem, após notificar a Comissão, trocar entre si a totalidade ou parte das disponibilidades de pesca que lhes tenham sido atribuídas".

Uma diligência cada vez mais urgente, tendo em conta que actualmente a frota portuguesa é de 16 navios, trabalham no sector 9500 pessoas e movimentam 15 milhões de contos anuais.

Para a ADAPI, "a Noruega era a alternativa para a nossa frota de pesca longínqua, mas a não adesão à UE veio gorar essa hipótese já praticamente negociada, pelo que agora a alternativa



Para os pescadores portugueses, a pesca do bacalhau é cada vez mais uma miragem

Esta questão motivou diversas diligências, nomeadamente por parte dos eurodeputados comunistas. Em resposta a uma pergunta escrita de Sérgio Ribeiro sobre a matéria, a Comissão informou, no passado dia 23 de Novembro, que embora "as quotas de pesca para os navios da

Ainda de acordo com a Comissão, "as autoridades portuguesas podem contactar as autoridades de outros Estados-membros que não tenham utilizado plenamente as suas quotas para acordar uma qualquer transferência das mesmas para Portugal".

é de a Grã-Bretanha, Alemanha e França cederem parte das quotas da NAFO".

Resta saber se as "autoridades portuguesas" já levaram a cabo as diligências necessárias à resolução deste problema que está a deixar a pesca portuguesa a "ver navios".

## Ratificação

A Assembleia da República ratifica, a 15 de Dezembro, as adesões da Áustria, Finlândia e Suécia à União Europeia (UE). O agendamento foi feito a semana passada pela conferência de líderes parlamentares. Nas ratificações não figura a Noruega que, no referendo realizado no dia 28 de Novembro, recusou a entrada na UE. No referendo sobre a adesão da Noruega à União Europeia, o "não" obteve 52,2 por cento e o "sim" 47,8 por cento, segundo os resultados oficiais. A taxa de participação foi de 88,8 por cento, a maior afluência registada num escrutínio a nível nacional neste país escandinavo.

No primeiro referendo sobre a Comunidade Europeia, que se saldou igualmente pela vitória do "não" (53,5 por cento), a taxa de participação foi de 79,1 por cento.

A Noruega foi o último dos quatro candidatos à UE a organizar um referendo sobre a adesão à Europa comunitária. Os austríacos, finlandeses e suecos votaram a favor da entrada na União, o que se deverá verificar a partir de 1 de Janeiro de 1995.

Dado tratar-se de uma alteração ao Tratado da União Europeia — o alargamento da UE a mais três Estados — é necessária a ratificação das adesões pelos parlamentos nacionais dos Estados-membros.

## Deficientes discriminados

Mais de 30 milhões de deficientes dos países da UE são sistematicamente e diariamente privados dos seus direitos humanos básicos, acusou a Internacional do Deficiente a propósito do Segundo Dia Europeu do Deficiente, que se assinalou no sábado.

O Segundo Dia Europeu do Deficiente foi celebrado em simultâneo com o "Dia Internacional dos Deficientes" das Nações Unidas.

Segundo um comunicado distribuído pela "Internacional dos Deficientes", a ONU visa com esta efeméride fomentar "o igual e total usufruto de direitos humanos e participação na sociedade das pessoas com deficiências".

De acordo com a presidente da "Internacional dos Deficientes", Rachel Hurst, "35 milhões de pessoas deficientes na União Europeia são diariamente privados dos seus básicos direitos humanos.

"A discriminação contra nós grassa sistematicamente, mas os deficientes da UE exigem agora o direito de ter vidas independentes e desempenhar um papel igual na sociedade", disse Rachel Hurst, sublinhando ser objectivo da organização "levar esta mensagem às instituições da União, aos governos e a todos os 350 milhões de cidadãos da UE a que possamos chegar".

No sábado foi entretanto lançado um relatório acerca de quatro questões relacionadas com a situação dos deficientes: definição de deficiência, bioética, eutanásia, vida independente e sexualidade.

## Convite ao Leste

O chanceler alemão, Helmut Kohl, anunciou na passada quarta-feira ter convidado os chefes de Estado e de governo de seis países da Europa de Leste, interessados em aderir à União Europeia (UE), para uma reunião no final do próximo Conselho europeu de Essen, Alemanha, agendado para 9 e 10 de Dezembro.

Segundo fontes diplomáticas, os seis países são a Polónia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Roménia e Bulgária que concluíram acordos de associação com a UE e são reconhecidos como tendo "vocações" para aderir à União.

As mesmas fontes acrescentaram que os dirigentes do Leste europeu participarão sábado, 10 de Dezembro, no fim do Conselho europeu, num almoço com os seus homólogos da União Europeia.

O Conselho europeu de Essen deverá adoptar, em particular, uma estratégia de "pré-adesão" para definir as modalidades da entrada daqueles países na UE, que os alemães gostariam de ver concretizada, para os mais avançados, no final do século.

## Têxteis

Os 80 milhões de contos das ajudas adicionais prometidas aos têxteis portugueses foram finalmente assegurados, na sequência de um acordo entre o Parlamento e o Conselho de Ministros da União Europeia.

O acordo foi conseguido durante a reunião de conciliação entre o Parlamento Europeu (PE), o Conselho de Ministros e a Comissão Europeia, sobre o próximo quadro orçamental plurianual da União (perspectivas financeiras), decorrente das adesões da Áustria, Suécia e Finlândia, a 1 de Janeiro próximo.

As três instituições da União concordaram em reforçar a rubrica "políticas internas" do orçamento da União, por forma a incluir as ajudas adicionais aos têxteis portugueses, aprovadas em Dezembro do ano passado, para o período 1994/99.

Embora esteja já assegurada a cobertura orçamental das ajudas na rubrica "políticas internas", a decisão do PE ainda pode suscitar problemas, no seio do Conselho de Ministros da União. A transferência das ajudas para as "políticas internas" exige a reaprovação pelo Conselho de Ministros do respectivo regulamento financeiro, passo que requer a unanimidade dos 12 Estados-membros. E a Grécia já fez saber, formalmente, que também quer um programa idêntico ao português de apoio à modernização do seu sector têxtil.

Um diplomata da representação permanente (REPER) da Grécia junto da União Europeia garantiu à agência Lusa, na última semana, que a reivindicação do governo de Atenas "seria e será levada até às últimas consequências".

Não está excluída, assim, a possibilidade de, em Conselho de Ministros, a Grécia condicionar a sua aceitação de um programa específico para a modernização dos têxteis portugueses à aprovação pelos Doze de uma medida semelhante para o sector grego.

## Perguntas à Comissão

### Estaleiro naval

De acordo com notícias vindas a público, vai ser construído um estaleiro naval em Wismar, Alemanha, envolvendo financiamentos superiores a 300 milhões de ecu.

A notícia causou perplexidade em Portugal, onde um estaleiro - o da Setenave -, com características similares ao que se anuncia ir ser construído, está a ter a sua capacidade progressivamente reduzida, com "dispensas" sucessivas de trabalhadores, e consequentes reflexos sociais muito graves, com o argumento de que tal política obedece a directivas comunitárias.

A mesma notícia, a confirmar-se, vem dar razão às estruturas sindicais e comissão de trabalhadores que insistem na viabilidade da indústria naval com base na retoma da construção naval, procurando contrariar a política que está a ser seguida.

Resta agora saber se a referida construção em Wismar se adequa à política comunitária relativa à construção naval, e se houve da parte do Governo português e da administração da Solinor/Setenave algum esforço para que sobrevivesse em Portugal uma actividade industrial da maior importância económica e social. A questão já foi colocada à Comissão Europeia, pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro. Aguarda-se resposta.

### Auto-estrada no papel?

A anunciada construção da auto-estrada Lisboa-Valladolid pode estar comprometida devido a dificuldades financeiras da União Europeia. A notícia, posta a circular em Bruxelas numa reunião dos ministros das Finanças dos Doze (Ecofin) - no final da qual o ministro Eduardo Catroga não falou aos jornalistas —, preocupou os eurodeputados comunistas, levando Honório Novo a questionar a Comissão sobre o assunto.

Lembrando que a referida auto-estrada "faz parte dos projectos já aprovados no âmbito das grandes redes rodoviárias transeuropeias", Honório Novo pergunta — a existirem dificuldades financeiras e a ser verdade que há intenção de adiar alguns desses projectos, faseando-os no tempo — se "considera a Comissão, ou não, que a prioridade da construção das vias previstas na rede transeuropeia de transportes deve ser atribuída aos projectos que interessam à ligação de regiões periféricas da União Europeia", ou seja, à construção, entre outras, da referida auto-estrada.

O eurodeputado comunista pretende ainda saber se a Comissão considera, ou não, "que a eventual não atribuição de prioridade à construção da auto-estrada Lisboa-Valladolid iria contrariar a anunciada política de reforço da coesão social e económica que se pretende atingir com a construção das redes transeuropeias".

Esperemos que a Comissão, ao contrá-

rio do ministro Catroga, tenha alguma coisa a dizer sobre o assunto.

### Sem competência

A Comissão Europeia não tem competência para "intervir na resolução de conflitos que possam surgir a nível nacional no que se refere aos direitos sindicais em geral" — informou o Comissário Flynn, em nome da Comissão, em resposta a uma pergunta escrita dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, Sérgio Ribeiro, Joaquim Miranda e Honório Novo, a propósito da tentativa de saneamento de José Carreira, dirigente da Associação Sócio-Profissional da Polícia (ASPP).

De acordo com o Comissário, a Comunidade só dispõe de "competência no domínio da aplicação do direito comunitário que tem por base o respeito dos direitos fundamentais", e embora a Carta comunitária dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores consagre o direito de livre associação, há um artigo — o 14º — que dispõe "que a ordem jurídica interna dos Estados-membros determina em que condições e em que medida os direitos previstos nos artigos 11º e 13º são aplicáveis às forças armadas, à polícia e à função pública". E sublinha, para que não haja dúvidas, que "os direitos supramencionados podem portanto ser objecto de restrições no que se refere à polícia". São assim uns direitos um bocado para o torto...



## Sida

Os 42 países representados na Cimeira de Paris sobre a sida, que se realizou a semana passada, comprometem-se a "reforçar a sua parceria" no quadro do programa comum da ONU sobre a sida. Os primeiros-ministros e representantes dos Estados participantes na cimeira assinaram no encontro uma declaração sobre os direitos dos doentes e os deveres dos responsáveis políticos e decidiram sobre uma série de medidas de luta contra a sida tornando-as numa "prioridade". Os Estados declaram-se "conscientes" de que a sida constitui "uma ameaça para toda a humanidade e que a pandemia progride mais rapidamente entre as mulheres, as crianças e os jovens". Declaram-se todavia conscientes dos obstáculos que "entram a informação, a prevenção e a responsabilização médica e social". Enquanto responsáveis políticos assumem o dever "de dar prioridade à luta contra o HIV/sida" e comprometem-se a "proteger e promover, a nível jurídico e social, os direitos das pessoas" atingidas.

## Noruega

No referendo sobre a adesão da Noruega à União Europeia (UE), o "não" obteve 52,2 por cento e o "sim" 47,8 por cento.

A taxa de participação foi de 88,8 por cento, a maior afluência registada num escrutínio a nível nacional neste país escandinavo.

No primeiro referendo sobre a Comunidade Europeia, que se saldou pela vitória do "não" (53,5 por cento), a taxa de participação foi de 79,1 por cento.

A Noruega foi o último dos quatro candidatos à UE a organizar um referendo sobre a adesão à Europa comunitária.

## Palestina

Países doadores responderam aos apelos do presidente da autoridade palestina, Yasser Arafat, concedendo 125 milhões de dólares para auxílio imediato, nomeadamente para a criação de empregos. "É um passo em frente muito importante. É uma iniciativa séria tomada pelos doadores em atenção aos problemas do povo palestino", disse Nabil Chaath, o chefe da delegação palestina à conferência de dois dias dos doadores.

Arafat apelara à concessão de auxílio financeiro, sublinhando que este era vital para melhorar o nível de vida das populações da Faixa de Gaza. "Se este auxílio não vier" - advertira Arafat - "os palestinos pobres voltar-se-ão cada vez mais para os grupos islâmicos radicais que se opõem violentamente ao processo de paz com Israel".

# Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba



O Encontro de Solidariedade reuniu representantes de 109 países

## Declaração

Reunidos na cidade de Havana, de 21 a 25 de Novembro de 1994, nós, 3072 representantes de 109 países dos cinco continentes e de cinco organizações regionais e internacionais, participantes no Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, declaramos que defender o direito soberano de Cuba a decidir, sem ingerências, um destino de acordo com as suas necessidades e o seu percurso histórico, é defender o direito à pluralidade de caminhos contra os dogmas políticos e económicos que se pretende universalizar.

Nas sessões de trabalho e no contacto directo com o povo constatamos uma vez mais que ao mesmo tempo que se nega a Cuba a possibilidade de comerciar livremente com o resto do mundo, ao mesmo tempo que se levantam obstáculos aos esforços no sentido de reconstruir a sua economia, a realidade cubana é falseada e distorcida de forma sistemática através de uma campanha propagandística sem precedentes. Verificámos directamente os cruéis efeitos do bloqueio sobre a vida do povo cubano e por isso pedimos ao governo dos Estados Unidos para que escute a exigência de amplos sectores da opinião pública mundial, tal como das Assembleias Gerais das Nações Unidas, para pôr fim a esta injustificável medida que já se prolonga há mais de trinta anos. Podemos ainda constatar o espírito e a vontade de resistência do povo cubano e a sua decisão de preservar as conquistas sociais alcançadas. Regressamos aos nossos países ainda mais convencidos da necessidade de continuar a trabalhar pela causa de Cuba.

Nos próximos dias, Cuba, bloqueada e caluniada, não estará presente na Cimeira convocada em Miami pelo governo dos Estados Unidos. Os anfitriões temem a sua voz digna, representante dos esquecidos, dos despojados, dos marginalizados, dos pequenos. Mas Cuba não está só: demonstra-o este Encontro em que apenas está presente uma parte do imenso caudal humano que, em todas as latitudes, é solidário com este digno país.

O nosso Encontro Mundial de Solidariedade teve lugar quando por toda Cuba, e na América Latina, se preparam as comemorações do centésimo aniversário da morte em combate de José Martí. Martí sempre compreendeu o transcendente significado das lutas em Cuba pela independência, tanto para os destinos do que chamou a "Nossa América" como para "o equilíbrio do mundo". Nos dias que correm, a profecia de Martí surge em toda a sua gravidade e plenitude. "Quem hoje se levanta por Cuba, levanta-se para sempre".

O bloqueio contra Cuba deve cessar!

Deve ser respeitado o direito inalienável dos cubanos a construir o seu futuro!

## Direcções de Trabalho

1. Declarar 1995 Ano Internacional de José Martí e de luta contra o bloqueio.

2. Celebrar, a 19 de Maio, o dia de Martí e de apoio a Cuba, dia do centenário da morte em combate do herói nacional de Cuba. Esse dia será celebrado com acções diversas da iniciativa dos movimentos de solidariedade em cada país.

3. Manter e melhorar os encontros nacionais e regionais de solidariedade com Cuba, com a participação de todas as forças e grupos empenhados na acção pela amizade.

4. Protestar contra a exclusão de Cuba da Cimeira de Miami, convocada pelo governo dos Estados Unidos.

5. Continuar a desenvolver as campanhas de solidariedade material e ajuda económica

como expressão da solidariedade com Cuba.

6. Trabalhar pelo aumento do movimento de solidariedade, ampliando-o a todos os sectores possíveis da sociedade, promovendo os encontros, as visitas a Cuba, o turismo e os investimentos na economia cubana.

7. Proclamar o 10 de Outubro, data do início da luta revolucionária do povo cubano, como dia mundial de solidariedade com Cuba.

8. Denunciar, como inaceitáveis, o bloqueio e as pressões financeiras, comerciais e económicas para impôr a qualquer país modelos de organização política e social.

9. Condenar as campanhas difamatórias e o bloqueio informativo contra Cuba e divulgar, por todas as formas possíveis, a verdade sobre o seu povo.

O Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba, realizado em Havana de 21 a 25 de Novembro, e de que já demos notícia nas páginas do "Avante!", encerrou com a aprovação de uma Declaração e direcções de trabalho, que aqui transcrevemos.

No plenário usaram da palavra várias personalidades, entre as quais Rigoberta Menchu, prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, prémio Nobel da Literatura, Daniel Ortega da Nicarágua, Marcelino dos Santos de Moçambique, Frei Betto do Brasil, Reverendo Lucius Walker dos EUA, deputados de parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu, dirigentes de partidos e sindicatos, membros de governos, e de associações e organizações de solidariedade com Cuba.

Os participantes portugueses - de que na página 23 publicamos alguns depoimentos - intervieram nos trabalhos das 3 secções (acções contra o bloqueio; campanhas difamatórias; intercâmbio de ideias para a solidariedade com Cuba). A Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Armanda Carvalho da Fonseca, usou da palavra na sessão plenária. O General Vasco Gonçalves, Sérgio Ribeiro e Armanda Carvalho da Fonseca estiveram na mesa da presidência dos trabalhos do Encontro.





## Ruanda

## A indiferença depois do genocídio

Dezenas de milhar de refugiados deslocaram-se nos últimos dias para diversos campos do Norte de Goma, Zaire, levados pelo medo ou constrangidos pelos soldados zairenses a abandonar as zonas em que se haviam instalado.

Estas deslocações de populações vêm na sequência de confrontos violentos que eclodiram nos arredores do campo de Katalé, entre refugiados e soldados zairenses e que fizeram 27 mortos, dos quais três zairenses.

Um facto concreto da dramática realidade que as populações

do Ruanda continuam a viver - no país ou nos campos de refugiados - seis meses após o genocídio levado a cabo pelo antigo exército governamental, que graças ao apoio das tropas enviadas por França hoje domina os campos de refugiados.

Neste momento, o actual governo ruandês debate-se numa evidente impossibilidade de recuperar o país, por total falta de meios. O gesto isolado da União Europeia de conceder uma ajuda de 440 milhões de dólares é claramente insuficiente no quadro de um país devas-

tado. Nos campos de refugiados no Zaire, o antigo exército governamental mantém na prática como reféns os 900 mil refugiados hutus na região de Goma, desvia a ajuda humanitária e treina-se para uma reconquista do país.

A atitude assumida pelos possíveis donatários é de um chocante cinismo. Isso mesmo foi denunciado por duas organizações não governamentais (ONG) que acusam a França e a Bélgica de bloquearem deliberadamente a ajuda da União Europeia para o Ruanda.

Em comunicado conjunto recentemente publicado, os Médicos sem Fronteiras e a ONG britânica OXFAM denunciavam as "condições irrealistas" impostas por Paris e Bruxelas ao governo de Kigali para o desbloqueamento da ajuda.

Concretamente o governo francês e parte da coligação governamental belga (os sociais-cristãos) exigem que o actual governo de Kigali reestabeleça a segurança no país e negocie o poder com forças políticas hoje na oposição, e que foram os responsáveis pelo

genocídio, a pretexto de que essa seria a forma de abrir portas ao regresso dos refugiados.

Uma posição que significa não apenas exigir o impossível como representa uma forma clara de ingerência na política interna do Ruanda. O que verdade seja dita nada tem de original.

Quanto ao Banco Mundial, a posição assumida não é menos significativa: a promessa de atribuição de 250 milhões de dólares só se concretizará quando o Ruanda pagar uma dívida atrasada de 10 milhões de dólares... que naturalmente não tem.

O dinheiro agora disponibilizado contribuirá para auxiliar os palestinos a equilibrarem o seu orçamento e apoiará os programas de criação de emprego da ONU em sectores como o da construção e saneamento básico.

No total, os doadores internacionais prometeram canalizar para a autoridade palestina, este ano, 700 milhões de dólares. Até agora, apenas 140 milhões foram entregues.

## PDS

Os principais líderes do Partido do Socialismo Democrático (PDS) alemão iniciaram uma greve de fome indefinida em protesto pela reclamação fiscal de 67 milhões de marcos que pesa sobre esta formação, que integra os comunistas.

Tanto o presidente do PDS, Lothar Bisky, como o líder no parlamento, Gregor Cysi, se juntaram ao acto de protesto na sede do partido no centro de Berlim.

A greve de fome dos dirigentes do PDS, que conta com 30 lugares no Parlamento, iniciou-se após o fracasso das negociações entre o partido e a comissão encarregada de velar pelo património dos grupos políticos na antiga RDA. O PDS, formação sucessora do Partido Socialista Unificado (SED) que governou a RDA durante os seus 40 anos de existência, teme a confiscação das suas contas bancárias, sedes bancárias e dinheiro que receberá do Estado para cobrir os custos da recente campanha eleitoral alemã.

Segundo o PDS, a greve de fome não é mais do que o começo de uma série de acções contra a campanha de difamação de que é alvo apesar de representar 20 por cento do eleitorado alemão oriental.

## Guatemala

## Exército mata manifestantes

Pelo menos 13 pessoas foram mortas na Guatemala quando das grandes manifestações de Novembro contra os aumentos dos transportes urbanos. Simultaneamente, as negociações entre o governo e a guerrilha prosseguem com dificuldade.

Os conflitos foram desencadeados pela decisão dos proprietários dos transportes urbanos de aumentar as tarifas em 25 a 50 por cento. Durante vários dias sucederam-se manifestações contra os aumentos das tarifas e pela demissão do ministro das Comunicações e Transportes. Os manifestantes foram directamente reprimidos pelo exér-

cito, o que levou à morte de 13 pessoas, para além de numerosos feridos. O instável acordo alcançado protela de facto os problemas para Janeiro próximo.

A grande instabilidade política e social que se vive no país reflecte-se nomeadamente nas dificuldades registadas nas conversações entre o governo e a União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG).

Há mais de sete meses foi assinado um acordo entre a guerrilha e as autoridades "sobre os direitos do homem". O governo aceitou então promulgar novas leis que permitissem avançar no processo de

paz. O fim deste ano deveria ser o momento da assinatura de um acordo destinado a pôr fim a quarenta anos de ditaduras e guerras civis.

Mas as medidas ultraliberais aplicadas pelo governo de Ramiro Leon de Carpio, nomeadamente no que respeita às privatizações, e o não respeito do acordo sobre direitos humanos, agravaram mais ainda o descontentamento popular. E a repressão aumentou.

Entretanto prosseguem as reuniões entre representantes da URNG e as autoridades guatemaltecas, por vezes com a participação do mediador da ONU, Jacques Arnault.

A União Revolucionária Nacional Guatemalteca assumiu também a defesa dos direitos dos povos índios - questão essencial num país em que 65 a 80 por cento da população é índia. Os povos maias da Guatemala falam vinte e uma línguas diferentes.

As propostas da URNG - que pressupõem um conjunto de reformas constitucionais conducentes a "um Estado pluri-étnico e multilingue" - articulam-se em torno de quatro temas:

- O direitos políticos, de que actualmente as populações índias continuam privadas, e nomeadamente ao nível local
- A autonomia - reivindicação central, porque levará ao reconhecimento do direito a uma língua própria e a regras de funcionamento da comunidade de acordo com tradições e costumes
- O direito à terra, uma exigência ligada simultaneamente às necessidades elementares de alimentação e a uma visão cultural própria
- E por fim o direito à participação na economia, integrando-se na totalidade do ciclo produtivo.

Economia em Notícias  
Desemprego na OCDE

Num estudo sobre o emprego publicado em fins de Novembro, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) manifesta preocupação face ao salto registado no número de desempregados - mais 10 milhões entre 1990 e 1994. Actualmente o número oficial de desempregados nos países da OCDE é de 35 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,5% da população activa.

Estes elevados níveis de desemprego, a que há que acrescentar os "empregos medíocres e mal pagos", não reflectem ainda a amplitude do subemprego, nota o estudo da OCDE.

## Privatizações na Turquia

O Parlamento turco adoptou um projecto de lei governamental sobre a privatização total ou parcial das empresas públicas por um montante de 60 mil milhões de dólares, ou seja, o dobro do orçamento anual do país.

Cerca de 150 000 operários, entre os 600 000 trabalhadores do sector público, estão directamente ameaçados de desemprego nos próximos

meses. Serão atingidos nomeadamente os trabalhadores das siderurgias de Karabuk e das minas de carvão de Zonguldak (noroeste), que deverão ser totalmente privatizadas.

## Rússia

## Os ricos cada vez mais ricos

Segundo um inquérito agora divulgado pelo centro governamental russo de análise económica, os rendimentos dos mais ricos - 10% da população russa - eram 12,3 vezes superiores aos dos mais pobres, entre Setembro e Outubro último, contra 10,2 em 1993.

Se o rendimento médio nominal aumentou de 18,5% no decurso dos últimos 10 meses em relação ao ano anterior, 32 milhões de russos continuam a viver abaixo do limiar da pobreza.

Os preços oficiais aumentaram de 140% entre Dezembro de 1993 e Outubro de 1994. Em Outubro passado, a taxa de inflação foi de 15%, contra 8% em Setembro. Os rendimentos reais sofreram assim de facto uma quebra de 2,4%.

## México

O presidente eleito do México, Ernesto Zedillo Ponce de Leon, tomou posse no meio da mais grave crise do Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder.

Ernesto Zedillo, 43 anos, que sucede ao presidente Carlos Salinas de Gortari, foi eleito em 21 de Agosto com 48 por cento dos votos, o pior resultado para um candidato do PRI, no poder há 65 anos. Um partido, onde os sectores mais conservadores se opõem a qualquer tentativa de evolução democrática do regime.

A situação explosiva no Estado de Chiapas, no sul do país, onde as negociações com o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se encontram num impasse, é outra das questões prioritárias do novo chefe do Estado, que pela primeira vez, em 65 anos de poder do PRI, incluiu no seu governo um membro da oposição.

Venha escolher  
as suas prendas  
na Venda de Natal  
da CASA DA PAZ.



De 25 Novembro a 23 Dezembro

Conselho Português para a Paz e Cooperação

Rua Rodrigo da Fonseca n.º 56 - 2.º 1200 Lisboa Tel. 3863375 Fax. 3863221



■ Henrique Custódio

# O naufrágio da Cultura

*A fatia do Orçamento de Estado para 1995 destinado à Secretaria de Estado da Cultura (SEC), onde pontifica Pedro Santana Lopes, revela, por si, o desprezo que o Governo de Cavaco Silva mantém para com as questões culturais do País: apesar de um aumento de 4,7% na dotação global, regista-se uma diminuição efectiva, face à previsível inflação de, pelo menos, 5,5%. Mas não é tudo: os critérios já definidos pela SEC na utilização das verbas disponíveis, confirmam e agravam a política até aqui seguida, assente nas obras de fachada, no elitismo bacoco, na demagogia grosseira e no desprezo efectivo pelas grandes questões culturais, como a defesa do património, o estímulo e o apoio à produção cultural, à descentralização dos serviços. Em vez disso pontifica a megalomania pacóvia como a conclusão (!) do Palácio da Ajuda, 200 anos depois, a ameaça de destruição de uma estação arqueológica de importância mundial através da barragem de Foz Côa, a par da destruição efectiva de dezenas de outras estações arqueológicas classificadas, vítimas da obsessão governamental em abrir estradas a ritmo eleitoral.*

*Entretanto escorrem verbas astronómicas para o Teatro de S. Carlos ou a Fundação das Descobertas, enquanto milhares de monumentos classificados se esboroam por esse País fora, à espera, tantas vezes, de, ao menos, um pequeno arranjo que lhe sustenha a derrocada total.*

Paulo Rodrigues é deputado do PCP e membro da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na Assembleia da República e não tem dúvidas quanto ao Orçamento da Cultura para 1995: é insuficiente e ainda mais reduzido que o deste ano, porque "cresce" 4,7% perante uma inflação previsível de, pelo menos, 5,5%, em versão optimista. E afirma: "Dentro de um Orçamento que é insuficiente, questionamos também a distribuição das verbas".

Nessa distribuição, algo salta à vista: grande parte do Orçamento para a Cultura vai para áreas e projectos de carácter político-partidário, "obedecendo a estratégias do PSD e não às grandes necessidades que ocorrem na Cultura, em Portugal". Dois exemplos, convocados por Paulo Rodrigues, ilustram abundantemente o facto. Um, refere-se à Fundação das Descobertas, que mereceu um aumento de 20% para o seu orçamento de funcionamento, consubstanciado num milhão e meio de contos, a que se soma mais um milhão e 625.000 contos fornecido pelo PIDDAC. O outro, é o do aumento de 45,8% do orçamento de funcionamento da Fundação do Teatro de S. Carlos, o que significa qualquer coisa como um milhão e 115.000 contos.

"São verbas muito elevadas, que contrastam com a «pobreza» nas dotações para áreas como a arqueologia, que ficará com uns escassos 1,4% do Orçamento global da SEC", comenta Paulo Rodrigues.

É o retrato, a corpo inteiro, de uma política cultural virada apenas para as iniciativas de fachada, sem projecto e tocada a demagogia.

## A fachada e a prepotência

Aliás a distribuição deste Orçamento da SEC para 1995 vem, simplesmente, na decorência da política lançada anteriormente, toda ela também de fachada e tocada a prepotência, mesmo quando se vira para algo que, em geral, despreza: o patri-

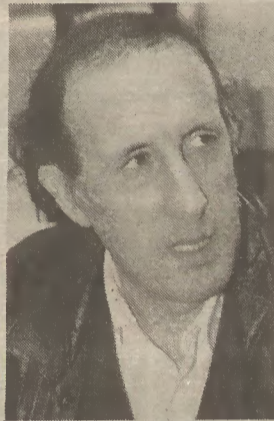
mónio. "Os casos das intervenções na fortaleza de Sagres e no museu Abade de Baçal, em Bragança, são exemplos paradigmáticos numa certa forma de actuar em relação ao património", afirmou-nos José Manuel Vargas, membro da Comissão para a Cultura junto do CC do PCP e quem, na direcção do Organismo de Artes e Letras do Partido, responde pelo Património Cultural. "Em ambos os casos foi manifesta a falta de vontade e a incapacidade do Governo em fazer preceder estas intervenções, quer da consulta aos órgãos constituídos para esse efeito, quer do diálogo, esclarecimento e participação das populações, nomeadamente locais".

Recorde-se que, no caso da fortaleza de Sagres, o debate sobre as controversas alterações que a SEC ali decidiu introduzir apenas surgiu depois das obras iniciadas (mesmo assim surgindo deficiente e atabalhoado), enquanto no caso do museu de Abade Baçal, só esta semana (e por força da intervenção do Provedor de Justiça) é que o IPPAAR deu o seu parecer sobre o projecto de obras, quando estas já avançaram no terreno, de forma irreversível.

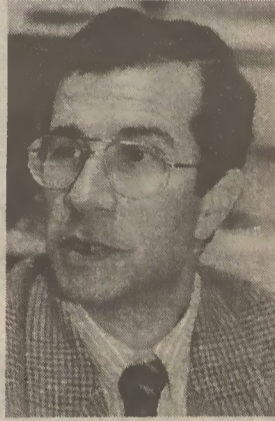
## E o resto... que é quase tudo?!...

Enquanto esbanja milhões atrás de milhões de contos em obras ou serviços de fachada, a SEC estrangula os seus próprios serviços e atraiçoa os projectos que anunciou. É o caso da célebre "reestruturação da SEC", que surgiu para "descentralizar" a intervenção cultural e, de caminho, para extinguir alguns organismos estatais. O Orçamento para 1995 mostra o que vale a "reestruturação" prometida: nele, as Delegações Regionais da SEC vêem as suas dotações reduzidas até ao limiar da miséria (com excepções pontuais e eleitoralistas), deixando-as em dificuldades, até para pagar salários.

Entretanto são desprezadas áreas fundamentais. No património arqueológico, o Governo não se limita a deixá-lo ao abandono - ele próprio promove a sua destruição, com as novas estradas, que fazem a obsessão de Cavaco Silva, a destruir estações arqueológicas atrás umas das outras, mesmo as já classificadas anteriormente, como aconteceu na Via do Infante ou com a destruição do povoado fenício de Santa Olaia, em Montemor-o-Velho. O património etnológico não tem um tostão previsto no Orçamento de Estado para 1995, o Fundo de Fomento Cultural é utilizado para comprar automóveis e, não satisfeito por nunca ter regulamentado a Lei do Património, aprovada por unanimi-



José Manuel Vargas



Paulo Rodrigues

dade pela Assembleia da República, o Governo prepara-se para criar uma nova Lei, sem a submeter à discussão pública e configurando grandes retrocessos.

Como nos disseram Paulo Rodrigues e José Carlos Vargas, devia haver uma política integrada de salvaguarda e valorização do património cultural, com prioridades claramente definidas. Em vez disso, o que existe são projectos avulsos, feitos ao sabor da demagogia e dos fundos comunitários disponíveis.



O Centro Cultural de Belém é a prova viva do tipo de «Cultura» que

## Património mundial, cem metros de água por cima

O escândalo estalou quando apareceu há três semanas nos jornais: a barragem a construir em Foz Côa vai afogar um conjunto de figuras pré-históricas gravadas há mais de 10.000 anos nas rochas das margens do Côa, um achado arqueológico de valor inestimável pois, além do mais, constitui um dos raros exemplares da arte do paleolítico ao ar livre em todo o mundo. Trata-se de um conjunto de desenhos gravados na rocha numa extensão de 300 metros, representando 30 figuras de cavalos, bovídeos e caprídeos com tamanhos que variam entre os 15 cm e os dois metros. Quando a albufeira da barragem atingir as dimensões previstas no projecto, todo este património de importância mundial ficará com cem metros de água por cima.

O escândalo agravou-se seriamente quando veio também a público que a descoberta desta importantíssima estação arqueológica era do conhecimento do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAAR) desde, pelo menos, 1993, altura em que foi, inclusivamente, filmada por um técnico deste organismo governamental. Ninguém soube de nada e o escândalo é tão grande que a EDP, a empresa responsável pela concretização da barragem, já veio a público com um comunicado onde

afirma desconhecer, até à data, tão importante achado arqueológico, e passa toda a responsabilidade para o IPPAAR, com quem diz ter estabelecido um protocolo em inícios de 1993, onde este "assumia o compromisso de aconselhar a EDP nas medidas de salvamento que devessem ser tomadas relativamente a vestígios arqueológicos ou arquitectónicos que o justificassem".

Deste "passa-culpas" pueril emerge, agora, o Secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, a afirmar com o ar mais natural deste mundo, na Assembleia da República, que considera "inadmissível que não se proceda à salvaguarda do achado", acrescentando que "há várias soluções possíveis e quero garantir que a construção da barragem não faça perigar o achado. Não vamos passar pelo assunto como gato por brancas".

Entretanto não considerou inadmissível que o IPPAAR, que dele depende, haja ocultado a descoberta e não tenha desencadeado, de imediato, a procura das tais "várias soluções possíveis" - que, aliás, o Secretário de Estado não explicita.

Recorde-se, aqui, que a verba destinada para a arqueologia em 1995 se fica por 1,4% do orçamento da SEC...





Tem sido o próprio Governo, com a sua obsessão em construir estradas em contra-relógio ao ritmo eleitoralista, que se tem encarregado de destruir muito do património cultural e arqueológico do nosso País

## O pechisbeque dos "anos de ouro"

A 4 de Julho de 1990 e em plena euforia do poder cavaquista, Pedro Santana Lopes dava uma conferência de Imprensa sob o arriscado título "1990-1994 - Os anos de ouro da cultura portuguesa", distribuindo aos jornalistas 35 repolhudas páginas de promessas a concretizar nesse período.

Já estamos em finais de 1994. Esgotou-se o quadriénio dos "anos de ouro" da cultura portuguesa e, relido o rol de projectos então delirantemente prometidos, mas não concretizados, confirma-se o que já se sabia: o "ouro" do cavaquismo não passa de reles pechisbeque. Recordemos algumas dessas promessas:

Para além de um desvairado "Grande Congresso da Imaginação", Santana Lopes propunha-se criar o Museu da Criança, a Escola de Ciências do Mar em Sagres, o Centro de Artes e Ofícios na zona de Belém e a Semana dos Artistas Portugueses Universais, realizar anualmente o "Verão da Nova Dança Portuguesa", abrir em Belém uma Livraria de Artes e Espectáculos a funcionar 24 horas por dia (!), lançar em Junho do ano seguinte a Exposição Internacional de Artes Plásticas no Porto, suprimir a faixa rodoviária que liga o Cais do Sodré ao Terreiro do Paço e à Ribeira das Naus, em Lisboa, para criar um "centro permanente de evocação da gesta dos Descobrimentos" (*sic*), desencadear uma campanha nacional de inventariação do património a concluir-se em 1992, rever a Lei do Mecenato, etc., etc.

Estes e outros projectos anunciados para os "anos de ouro da cultura portuguesa" ficaram, esquecidos e inúteis, nas 35 páginas distribuídas aos jornalistas na conferência de imprensa de Julho de 1994. E, valha a verdade, que em muitos casos ainda bem!

## As repas do Secretário coroadas na Ajuda

talvez por não se julgar menos que Cavaco Silva, o seu Secretário para a Cultura, Pedro Santana Lopes, também quis ligar o nome a um "elefante branco" do género Centro Cultural de Belém. E ele aí está, já anunciado a peso de ouro por uma campanha publicitária a que ninguém descortina o sentido: a conclusão do Palácio da Ajuda!

Para além da mais que discutível opção em se concluir uma obra que parou há 200 anos, ganhando, por isso, identidade histórica na forma incompleta com que ficou para os vindouros, acresce que esta "recuperação" da antiga residência dos últimos reis portugueses vai sorver 750.000 contos só no próximo ano, prevendo-se que nos anos seguintes ultrapassará os sete milhões de contos, o que o transforma no "elefante branco" nº 2, a pedir meças ao descalabro do Centro Cultural de Belém.

Mais: como nos assinalaram Paulo Rodrigues e José Manuel Vargas, "o IPPAAR existe para a preservação e construção, nunca

para a construção de património". A querer-se concluir o Palácio da Ajuda, só na hipótese de não se ter construído o Centro Cultural de Belém, onde, entretanto, "se está a ver que falharam rotundamente os planos de rentabilização para ali pensados, assente numa filosofia de Cultura enquanto objecto sujeito às leis do mercado".

Acrescente-se que os 750.000 contos a gastar no próximo ano no palácio da Ajuda são tirados dos três milhões e 693.500 contos adstritos à recuperação de apenas 10 monumentos seleccionados pelo Governo, "sobrando" para os outros 2.500 monumentos nacionais classificados 55.000 contos na rubrica "Outros Monumentos"... Ou seja, para este Governo, a preservação do património é só espectáculo.

Entretanto, ainda bem que a necessidade de se "coroar" para a história levou Santana Lopes a virar-se para o Palácio da Ajuda. Imaginem se lhe dava para concluir, por exemplo, as "Capelas Imperfeitas"?!...

## Em questões graves, propostas sérias

Em relação ao importante achado arqueológico nas margens do rio Coa, que se encontra sob ameaça de submersão pelas águas da barragem que se está a construir em Foz-Coa (ver peça ao lado), o Grupo Parlamentar do PCP, através do seu deputado Paulo Rodrigues, apresentou esta semana uma Requerimento na Assembleia da República pedindo explicações ao Governo, onde se começa por assinalar que "a divulgação da descoberta coincidiu, praticamente, com a divulgação da acusação feita por uma arqueóloga de que o IPPAAR e, eventualmente, a EDP, teriam ocultado a descoberta, que teria ocorrido já em 1993". Frisa o requerimento que "as contradições entre as afirmações produzidas pelo Conselho de Administração da EDP, elementos do IPPAAR e pelo Secretário de Estado da Cultura, são de molde a levantar as mais sérias suspeitas sobre as intenções e as atitudes das referidas entidades".

Considerando a atitude do IPPAAR "particularmente grave e estranha", o Requerimento assinala que "não está claro por que motivo esta entidade, responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, não prestou qualquer informação sobre a existência de vestígios pré-históricos relevantes", bem como "não divulgou - se é que os fez - os estudos das implicações no campo arqueológico, da construção da barragem", tal como "não esboçou qualquer proposta de salvaguarda e protecção do achado arqueológico".

Após realçar que "a situação causou perplexidade de que são expressão, entre outras posições, a do Presidente do Comité Internacional de Arte Rupestre da UNESCO, da Associação Profissional de Arqueólogos e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia", o Requerimento do deputado Paulo Rodrigues solicita ao Governo que, através da Secretaria de Estado da Cultura, preste com urgência os seguintes esclarecimentos:

- 1 - Qual a data em que os elementos do IPPAAR tomaram conhecimento da existência do conjunto pré-histórico referido?
- 2 - Quais as conclusões a que se chegou no âmbito do estudo do impacto da barragem de Foz-Coa no domínio da arqueologia?
- 3 - Por que não foram, de imediato, tomadas medidas com vista à criação de condições de estudo, preservação e divulgação do achado?
- 4 - De que forma se prevê proceder à preservação do conjunto pré-histórico?

### Propostas e críticas

Entretanto o PCP, embora tenha votado contra o Orçamento de Estado na generalidade, apresentou, também esta semana, propostas na especialidade para dotação de verbas no PIDDAC com vista à preservação de numerosos monumentos nacionais, em risco de perda ou deterioração.

Da extensa lista dessas propostas, destacamos:

- Dotação de verba para a compra do castelo de Nodar, em Barancos.
- Verba para a aquisição da igreja de S. Geão, na Nazaré, raríssimo exemplar de templo visigótico.
- Reabilitação do centro histórico de Évora.
- Recuperação do Palácio do Freixo, no Porto.
- Recuperação do Paço de Sousa, em Penafiel.
- Recuperação do Mosteiro de Cête, em Paredes.
- Recuperação do Mosteiro de Grijó, em Gaia.
- Recuperação do convento de Nossa Senhora da Saudação, em Montemor-o-Novo.

Entre as severas críticas do PCP à política seguida na área da Cultura, está o total desprezo do Governo pelos milhares de agentes culturais espalhados pelo País, dando vida a bandas, ranchos, grupos, associações, colectividades, etc. Aí, à acção governativa tem-se limitado a pequenas "esmolas eleitoralistas", como nos confessaram fontes ligadas a estas actividades, que pediram o anonimato porque, citando o que disse o escritor Mário Cláudio em público, "o Secretário de Estado tem a mão pesada"...

Confluindo neste desprezo governamental pelos agentes culturais, está a redução de verbas às delegações regionais da Secretaria de Estado, reduzindo a pó a prometida descentralização no acompanhamento do desenvolvimento cultural do País. O escândalo chega ao ponto de não haver qualquer organismo para apoiar as actividades culturais na Região de Lisboa e Vale do Tejo, onde, indiscutivelmente, se desenvolve o trabalho mais vasto e diversificado nesta matéria. Neste aspecto, o Governo conseguiu o que pretendia: destruir todas as estruturas democráticas existentes, de onde emanavam propostas e iniciativas, desembocando na situação actual onde é o Gabinete do Secretário de Estado que tudo decide.



# Doeu-lhes a Conferência!

**N**um quadro de esforçado e consciente silenciamento da actividade do PCP por parte dos principais órgãos de comunicação social nacionais, o que é fácil de verificar através do tratamento dado às dezenas de iniciativas já realizadas no âmbito do «Debate com o País para uma nova política», a atenção extra dispensada por estes órgãos de comunicação social à nossa Conferência «Renovar e reforçar a organização e intervenção do Partido no seio dos trabalhadores» não pode deixar de constituir um elemento para nossa reflexão.

A sentida necessidade de desvalorizarem, falsearem e manipular a análise e os resultados da Conferência, as velhas e gastas manobras de diversão em volta de velhas e gastas obsessões sobre o PCP, por estes nossos conhecidos cavaleiros, de outras andanças anticomunistas, são para os comunistas e trabalhadores em geral a confirmação da justeza e oportunidade da Conferência que realizámos e do quanto se torna importante levarmos por diante a concretização das suas conclusões e linhas de orientação.

Não é por ignorância ou malvadez (que os há das duas e acumulado) que escreveram o que escreveram, sobre a nossa Conferência. Na realidade o seu problema é outro. A realização da Conferência doeu-lhes. Doeu ao capital e aos que lhe dão e vendem a voz. Doeu-lhes as análises e conclusões que tirámos. A Conferência, como é uso dizer-se, deu no osso. Tocou-lhes fundo. Sobre ela já não lhes bastava o silêncio. Era preciso combatê-la. Façamos justiça. Sentido de classe não lhes faltou. A realização e os objectivos da Conferência estavam fora dos seus cálculos, presságios, do que parecia estar já definido, arrumado e enterrado. Mesmo aceitando que dos comunistas tudo é de esperar, esta ousadia de colocar a necessidade da renovação e reforço da organização do Partido no seio dos trabalhadores, é coisa que nem lembrava ao diabo e que, por tal, exigia-lhes uma resposta pronta, firme e qualificada. Recorrendo uns à artighada e intrigalhada provocatória, outros à crítica «douta», «profunda» e de pretensa seriedade reflectida à volta do futuro do PCP, como o pudesse fazer quem não quis enxergar e reflectir seriamente sobre

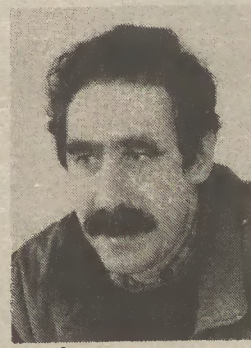
o seu passado e presente, havia que esconjurar o ressuscitar de tão perigosos pensamentos. O necrológio sobre o PCP, «a crise», o «declínio inevitável» e outras fatalidades pré-anunciadas são retomadas rapidamente. Os resultados da Conferência só podem ser os que satisfizessem as suas aspirações e opiniões. Antes de o serem já o eram.

A ofensiva contra os objectivos e resultados da nossa Conferência, podendo confundir alguém mais desprevenido, não será capaz de alterar a verdade e a realidade do que nela se passou e a importância das suas conclusões para a luta dos comunistas e dos trabalhadores portugueses em geral.

Ao contrário do que os seus detractores procuram fazer crer, a Conferência constituiu uma forte afirmação, não de declínio, mas de enorme vitalidade do PCP, para responder aos grandes desafios e dificuldades levantados pela política de direita, ao serviço do grande capital nacional e internacional, à sua organização e luta.

Ao contrário dos desejos dos candidatos a «gatos pingados» do PCP, a Conferência mostrou a grande influência e capacidade de mobilização do PCP no seio dos trabalhadores portugueses, de que naturalmente a direita e os seus ideólogos não gostam e sonham um dia poder vê-la destruída.

Ao contrário do que pretendem os adversários do PCP, a Conferência, mais do que a constatação das dificuldades e pro-



**ANTÓNIO LOPES**  
Membro da Comissão Política

blemas existentes na organização e intervenção do Partido no seio dos trabalhadores, foi, desde a sua preparação, o encontrar, no concreto, das soluções e respostas para as superar.

Ao contrário do que pretende a direita e os seus ideólogos, existem respostas e soluções para as dificuldades e problemas existentes na organização do Partido e no seio dos trabalhadores. O inevitável é serem os comunistas a resolvê-los.

As grandes batalhas políticas que se avizinham, particularmente as Eleições Legislativas, vão exigir uma particular atenção à forma como vamos ter que integrar os objectivos de reforço e

intervenção da organização do Partido no seio dos trabalhadores, com uma grande e forte campanha eleitoral. Não são linhas incompatíveis de trabalho. Pelo contrário, se bem integradas, constituirão suporte mútuo e de dupla vantagem. Não são coisas novas de que já não tenhamos experiências.

Com confiança nas conclusões e orientações que retiramos da Conferência, mas sobretudo com confiança no avançar da sua aplicação e concretização no terreno, a Conferência ainda lhes vai doer mais.





# Segurança Urbana (\*)

■ José Neto

Debate  
com o País

para  
uma nova  
política **PCP**

I

O problema da insegurança aparece à cabeça das preocupações dos cidadãos, designadamente nos grandes centros urbanos, onde grassa a violência e a criminalidade. Três grandes questões se colocam.

A primeira grande questão tem a ver com a evolução da criminalidade no nosso país. O panorama da criminalidade traçado pelos vários relatórios das polícias, inseridos no Relatório de Segurança Interna, relativo a 93, não deixa qualquer margem para dúvida nem autoriza subterfúgios ou eufemismos — primeiro, a criminalidade disparou no último ano e, segundo, está a mudar a natureza da criminalidade, assumindo aspectos novos. Não se trata apenas do aumento em flecha de assaltos a pessoas, da subida da percentagem de furtos a estabelecimentos, de raptos e sequestros, etc. Trata-se de crimes com mais violência, mais organizados e com maior sofisticação. Trata-se de uma nova realidade, como o surgimento de associações criminosas e da chamada criminalidade importada. Trata-se enfim do preocupante galopar da delinquência juvenil e dos números alarmantes do tráfico de droga a ela associada.

Se a esta situação real juntarmos um outro lado, imprescindível na avaliação a fazer, de que apenas 26% dos portugueses vítimas de crimes apresentam queixas às autoridades — segundo o inquérito sobre vitimação, realizado por técnicos do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça — então o quadro fica bem mais negro e há razão de sobra para alarme, por muito que o Primeiro-Ministro e os vários ministros manipulem as estatísticas à medida da sua demagogia.

II

A segunda grande questão tem a ver com as raízes do problema. É imperioso o esclarecimento sobre as causas, detectar os principais factores que contribuem para os fenómenos da criminalidade, como condição para lhe ser dado combate.

Temos falado em duas causas principais, de diferente natureza. A primeira, determinante, tem a ver com a política deste Governo, geradora de uma profunda crise, sem precedentes — crise económica, atraso económico, destruição do aparelho e do trabalho produtivo, encerramento de empresas, acentuação dos desequilíbrios regionais; crise na sociedade, fruto da degradação do tecido social, com o desemprego endémico, as desigualdades, a pobreza, a exclusão e todas as chagas sociais que arrastam, com a degradação da qualidade de vida, com políticas sem soluções eficazes para uma habitação condigna, para uma educação harmoniosa e integral das nossas crianças e dos nossos jovens, para uma juventude com presente e com futuro; crise na esfera moral, em que os valores dominantes passam por ser o consumismo, o lucro e o ganho fácil, o individualismo e a competitividade.

Não é difícil que neste quadro de razões meramente indicadas medrem os fenómenos da desadaptação, da não integração social, das inomináveis frustrações e angústias, da sobrevivência a qualquer preço, da violência sem limites. Certamente teremos aqui testemunhos desta realidade, contributos para a compreensão da influência do crescimento desordenado dos grandes centros, para a definição rigorosa dos contornos da emergência dos fenómenos racistas, para a correcta recentragem da toxicodependência na sua relação com a delinquência e o crime, para a avaliação do papel dos educadores e dos pais no acompanhamento das crianças.

Causa mais específica mas nem por isso pouco relevante é a política do Ministério da Administração Interna, designadamente

no que diz respeito à criminalidade. Temos dito que a política do MAI é uma política errada e contrária às necessidades e que não contribui para a diminuição dos fenómenos em causa. Por duas ordens de razões — a primeira pelas concepções que lhe são intrínsecas — claro desvio de fins, pela consideração das lutas dos trabalhadores e movimentos sociais em geral como causas da instabilidade social e intranquilidade pública; prioridade do vector repressivo sobre a prevenção e a dissuasão, e que está na origem das opções centralizadoras do dispositivo policial que enformaram a chamada reestruturação das forças de segurança (caso das super-esquadrões); acentuação das tendências e orienta-



ções militaristas no seio das instituições policiais, desde logo, na nossa opinião, a mais que discutível manutenção, como principal força de segurança, da GNR, com um efectivo de 27 000 homens, que a própria lei continua a designar por «militares organizados num corpo especial de tropas».

Errada, em segundo lugar, a política do MAI, pelos resultados de uma visão economicista que tem imperado na concessão de meios com vistas a uma maior eficácia e modernização das polícias e ainda pelo atraso objectivo, quer na actualização e preparação técnica dos profissionais, quer na formação dos agentes no campo dos direitos humanos, que conduz, por um lado, à in-

ficácia na resposta às novas exigências e, por outro, a gravíssimas e inaceitáveis situações de violência policial.

Seria de interesse que fosse dedicado neste debate algum tempo a esta vertente, que reflectíssemos, ainda que brevemente, sobre o papel das Forças de Segurança numa sociedade democrática, sobre a adequação das suas missões aos desígnios constitucionais, sobre as múltiplas incidências dos acordos de Shengen, que nos detivéssemos, ainda que na mera condição de cidadãos atentos e preocupados, sobre as, pelo menos aparentes, disfunções e desequilíbrios dos aparelhos e dispositivos policiais, desde logo nas grandes cidades, que avaliássemos o papel do associativismo policial na dignificação e democratização das Forças de Segurança.

III

A terceira grande questão, que queria abordar, tem a ver com as formas de combater a criminalidade. Se, pelo que se deixou dito, releva das nossas posições que o combate ao crime é, em última análise, o combate às suas causas, o combate às desigualdades e injustiças sociais, o que passa pelo êxito na luta para um novo Governo e por uma nova política não apenas de crescimento mas sobretudo de desenvolvimento económico, social e cultural harmonioso e integrado e se, por outro lado, é conhecido que o PCP defende uma política de segurança das populações que está nos antípodas da política do MAI e deste Governo, não poderia terminar esta intervenção sem colocar à atenção deste debate um aspecto central do nosso pensamento sobre esta matéria. Trata-se da consideração de que não é possível combater com eficácia a criminalidade, sobretudo a pequena criminalidade, sem a intervenção e a participação empenhada dos cidadãos e das comunidades locais. Da colaboração interessada dos cidadãos, aos níveis e através das formas de associação mais apropriadas, em articulação designadamente com as forças de segurança e as autoridades judiciais, devem poder resultar os alicerces de uma política de segurança de cariz preventivo, descentralizado, com grandes potencialidades democráticas.

É já hoje notável o esforço do Poder Local democrático, nesta matéria da segurança e tranquilidade das populações. As autarquias CDU desempenham um papel muito para além das suas atribuições e, certamente, acima, tantas vezes, das suas possibilidades. Mas há ainda um longo caminho a percorrer. E não é um terreno fácil, pelos meios que mobiliza, pelos poderes que necessariamente envolve, pelas responsabilidades que implica e, não menos importante, pelas lutas a travar contra aqueles que teimam em fazer demagogia com a segurança das populações. Mas é com certeza um desafio aliciente. O PCP desencadeou e tem-se empenhado no processo de implantação dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos. Estão a dar-se os primeiros passos.

Era muito importante que este debate pudesse beneficiar da reflexão e da opinião, também sobre esta questão particular, sobretudo daqueles que têm experiência concreta nas autarquias, os nossos eleitos locais.

Que este debate possa contribuir para uma mais alargada sensibilização e agitação destes problemas, revolvendo o terreno onde não-de germinar propostas e soluções, é o desígnio de todos nós.

(\*) Intervenção proferida no CT Vitória, em Lisboa, no passado dia 25 de Novembro, no âmbito de um debate sobre Segurança Urbana.



# Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia re Cultura e Comunicação — um debate a pensar no futuro

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia está reunido desde segunda-feira, em Lisboa, para debater questões relacionadas com a "Cultura e a Comunicação Social na sociedade actual", o Conselho Europeu de Essen (Alemanha) e a sessão plenária de Dezembro do Parlamento Europeu.

O início dos trabalhos contou com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP - de cuja intervenção publicamos em separado alguns excertos -, bem como de Joaquim Miranda da Silva, que deu as boas vindas aos participantes no encontro. As restantes intervenções do dia estiveram a cargo do presidente do Grupo, Alonso Puerta (Esquerda Unida/Espanha) e de Luciana Castelina (PCR/Itália), presidente da Comissão de Cultura do PE, que fez uma intervenção de introdução ao primeiro tema da reunião.

Ainda na segunda-feira, os eurodeputados efectuaram uma visita às obras de reconstrução e à zona do Chiado, conduzida pelo arquitecto Sisa Vieira, a que se seguiu uma deslocação à Câmara Municipal de Lisboa para um *Porto de Honra* oferecido pela edilidade. Ontem de manhã, no Centro de Trabalho Vitória, os membros do Grupo tiveram um encontro com dirigentes do PCP, em que participaram Carlos Carvalhas e Álvaro

Cunhal. Os trabalhos da reunião começaram de seguida, no Hotel Alfa, com o debate do tema "cultura e comunicação social na sociedade actual", em que participaram diversas personalidades convidadas, dos vários países, ligadas a esta temática. A convite do PCP, entrevistaram o professor José Barata-Moura (ver peça em separado) e o jornalista Ruben de Carvalho, membro do Conselho Nacional do Comité Central do PCP e chefe de redacção do "Avante!".

Ao final da tarde, no Salão Nobre da Reitoria da Universidade de Lisboa, o Grupo ofereceu uma recepção a

personalidades da vida cultural, política e social do nosso país, em que participou igualmente o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O Grupo, que além dos deputados do PCP eleitos ao Parlamento Europeu integra os deputados do Partido Comunista Francês, Partido da Refundação Comunista (Itália), Esquerda Unida (Espanha), Synapismo (Grécia) e Partido Comunista Grego, num total de 28 deputados, encerra hoje, dia 7, os seus trabalhos, com uma conferência de imprensa, no Hotel Alfa, às 11 horas, para apresentação das conclusões da reunião.



Representantes do Partido da Refundação Comunista (Itália) recebidos por Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas



Visita do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia ao Chiado, com o arquitecto Sisa Vieira

## A Cultura

# Um ingrediente crítico na formação de

«Uma comunidade é um cuidado e constante processo de auto-cultivo, onde precisamente a *cultura* desempenha um incontornável papel de *cimento* e de *crítica*» — as palavras são de José Barata-Moura, professor catedrático e ex-deputado no Parlamento Europeu, ao intervir no debate promovido em Lisboa pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia.

Barata-Moura analisou as diferentes maneiras de encarar a formação de uma comunidade; a situação que se vive no mundo de hoje, onde não é de estranhar que a cultura esteja remetida a mera decoração; o papel que cabe à própria cultura na construção europeia, e a necessidade de ideias novas e de repensar de novo o papel das ideias. São os principais tópicos da sua intervenção que reproduzimos em seguida.

### Comunidade

Há maneiras diferentes de encarar o estabelecimento de uma comunidade.

De um ponto de vista *decretal* e *abstracto*, uma comunidade não se constrói: pressupõe-se, e regula-se.

Admite-se, como presunção magnificada, uma identidade de interesses e de perspectivas; despedem-se de modo expedito diferenças e assimetrias; organiza-se com eficiência maquinal uma administração das coisas (a cuja figura as pessoas são também reduzidas).

Do ponto de vista *robusto* dos *mais fortes*, uma comunidade não se engendra: formata-se, e utiliza-se.

Impõe-se, como possibilidade exclusiva, que assente sobre a extensão de uma hegemonia sofrida (pontualmente dulcificada por expedientes de legitimação e de «reconhecimento»); passeiam-se sobre ela os rolos compressores que lhe assegurem os graus requeridos de homogeneidade interna; põem-se de pé e em actuação os dispositivos mais apropriados a uma exploração otimizada dos territórios de caça entretanto alargados.

De um ponto de vista *democrático* e *concreto*, uma comunidade é cousa bem distinta.

Não é nem idílio ficcionado, nem compactação forçada. É o *resultado* e o *processo* de demanda de uma *unidade de acção* — suportada, enriquecida e elevada no seu potencial pelo concurso (plural, mas em busca de convergências) de uma multiplicidade articulada de contribuições.

Uma comunidade, sustentada e com vitalidade prospectiva, é sempre fruto de um longo caminhar da história: longo, não pela espe-

ra resignada de um mero escoamento do tempo cronológico, mas pelo *trabalho* paciente e empenhado das realidades em devir.

Uma comunidade é um cuidado e constante processo de auto-cultivo, onde precisamente a *cultura* desempenha um incontornável papel de *cimento* e de *crítica*.

### Envolvência

A nível planetário, e com particular incidência no espaço europeu, a crise de hoje serve de pretexto e de encapotamento para uma ofensiva em larga escala do grande capital e dos seus agentes governativos — sem paralelo nos últimos decénios — contra os direitos dos trabalhadores e uma democracia em avanço, contra a responsabilidade pública por sectores sociais determinantes, contra um enriquecimento quantitativo e qualitativo das formas de socialidade.

Não é o fim da história que vivemos; mas uma séria e concertada tentativa de a fazer regredir.

Pelas «culpabilizações» que mistificadamente se imputam, pelas pretensas «soluções» que de um passado triste se exumam, pelas despidoradas «consensualizações» que se manipulam, desvenda-se o desígnio tenebroso de fazer regressar a exploração para níveis comparativamente próximos dos que caracterizaram a era de maior «sucesso» do capitalismo liberal oitocentista.

Repito: não é o fim do mundo; é o estugar do passo para um mundo que não queremos, que não nos interessa, que *não é fatal* que tenha de acontecer.

Com o Sistema Monetário Europeu em banho-maria e o banco central sorratamente a adquirir e firmar posições, com a coesão económica e social ocasionalmente na boca, mas longe do coração e sempre a bom recato no tinteiro, com o negociismo vampirista cada vez mais apostado na extorsão das «oportunidades a Leste», toca de avançar «por cima», ainda que a diferentes velocidades, com acelerações da «unificação política», do «controlo policial», do pigarrear militarista, do «reajustamento» das instituições e dos processos de decisão.

— todas elas, numa linha de aberto desrespeito pelo diálogo das soberanias, de deliberado enviesamento da democracia e da participação, de precavido silenciamento do sentir dos povos e do *exame de alternativas*.

Neste contexto, não é de estranhar:

— que a cultura se veja remetida para a esfera de decoração ornamental;

— que a educação seja equacionada na perspectiva preponderante da qualificação de mão-de-obra;

— que a investigação e a ciência sejam crescentemente empurradas para as paragens promíscuas do negócio.

### Cultura

Um aprofundamento — debatido e participado — da construção europeia obriga a um assumir, em plenitude, da cultura como *vector estruturante de comunidade*.

Há que transitar de um estado de menoridade — tolerada, e *consentida* — para um estatuto de *maioridade civil*, em que a cultura veja reconhecida, e *faça reconhecer*, a sua condição e os seus contributos de *ingrediente crítico formador de comunidade*.

Sem cultura — como sem coesão económica e social, e sem uma democracia revitalizada e com projecto — não há Europa que sustente uma edificação comunitária, sólida e voltada para o futuro.

Importa, por isso, prevenir e contrariar alguns perigos que espream, ou que se encontram já em curso de desenvolvimento.

Enumero apenas alguns:

— o acantonamento das iniciativas culturais em pequena jardinagem de acções e programas que, facultando embora uma impressão de movimento e possuindo até em si mesmos justificação e mérito, carecem no entanto de concatenação estratégica, e derrapam com ligeireza para a rapsódia incidental das curiosidades marginais;

— o pendor para a «mercadorização» da cultura, em que todas as opções, manifestações e produtos aparecem funcionalizados aos ditames de mais um ramo de negócio;

— a tentativa (ou a tentação) de «homogeneização» dos produtos e dos consumos, com as correlativas decorrências de uma domesticação e apatetamento das mentalidades (sem dúvida, económica e politicamente rentável, para os dominantes);

— o fabrico e a propaganda, sobre-impostos, de uma fantasmática «identidade europeia pronta-a-usar», assente num receituário abstracto de «Valores» (cuidadosamente «seleccionados» e inquestionados) e numa padronização massificada dos gostos, que estreita os intervalos de variação consentidos e que secundariza, inibe e dispensa todo o dialéctico e enriquecedor contributo do diálogo das diferenças, das tradições, das experiências e dos *anseios* dos povos.

No que diz respeito à cultura, a estratégia não pode ser predominantemente defensiva.

É preciso, sem dúvida, *preservar*, mas é sobretudo imperioso *promover*.

Preservar e promover *activamente*: com os criadores, com os mediadores, com os destinatários.



# Encontro em Lisboa Social



Encontro dos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas com o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, ontem, no Centro de Trabalho Vitória



Sessão de abertura da reunião do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia, em Lisboa, é a primeira reunião do Grupo fora de Bruxelas

■ Carlos Carvalhas

## Este é também o nosso combate

(...)

Queria começar por sublinhar a importância e a actualidade dos temas da vossa reunião:

A cultura e os meios de comunicação social e a preparação da Cimeira de Essen. E creio que a escolha de Lisboa, capital europeia da cultura, foi também uma boa escolha para a primeira reunião do Grupo fora de Bruxelas e de Estrasburgo. Pertencentes a vários países, estamos numa União Europeia em que o desenvolvimento das forças pro-

ductivas, o desenvolvimento científico-técnico, em que os ganhos de produtividade obtidos, nomeadamente com as tecnologias de informação, não se têm traduzido na melhoria do bem-estar geral dos povos, no reforço da dimensão social do desenvolvimento, na redução concertada da duração do trabalho sem perda de salário, aumentando os tempos de lazer, o tempo dedicado à cultura, ao convívio, ao intercâmbio e conhecimento mútuo dos povos.

Milhões de desempregados, de subempregados, de sem abrigo estão confrontados com o escândalo de sociedades prósperas, que em nome do neoliberalismo, do livre cambismo e da sacrossanta competitividade se acomodam face à expansão das bolsas de miséria e do número crescente de famílias que se vêem excluídas de um nível de vida digno, de acesso à habitação, ao ensino público e à cultura.

E é neste quadro de profundas injustiças sociais que aqui e ali, e praticamente em todos os países da União Europeia, se vai instalando uma espécie de xenofobia tranquila e vão proliferando as forças nacionalistas, populistas e de extrema-direita. Os perigos são reais.

E, é caso para perguntar, onde está então a concretização do famoso princípio da «coesão económica e social», o diálogo das culturas, a solidariedade, o combate à intolerância e aos fundamentalismos de toda a espécie, a cooperação entre Estados e povos? Que utilização faz o ser humano do desenvolvimento da ciência que lhe abre tão notáveis capacidades de acção?

Quando as relações são de dominação e não de cooperação, quando se intensifica a exploração e se acentua o desequilíbrio da distribuição do rendimento nacional, quando a carta social e as políticas sociais são, no essencial, retórica sem efeitos práticos, quando os recursos são canalizados para as actividades especulativas e parasitárias e para a economia de casino, e não para o investimento e a actividade produtiva criadora de empregos estáveis, então não é de espantar que as perspectivas sejam para o crescimento do desemprego, das desigualdades, e não para a sua redução.

A União Europeia não está condenada às políticas de Maastricht, aos dogmas monetaristas, à deflação generalizada e à ausência de verdadeiros mecanismos de redistribuição do rendimento que criem os impulsos necessários à convergência real. Este é também um nosso combate.

### O caso português

Também no nosso País estamos assistindo a uma grande ofensiva contra os salários, os direitos dos trabalhadores e a segurança social, ofensiva que é acompanhada por uma crescente degradação da democracia política, por uma política económica de concentração da riqueza, por uma política do ensino cada vez mais elitista, por uma política cultural que, no essencial, é utilizada como enfeite, como ornamento da acção governamental.

Pela nossa parte, e como é sabido, um dos grandes objectivos fundamentais da democracia avançada que defendemos para o nosso País,

é precisamente uma política cultural que assegure o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais, que assegure a cada cidadão aquilo a que Bento de Jesus Caraça sublinhava na sua Conferência «A cultura integral do indivíduo»: a «consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence; a consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência do ser humano...».

Mas, na sociedade espectáculo em que vivemos, também não é de admirar que os *mass media*, e muito especialmente os canais de televisão, não estejam, aí, para abrir às populações as portas do saber, da arte e da beleza. A sua preocupação são os níveis de audiência. Como já alguém disse, a competição desportiva empurra os atletas cada vez mais para cima, para novos recordes.



No caso das televisões, a competição puxa cada vez mais para baixo, para muito baixo, disfarçada por um falso pluralismo e por alguns simulacros de debates de ideias.

Acresce que, com o leilão do património público, estamos a assistir à reconstrução dos velhos grupos, cada um com o seu banco, a sua companhia de seguros, a sua rádio, jornal ou televisão privada.

E os detentores dos *mass media* não são beneméritos da Pátria, utilizam-nos ao serviço dos seus interesses, ao serviço do seu grupo económico, ou ao serviço da sua concepção do mundo. Berlusconi não é um fenómeno isolado. O domínio do poder político pelo poder económico está também em marcha em Portugal.

E as consequências da política de direita no nosso País estão bem à vista, atingem todos os sectores e todos os níveis: crise económica, dependência e subcontratação do aparelho produtivo, ruína da agricultura, regressão social, autoritarismo e governamentalização do Estado, promoção da resignação, do conformismo e do salve-se quem puder.

Por isso, a luta para afastar a direita do poder e por uma alternativa democrática é, para o PCP e para as forças sociais e políticas do progresso e da democracia, a tarefa das tarefas.

Portugal precisa com urgência de uma nova política, uma política de desenvolvimento, de combate ao clientelismo, à corrupção e à concentração da riqueza, da intervenção empenhada e não subserviente, na construção de uma Europa de paz e cooperação.

E é nesta direcção que também inseriremos a nossa intervenção no Parlamento Europeu (...)

## Comunidade

Preservar e promover a *memória*, a *criação*, a *fruição*, o *desenho* dos *possíveis* que abrem passo ao futuro.

### Tarefas

Um conceito amplo de cultura e de *vivência cultural* socialmente partilhada e interveniente requer *políticas* que incentivem.

- um melhor *conhecimento recíproco* das culturas;
- um *intercâmbio*, efectivo e fecundo, dos autores, das obras dos públicos;
- uma *acessibilidade* dos meios e produtos, e um fomento da *apetência cultural*, que enraizem e potenciem o vector cultural da existência.

Em suma, é preciso criar condições para que a cultura desempenhe real e concretamente o seu papel *crítico*:

- de agente de um viver mais qualificado (não apenas para as elites, mas para círculos mais alargados de cidadãos);
- de pilar de uma democracia assente na participação esclarecida;
- de factor do progresso, da esperança e do entendimento entre os povos, enriquecedor da descoberta e da transformação conjuntas do mundo e da vida.

Uma comunidade viva dos povos da Europa não é uma federação musculada dos interesses transnacionais do capital.

Uma comunidade *humana* dos povos da Europa não é um mero espaço «sem fronteiras» onde minorias disfrutem de um bem-estar real, maiorias sobrevivem, e massas crescentes de excluídos e marginalizados apenas vegetam.

A invenção do novo, o crescimento dos humanos em humanidade, permanecem uma ingreência da vida, que a cultura — na diversidade dos seus domínios — toma especificamente a cargo, nos seus ensaios, nas suas propostas, nas suas realizações.

Para além da necessidade de *ideias novas*, é de novo o papel das *ideias* que se insinua. A retomada, cultural e política, deste papel das *ideias* não dispensa, antes convoca e mobiliza, *prolongamentos*: na reunião das forças que apoderando-se delas as tornam materiais, no enquadramento político e organizacional das iniciativas, na prática que lhes assegure efectividade histórica.

É um desafio e uma tarefa, renovados, para os intelectuais, para a esquerda, para o conjunto das mulheres e dos homens que não entendem desobrigar-se da sua responsabilidade ontológica de agentes da mediação da história, que não entendem demitir-se do seu destino partilhado de inscrição de humanidade no ser.

■ José Barata-Moura



# Orçamento visto à lupa

## • No Porto

Em conferência de imprensa, realizada na passada semana no Porto, a DORP do PCP divulgou a sua apreciação sobre as incidências no distrito do Orçamento de Estado para 1995, bem como as propostas do Grupo Parlamentar do PCP. No encontro participaram Luís Sá, deputado na AR, Ilda Figueiredo, Mário Costa e Pimenta Dias, membros da DORP, tendo sido distribuído um documento do qual publicamos alguns excertos.

«A proposta governamental de Orçamento do Estado para 1995, também no que se refere ao distrito do Porto, ignora, mais uma vez, problemas fundamentais da população, não tem em devida conta as carências em equipamentos colectivos nas áreas da saúde, educação, acção social e ambiente nem responde devidamente às insuficiências nas acessibilidades regionais e inter-regionais e nos sistemas de transportes, incluindo a articulação com os eixos viários de penetração para o interior, menospreza a degradação habitacional e a escassez em habitação social, equipamentos desportivos e culturais.

«Com este OE para 95 o Governo continua uma política de agravamento das disparidades e assimetrias regionais e sociais. É, assim, que o distrito do Porto, apesar de manter os mais baixos índices económico-sociais no campo da habitação, social e do saneamento básico, em especial na rede e tratamen-

to de esgotos, da educação pré-escolar, da mortalidade-infantil, do insucesso e do abandono escolares, tem apenas o equivalente a cerca de metade das verbas previstas do PIDDAC para o distrito de Lisboa. Continua a ser particularmente chocante a quase ausência de investimento público nos municípios do interior do distrito do Porto, com particular destaque para Baião e Marco de Canavezes.

«Mais uma vez o Governo deixa cair promessas feitas, adia o início da execução de projectos, reduz dotações previstas em anteriores orçamentos, e os poucos projectos novos que lança fá-los com verbas insignificantes, apenas para eleitor ver em ano eleitoral, como acontece com o Centro de Saúde de Ramalde com apenas 20 mil contos dos 325 mil previstos para a sua construção, o quartel da GNR de Vila do Conde com apenas 6 mil contos dos 124 mil previstos, o quartel da GNR de Penafiel com apenas 4 mil dos 120 mil previstos e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão com apenas 50 mil dos 1 575 200 contos inscritos em anos seguintes».

Assinalando que são apresentados alguns projectos já anteriormente propostos pelo PCP e chumbados pelos votos do PSD e CDS, os comunistas enumeram uma longa lista de obras fundamentais que continuam a ser adiadas e que abrangem as mais diversas áreas, que vão desde a saúde às infra-estruturas rodoviárias, passando pela educação, cultura, habitação e outras. O documento afirma mais adiante que «é, ainda, necessário ter em conta que o não cumprimento reiterado, por parte do Governo, da Lei das Finanças Locais, está a prejudicar gravemente as populações, dadas as dificuldades financeiras dos municípios.

«Quanto à nova instituição Área Metropolitana do Porto o Governo demonstra também o pouco interesse que lhe merece quando, mais uma vez, inscreve apenas 15 mil contos para o seu funcionamento.

«Ainda relacionado com o OE estão as insuficientes indemnizações compensatórias para o STCP (apenas, em média, cerca de 1900 mil contos/ano, ou seja, metade do que tem sido atribuído à Carris, em Lisboa), o que contribuiu para o acumular de prejuízos desta empresa que presta um serviço público de transporte essencial para as populações da zona central da área metropolitana, impondo-se, pois, o reforço das indemnizações compensatórias atribuídas ao STCP.

«Assume particular importância o necessário cumprimento das verbas inscritas para 1995, nos projectos plurianuais, ou apenas anuais, do PIDDAC, em anteriores Orçamentos do Estado, o cumprimento de promessas feitas, sobretudo em épocas eleitorais, relativamente à construção de infra-estruturas e outros investimentos essenciais ao desenvolvimento económico e social, o lançamento de obras que combatem as disparidades regionais e sociais que se vivem neste distrito».

Para além de insistir no «cumprimento integral dos prazos e das verbas previstas nos projectos inscritos no PIDDAC para 1995, em anos anteriores, a DORP apresentou um conjunto de propostas nas áreas da habitação e ambiente, educação, cultura, Saúde, infra-estruturas e equipamentos.



## • Em Lisboa

Também na passada semana, a DORL do PCP promoveu uma conferência de imprensa em que participaram presidentes e vereadores de diversas autarquias e dirigentes do Partido, para divulgar um documento de análise das consequências do OE para 1995 no distrito, e as propostas do PCP. O texto, do qual publicamos alguns extractos, foi apresentado pelo deputado João Amaral.

«Apesar do importante conjunto de investimentos em curso no distrito, muitos dos quais há muito defendidos, reclamados e objecto de propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP, a proposta de lei do Orçamento de Estado para 1995 apresenta em vários domínios omissões, insuficiências e opções lesivas dos interesses e necessidades da população e das perspectivas de desenvolvimento da Região.

«Desde logo a proposta de finanças locais conduz a uma acentuada redução dos meios financeiros disponíveis pelas autarquias o distrito para fazer face às inúmeras solicitações e problemas que reclamam resolução. De facto, não apenas a percentagem de aumento do FEF previsto para o distrito se situa nos 6%, como também a decisão do Governo em alargar as isenções e critérios de aplicação de impostos municipais (sisa e contribuição autárquica), com um grande peso nas receitas de municípios urbanos, acabará por se traduzir numa redução real de meios financeiros ao dispor das autarquias.

«Ao nível do PIDDAC, continua a verificar-se uma insuficiente resposta a um conjunto de investimentos de indiscutível necessidade, designadamente em áreas essenciais da vida as populações como sejam a dos cuidados primários de saúde, a segurança pública e a habitação».

«Na área da Saúde continuam por inscrever a construção de inúmeros Centros de Saúde há muito reclamados pela população. Das dezenas de Centros de Saúde em falta, apenas um se encon-

tra com lançamento previsto embora em numerosos casos as autarquias tenham de há muito disponibilizado (sem que para isso tenham qualquer obrigação de o fazer) terrenos para a sua construção. No domínio dos hospitais as novas unidades de Loures e Cascais continuam adiadas preparando-se, em contrapartida, a entrega do novo Hospital Amadora/Sintra (que custou ao Estado mais de 18 milhões de contos) a interesses privados.

«Na área da *segurança e tranquilidade pública*, um dos problemas mais vivos e graves da Região, o Governo prevê afectar (sem contarmos com o investimento destinado à polémica e já muito contestada opção política das divisões concentradas) a ridícula verba de 90 mil contos.

«Nas prioridades do Governo, ocupado em fortalecer o SIS e investir nos GOE's como de novo se pode constatar, não cabem as preocupações com a falta de instalações, meios e efectivos des-

tinados ao policiamento e segurança de pessoas e bens.

«Do actual OE só se prevê para esta área novas instalações em Azambuja, Estoril, Parede, Sta. Cruz e Camarate, embora esta última inscrita pelo terceiro ano consecutivo sem que se haja sequer iniciado a sua construção!

«Na *rede viária*, sendo certo que se encontra em execução parte importante da rede viária regio-

nal de há muito reclamada, verifica-se contudo uma insuficiente resposta ao nível das ligações complementares que torne eficaz o investimento realizado e uma adequada integração destas vias nos núcleos urbanos fundamentais.

«Reiterando uma vez mais a sua proposta sobre *política tarifária* nas vias de circulação no interior da AML, o PCP contesta de novo a opção assumida pelo Governo de transformar a CREL (via essencial de distribuição do tráfego entre municípios da zona Norte da Área Metropolitana) numa auto-estrada tarifada bem como da sua insistência em manter sujeito a portagens o troço da Auto-Estrada do Norte (AE-1) entre Lisboa e Vila Franca de Xira.»

Afirmando que o PCP insistirá na abolição das portagens para Vila Franca de Xira e Alverca, os comunistas reclamam um conjunto de medidas no campo dos transportes, na habitação e ambiente, sublinhando a seguir o agravamento da situação social no distrito onde se registou um crescimento de 24,8 por cento no desemprego.

As propostas do PCP para o distrito visam no essencial:

- Na área da *saúde*, o lançamento da construção de 2 novos Hospitais, Centros de Saúde e respectivas extensões;
- Na área da *segurança e tranquilidade pública*, a instalação de novos meios das forças de segurança;
- Na área da *educação e da cultura*, o lançamento da construção de novas escolas, a implantação da rede pré-escolar, equipamentos desportivos e outros meios indispensáveis ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, bem como o apoio à construção de instalações de associações de cultura e recreio;
- Na área da *habitação*, a concretização de programas de apoio à reconversão de loteamentos ilegais (clandestinos) e à reconversão urbana;
- Na área dos *transportes e rede viária*, a melhoria da qualidade do serviço público de transportes e dos acessos e vias de comunicação;
- na área do *ambiente e qualidade de vida*, a defesa e valorização do património natural da Região.



# Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba

De entre as múltiplas delegações que participaram no Encontro Mundial de Solidariedade, contou-se uma significativa delegação portuguesa.

Tal como referimos nas páginas de noticiário internacional, aqui publicamos os depoimentos de Armanda Carvalho da Fonseca, Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, General Vasco Gonçalves e Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu. O depoimento do camarada Carlos Costa, representante do Partido Comunista Português no Encontro, que ficou mais uns dias em Cuba, será inserido no próximo "Avante!"

Por falta de espaço, outros depoimentos entretanto recolhidos também serão publicados na semana que vem.

## "A verdade não foi escamoteada"

— sublinha Vasco Gonçalves

A impressão que trago desta Conferência de solidariedade com Cuba é, antes do mais, que ela reuniu o que de melhor há entre os homens. Alguns milhares de pessoas - gente do progresso, da democracia, das lutas de libertação.

Todos os problemas relativos ao bloqueio, à posição de Cuba, foram ali debatidos com franqueza, com seriedade e honestidade, pelos principais dirigentes cubanos. A verdade não foi escamoteada.

Do encontro resultou uma procura de linhas concretas de orientação, ou melhor, de actuação, no sentido de combater o bloqueio, de esclarecer as pessoas de todo o mundo sobre o que é o bloqueio, de denunciar o que há de violação dos direitos humanos na política norte-americana. E possibilitar assim uma mobilização de vontades e corações, a organização de uma série de acções para fazer pressão sobre os Estados Unidos da América, para que finalmente o bloqueio seja suspenso.

Das discussões realizadas nas diferentes comissões no quadro do Congresso, saíram uma série de propostas e medidas de orientação - que fornecem, de facto, um guia para a acção de todos os activistas em toda a parte do mundo - contra o bloqueio e pela defesa da independência e do direito à autodeterminação do povo cubano. O direito de resolver pelas suas mãos e escolher pela sua cabeça o seu próprio destino.

As propostas aprovadas no Congresso dão, de facto, linhas de orientação para a acção dos diferentes movimentos de solidariedade. Linhas de orientação que, de forma alguma,..... surgem como impostas, muito menos impostas pelos dirigentes cubanos. Antes resultaram da troca de experiências, das discussões dos diversos delegados dos 109 países presentes. Ficando assim à disposição das associações, das organizações que lutam pelo fim do bloqueio, ideias e experiências que ajudem a desenvolver a sua própria acção. Naturalmente de formas diferenciadas.

Para terminar queria salientar que este Congresso não foi uma reunião de autopropaganda ou autocomplacência. Foi uma reunião em que se procurou analisar com honestidade a situação actual e as vias para o esclarecimento das pessoas, a afirmação do direito dos povos a escolherem o seu próprio destino.

## • depoimentos de participantes



A mesa do Encontro com a Imprensa, promovido pelos participantes portugueses no Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba - Manuel Lopes, dirigente da CGTP-IP, General Vasco Gonçalves, Armanda Carvalho da Fonseca, Presidente da Associação de Amizade Portugal-Cuba, António Gonçalves, da Intervenção Democrática.

## «Grande parte da Humanidade diz não ao bloqueio»

— afirma Armanda Fonseca

O Encontro Mundial de Solidariedade teve a participação de mais de três mil delegados que se deslocaram de países longínquos, como a Índia, o Nepal, a Austrália, a Coreia, para afirmarem a sua solidariedade com o povo cubano e o seu repúdio do bloqueio.

O prestígio de alguns dos participantes (2 prémios Nobel, deputados do parlamento europeu e parlamentos nacionais, membros de governos, escritores, artistas, dirigentes partidários, pastores do movimento pela Paz dos E. U., padres católicos e um monge representante do movimento budista de solidariedade) é um testemunho de que grande parte da humanidade diz

não ao bloqueio dos Estados Unidos e compreende que ser solidário com Cuba significa defender a esperança dos homens, a independência e a solidariedade dos povos.

No dia-a-dia constatei a existência de sinais de recuperação da economia e uma evidente melhoria no campo alimentar.

Nos contactos tidos com o povo cubano impressionou-me mais uma vez, a dignidade com que sofrem as dificuldades causadas pelo bloqueio, a comunicação, a convicção manifestada de que o futuro é com a revolução e que há que defender a todo o custo as suas conquistas, a independência e a soberania nacionais.

## "Dar continuidade ao Apelo, depende de todos e de cada um de nós"

— diz Sérgio Ribeiro

O Apelo feito por Havana no sentido de se realizar o primeiro encontro de solidariedade foi, ao que me parece, perfeitamente correspondido. O facto de terem estado presentes mais de três mil delegados de 109 países e de esses delegados serem de várias forças políticas, numa representação muito diversificada, responde ao que penso ser o desejo dos cubanos - uma grande mobilização.

A Conferência de Havana foi assim ponto de encontro de pessoas vindas de todo o lado - não só em termos geográficos - para mostrar a sua solidariedade com Cuba, neste momento tão especial.

Na verdade, Cuba foi forçada a dar resposta a dois factos que são decisivos para o seu futuro.

Primeiro, todo o tipo de repercussões que teve a queda dos países socialistas, em particular na sua economia, que tinha vindo progressivamente a integrar-se dentro dum sistema que se esboçou. E isto num quadro mais largo - de fundo - que é o quadro do cerco, do bloqueio à economia cubana por parte dos Estados Unidos.

Nestas condições, a sobrevivência de Cuba só pode basear-se, antes do mais, na resistência de todo o povo, no seu apoio ao projecto político em curso no país.

Este apoio, esta participação - pelo menos por aquilo que nós vimos - parecem de facto existir, apesar de todas as formas mediáticas que se procura utilizar para mostrar que há um grande descontentamento, os "balseros", a emigração. É evidente que os há, mas isso é um dos aspectos da realidade. E como dizia um ministro cubano, com alguma ironia - "Os cubanos têm o direito a emigrar pela televisão".

A outra forma de resistir a esta situação extremamente complicada é através da solidariedade internacional.

A nossa presença em Havana integrou-se neste quadro. Penso que foi realmente um êxito, mas o seu sucesso só se avaliará pelo que eu gosto muito de chamar de "trabalho para casa", a nossa capacidade de transmitir, de divulgar a realidade cubana. Tanto mais que não podemos contar - e esse é um aspecto que creio ser de sublinhar - com a comunicação social de grande impacto.

São capazes de dar em directo os "balseros" que querem emigrar, no quadro de uma realidade condicionada pelo próprio cerco, e em que todo o tipo de pressões é feito nesse sentido.

Mas quando há uma realização como esta, onde estão mais de três mil delegados vindos de 109 países, muitos norte-americanos, dois prémios Nobel da Paz, e em que há uma posição fortíssima de apoio a Cuba, as televisões e os meios de comunicação social de massas não nos dizem nada sobre isso, quando muito uma ou duas linhas, para escapar.

Uma palavra sobre a delegação portuguesa, que me parece ter sido uma delegação importante, pelas personalidades que a integram e pela sua diversidade. Teve em Cuba uma presença que foi de participação. Desde a intervenção no plenário às intervenções nas comissões, nomeadamente sobre formas de solidariedade. Houve uma mensagem do Partido Comunista Português. Por outro lado, o general Vasco Gonçalves foi sempre tratado como uma personalidade de enorme importância. Os jovens tiveram uma participação muito interessante, com intervenções inovadoras.

Creio que a delegação portuguesa também contribuiu para que este Apelo tivesse uma resposta positiva.

Falta agora dar-lhe continuidade. O que depende de todos e de cada um de nós.



## Stalinegrado (3)

■ Manoel de Lencastre

Stalinegrado situa-se entre o Volga, a leste, num ponto que dista 400 quilómetros de Astrakan, e uma formação montanhosa, Mamaev Kurgan, de cujo topo se dominava toda a cidade. Tendo capturado esses montes, nos primeiros dias de Setembro de 1942, era de aí que o fogo de artilharia dos hitlerianos castigava, incessantemente, a capital do Volga.

Gorodishche, Gumrak, Kratenkaia, junto à estrada para Rostov, Yelohanka, Peschanka, Volzhsk, Otradnoie, cerca do canal que une o Dão ao Volga, eram aglomerados periféricos, a ocidente, mais ou menos afastados do centro da cidade. A zona industrial erguia-se muito perto da estrada para Saratov, a norte. Os estaleiros ficavam a sul, perto da zona de Krasnoarmelsk onde o rio conhece uma acentuada curva, não muito distante das estradas que vão para Krasnodar e Novorossisk.

A leste, na margem esquerda do Volga, existiam diversos estabelecimentos portuários, armazéns, depósitos, reservatórios de petróleo. E entre todas estas instalações que se dispersavam por uma área vasta, localizava-se Krasnaia Slaboda, próximo da estrada para Astrakan. Krasnaia Slaboda, tidas em conta as devidas diferenças, está para Stalinegrado como Almada para Lisboa. Era neste sector que se concentravam as forças da «Frente Sudeste» (Yeremenko) e o seu 64.º exército (Chumilov), fazendo frente ao 4.º exército «Panzer» (Hoth) que procurava envolvê-los.

No centro da cidade, sob os bárbaros bombardeamentos da «Luftwaffe» e da artilharia nazi concentrada nos montes de Mamaev Kurgan, o exército de Chuikov opunha-se, como sabemos, a que as tropas de von Paulus capturassem Stalinegrado e rompessem, através das pon-

*Eis como um dos engenheiros que trabalhou na inutilização dos campos de Maikop, descreveu a infernal cena:*

*«Foi há semanas, apenas, que celebrei o 33.º aniversário da minha chegada a estas terras, em Agosto de 1909. Agora, está tudo reduzido a chamas e a fumo. Decidimos destruir as flores para podermos preservar as sementes. Fizémo-lo sem hesitação. Os nazis esperavam, com o seu fulminante avanço, apoderarem-se do nosso petróleo. Mas viram frustrados os seus intentos. O tempo que perderam na travessia do rio Laba*

*custou-lhes caro. Dois dias antes, as nossas tropas haviam feito retirar o equipamento que se conseguira desmontar. O petróleo foi daqui transportado por estrada, caminhos-de-ferro e, até, por carroças. Tudo o que não pudemos fazer retirar foi destruído pelo fogo. Agora, aqueles que eram, ainda ontem, camponeses, são soldados. As mulheres e as crianças já tinham sido avacuadas, há muito. O gado levámo-lo para as montanhas. O povo de Maikop escondeu em lugares seguros a sua própria alimentação.»*

tes que unem as margens do Volga, para a zona do Mar Cáspio com a intenção de se apoderarem do petróleo de Grozny.

## Petróleo é o nome do jogo

A conquista de Rostov, a 27 de Julho de 1942, parecia ir tornar realizáveis os intentos alemães de ocupação dos campos petrolíferos do Cáucaso. Pretendiam capturar Novorossisk e Tuapse e avançar sobre Baku. Excepto nas zonas do Kuban, do Kuma e do Terek, o terreno era-lhes favorável para operações militares por forças mecanizadas. O plano do Alto-Comando nazi consistia, portanto, num duplo assalto contra Stalinegrado e o Cáucaso. O seu principal objectivo, naturalmente, era a tomada de centros essenciais de natureza económica que deixariam a URSS asfixiada e as importantíssimas matérias-primas da região sob o controlo de Adolf Hitler.

A 9 de Agosto, os nazis tinham atingido Armovir e ultrapassavam Maikop. Dirigiam-se para Novorossisk. A 11, combatia-se nas imediações de Krasnodar, mas a resistência do Exército Vermelho mostrava-se particularmente tenaz. Era fundamental, para os soviéticos, destruir as refinarias de Krasnodar e lançar fogo aos campos de Maikop com vista a que os nazis, ao penetrarem esses lugares, não pudessem apoderar-se dos respectivos recursos petrolíferos. E foi isso, precisamente, que aconteceu. Quando os carros de von Kleist (Grupo de Exércitos Sul) entraram na estrada para Maikop depararam com o cenário terrível de gigantescas chamas que devoravam tudo o que havia sido um grande centro produtor de petróleo. Os comandantes nazis compreenderam que o seu objectivo não poderia ser atingido.

A 15 de Agosto, uma importante coluna nazi está em Mineralnie Vodi. Combate-se, ferozmente, na frente de Krasnodar. Os nazis estabelecem-se na zona do baixo Kuban. A 4 de Setembro, Novorossisk é ocupada. Mas na zona do caminho-de-ferro para Baku, os nazis pagaram um preço terrível ao tentarem atravessar os rios Kuma e Teresk. Em Mozdok, na zona do Terek, e em Ordzhonikidze, na estrada para Grozny, a acção decidida e firme do Exército Vermelho, impedindo o avanço do inimigo em direcção aos campos de petróleo, revestiu-se de

momentos de épica glória em tudo comparáveis aos que se haviam vivido diante de Moscovo e se repetiam, agora, em Stalinegrado.

Aos hitlerianos, a impossibilidade da captura de Mozdok e de Ordzhonikidze, que lhes colocaria Grozny à disposição, revelou-se fatal para o conjunto dos planos de conquista do Sul da URSS. Tudo se decidiria, portanto, como estamos a tentar descrever, em Stalinegrado.

## Uma solução diferente

A 12 de Setembro, Jukov e Vasilievski estão no Kremlin, diante de Stalin. Este escuta, atentamente, as últimas informações que Vasilievski fornece. É quando se luta, encarniçadamente, por Novorossisk, em bolsas ainda não ocupadas pelo inimigo. É quando este, simultaneamente, como vimos, procura chegar a Grozny. Stalin exclama:

«Alexandre Mikhailovitch! (1) Eles querem roubar-nos o petróleo de Grozny!» E, voltando-se para Jukov: «O que tem o camarada para dizer-nos?»

«Camarada Stalin», respondeu Jukov, «o 1.º Exército de Guardas, o 24.º e o 66.º (2), nunca poderiam romper as linhas inimigas. Nos combates que se desenrolavam entre os dias 5 e 11, essas nossas forças não se mostraram eficientes formações de combate.»

«O que é preciso, então, para que o 62.º exército possa sair de Stalinegrado, eliminar o corredor por onde as forças inimigas se infiltram e ligar-se às tropas da "Frente Sudeste"?, perguntou o Comandante Supremo.

«É preciso», respondeu Jukov, «uma outra solução — algo de diferente, de inovador, de completamente inesperado para o inimigo.»

A 30 de Setembro, o «Führer», irritado com as cada vez mais divergentes opiniões que se exprimiam entre os altos círculos da «Wehrmacht» e do próprio partido nazi, proclamava, furiosamente, uma vez mais: «Stalingrad muss erobert werden!» (3)

Mas um dos seus oficiais descreveria mais tarde aquilo que, na realidade, estava acontecendo nessa altura: (4) «Em Setembro, as nossas perdas foram

enormes. Procurámos repelir os furiosos ataques dos soviéticos que tentavam, surgindo de norte, cortar as nossas posições (5). Algumas das nossas divisões foram, praticamente, dizimadas. Muitas companhias achavam-se reduzidas a 30 ou 40 homens.»

Entretanto, as ordens de Adolf Hitler tinham de ser obedecidas. Sem olhar a perdas, a máquina de guerra que era o «Grupo de Exér-

citos "B"», reforçada com unidades do 4.º Exército Panzer ia tentar o êxito que persistia em fugir-lhe. Agora, o ataque às concentrações fabris da zona de Stalinegrado, na parte norte da cidade, ia processar-se com a máxima violência possível numa mistura alucinante de ódio, de vontade de matar e destruir, e de medo. O «Führer» exigia que se arrasassem tanto as fábricas como os bairros operários de Stalinegrado. A máquina de matar, portanto, pôs-se em movimento.

Na fábrica dos tractores, entretanto, o que lá existia já não era uma unidade de produção industrial. Era o inferno. Quem lá estava ou quem lá entrava era para morrer. As explosões sucediam-se. Viviam-se e morria-se de maneira remota. Tudo se separara do resto do mundo.

*Um dos comissários de batalhão do Exército Vermelho descreveu a luta nos seguintes termos:*

*«Nos cruzamentos das ruas, onde se decidia o destino de blocos de prédios, as batalhas eram particularmente violentas. Os nazis abriam cada um dos seus ataques concentrando bombas, fogo de morteiros e de artilharia num pequeno sector de apenas algumas centenas de metros quadrados. Logo que a área em questão tinha "sido suficientemente pulverizada, surgiam pequenos grupos de soldados, com metralhadoras, que tentavam estabelecer posições entre as ruínas. Cada simples pedra que tivesse sobrevivido aos fogos provocados pelos bombardeamentos era utilizada como fortaleza, tanto pelos atacantes como pelos defensores da cidade. Ambos os lados utili-*

*zavam morteiros e armas ligeiras. Estas batalhas duravam dias consecutivos. A "Luftwaffe" bombardeava os edifícios reduzindo-os a escombros. Com o apoio de tanques e morteiros, os nazis apareciam nas ruas. Capturavam, por exemplo, o primeiro andar de um edifício. O Exército Vermelho, ultrapassando-os, ocupava logo os segundo e terceiro, e os seus homens barricavam as entradas para esses pisos. Na parte mais alta do prédio, colocavam-se duas metralhadoras a fim de poder varrer-se toda a rua e eliminar os grupos de alemães que se atrevessem a avançar. Os atiradores nazis, quando apanhados pelo fogo das nossas metralhadoras tentavam abandonar as ruas em que se haviam disposto fugindo colados a prédios em linhas paralelas. Mas quando surgiam nos cruzamentos...»*

(1) Vasilievski, Chefe do Estado-Maior do Exército Vermelho;

(2) Comandantes: Moskalenko, Kuzlov, Malinovski;

(3) «Stalinegrado tem de ser tomada!»

(4) J. Wieder, «Die Tragödie von Stalingrad» ... Verlag Buchdruckerei, Jos. Nothhaft, Deggendorf, 1955;

(5) Referia-se ao 1.º Exército de Guardas, ao 24.º e ao 66.º exércitos soviéticos.





# Quatro décadas de mentiras sobre Cuba

■ Miguel Urbano Rodrigues

Ganha novos contornos nos EUA o debate sobre Cuba. Os grandes jornais do país submetem a críticas duras a política norte-americana de cerco à Ilha, qualificando-a de irracional.

A maioria da comunidade cubana da Florida também desaprova o bloqueio contrariamente ao que sugere a imprensa portuguesa marcada, com poucas exceções, por um anticomunismo brônco.

A votação em Outubro nas Nações Unidas do Projecto de Resolução apresentado por Cuba não surpreendeu, mas o facto de somente Israel ter, desta vez, acompanhado a posição norte-americana confirmou o isolamento dos EUA e contribuiu para reforçar as críticas de influentes sectores da *intelligentsia* à política de Clinton, já severamente fustigada durante a crise dos *balseros*.

Foi neste contexto de desmoralização das campanhas contra a Ilha que apareceu nas livrarias americanas, uma obra que aqueceu a polémica em torno da temática cubana: *Contesting Castro — The United States and the Triumph of the Cuban Revolution* (1).

Lançado simultaneamente nos EUA e no Reino Unido, esse livro é o resultado do mais exaustivo esforço de análise da vastíssima documentação existente nos arquivos americanos sobre a Revolução Cubana e as relações de Washington com a Ilha desde o assalto ao Quartel de Moncada em 1953.

O autor, Thomas Patterson, demonstra através dos textos que a estratégia cubana dos EUA foi sempre, nas últimas quatro décadas, baseada em análises viciadas e opiniões fantasistas ou pouco inteligentes. Foi a partir de uma «mortal combinação de ignorância e arrogância» — escreve Patterson — que sucessivos presidentes, sempre mal informados sobre a realidade, desenvolveram as políticas que levaram ao bloqueio e a uma agressividade permanente contra a Ilha.

Os documentos existentes nos Arquivos do Departamento de Estado, da CIA, do FBI e do Pentágono conduziram Patterson a essa conclusão.

Os dois últimos embaixadores norte-americanos em Havana forneceram informações que expressavam uma obsessão anti-comunista quase patológica. Para ambos, Fidel Castro já no iní-

cio dos anos 50 pensava e agia como um comunista irreductível (o que é um grosseiro disparate) e Batista aparecia-lhes como um político sério que «defendia os interesses económicos americanos», pelo que merecia o apoio de Washington.

Thomas Patterson, citando documentos oficiais, chama a atenção para uma realidade pouco conhecida: a CIA e o FBI durante todo o período da guerrilha na Sierra Maestra bombardeavam Washington, mês após mês, com relatórios recheados de «factos» deturpados e inventados.

Pouco antes do fim da ditadura, Richard Nixon, então vice-presidente dos EUA, ao regressar de uma visita de Estado a Havana, informou o Presidente Eisenhower de que a maioria do povo cubano era hostil ao regime, mas no seu relatório a Casa Branca sublinhou que Fulgencio Batista era «um homem notável», um autêntico «mestre da política», «muito amigo dos EUA», um estadista que acreditava firmemente «na livre empresa».

Na opinião de Nixon, Batista contava com um grande trunfo: o apoio firme do Exército. Acontece que nessa mesma época, o general Elgío del Castillo, que comandou a última ofensiva contra os rebeldes, já conspirava contra Batista.

A Casa Branca, segundo Patterson, concluiu que «a pequena força guerrilheira não parecia constituir uma ameaça, numa Ilha onde a estrutura de Poder era sustentada pelos EUA»:

Em meados de 1958, poucos meses antes da vitória do Exército Rebelde, o Departamento de Estado dos EUA afirmava ainda nos seus relatórios que o perfil da guerrilha «era muito baixo», não sendo crível que «pudesse vencer».

Após a derrota da ditadura, o novo embaixador dos EUA, Philip Bonsai, informou o seu governo de que «a URSS se apresou a ajudar Castro somente porque os EUA haviam tomado medidas destinadas a derrubá-lo».

Patterson, comentando essa opinião, escreve: sem «a expedição da Baía dos Porcos, sem as operações clandestinas, sem as tentativas de assassinio, sem as manobras e planos militares, sem as pressões económicas e diplomáticas concebidas para acosar, isolar e destruir Castro — nunca Kruschev teria tido a oportunidade de instalar mísseis (nucleares) nas Caraíbas».

O autor deste livro importante sublinha que, teimando até ao fim em manter Batista no poder, os EUA «sustentaram um regime deformado, fraco, corrupto, incapaz, impopular» e, a propósito, recorda o apoio dado a Chang Kai-chek, a Ngo Dinh Diem, a Somoza, a Trujillo, a Duvalier. Apoiar ditadores e combater revoluções democráticas é uma tradição da política da Casa Branca.

O livro de Thomas Patterson suscitou, naturalmente, o interesse do público e da crítica norte-americanos. O Departamento de Estado e o Presidente Clinton não tomaram, entretanto, conhecimento oficial da obra. O seu mutismo não impedirá que o livro de Patterson contribua para tornar ainda mais transparente a irracionalidade da política anti-cubana de Washington.

(1) *Thomas Patterson, Contesting Castro — The United States and the Triumph of the Cuban Revolution*, Ed. Oxford University Press, Nova York e Oxford, 351 pgs., 1994.



# OS BISPOS preferem aguardar

■ Jorge André

Já anteriormente anotámos nestas colunas uma observação que agora nos parece lícito reforçar: após as grandes desilusões causadas pelas falhas políticas

do Vaticano nos acontecimentos do Leste europeu, na subtil condução do conflito iugoslavo, na superação tecnocrática das crises do capitalismo comunitário, no relançamento de um desacreditado Ecumenismo controlado e na formulação de propostas inéditas que permitissem a resolução duradoura dos graves problemas eclesiais, a hierarquia católica parece agora simplesmente decidida a abster-se de quaisquer atitudes de fundo e a aguardar, «para ver».

No centro deste retraimento do alto clero figura, naturalmente, como factor determinante, a noção de que se aproxima, para o clero, um momento delicado na condução dos negócios centrais da igreja. Avançando em idade, João Paulo II encontra-se enfermo, num quadro clínico cuja gravidade só não se pode determinar devido às habituais obstruções que a Santa Sé impõe à informação. Mas os poucos dados que conseguiram franquear as barreiras de silêncio erguidas pela Cúria sugerem a existência de uma sintomatologia particularmente grave, com incidências no corpo e na mente.

Como frequentemente se constata na História da Igreja, a imagem do homem que a instituição endeuou é sacrificada, quando este fraqueja, aos interesses do Estado. E, assim, temos podido assistir no pequeno *écran* ao espectáculo lamentável de um papa trôpego que se arrasta e balbucia, enquadrado por uma equipa de prelados inflexíveis mais semelhantes a guardas do que a sacerdotes. No final da sua vida, João Paulo II suporta o peso das repressões eclesiásticas que ele próprio tanto ajudou a alimentar.

Seria, pois, de esperar que se desencadeassem os mecanismos da sucessão pontifícia. O que já aconteceu. O Colégio dos Cardeais, cuja principal atribuição é eleger os papas, foi reestruturado. O número dos seus membros foi alargado e a sua base de recrutamento internacionalizou-se, aparentemente no mesmo sentido irreversível da organização das sociedades mais avançadas. Neste caso, entretanto, prevaleceram na decisão tomadas outras razões bem evidentes.

Voltou a ecoar, embora surdamente, o tema secular da «igreja triunfante». Numa estrutura já de si conservadora, como é o colégio cardinalício, aumentou-se ainda mais a margem de segurança do poder fundamentalista. Aliás, os critérios de escolha dos novos cardeais ficaram bem à vista: comportamentos pessoais durante as recentes cruzadas de «reconquista cristã», obediência total ao papa, anticomunismo fidalgo. Foram promovidos bispos vindos do Leste europeu, de Cuba, de África, do Extremo Oriente. Homens cuja fidelidade tradicionalista já fora posta à prova.

Quem quer que se venha a instalar na Cátedra de S. Pedro será padre conservador, obediente aos cânones, bem visto pelos sistemas dominantes. Terá da igreja universal a visão única que é imposta pela Companhia de Jesus e, acima de tudo, pela poderosa Opus Dei: o total apagamento da pessoa face às directrizes da hierarquia. Apenas o papa é herdeiro de S. Pedro. Só a ele cumpre obedecer.

Como é evidente, os bispos diocesanos dos múltiplos países que integram a igreja católica estão muito mais perto das populações e dos seus graves problemas sociais que um

qualquer cardeal nomeado para a Santa Sé quantas vezes por motivações pessoais e políticas. Mas os bispos nacionais não são, mesmo na sua perspectiva individual, simplesmente profetas. Têm posições profissionais a defender e não adivinham, obviamente, em que sentido caminhará a igreja do futuro. Irá pelas vias que o Vaticano constantemente parece alargar? Mudará subitamente de orientação, o que as recentes derrotas políticas da Cúria parece poderem sugerir? Estagnar-se-á, como agora acontece, nas águas paradas da política europeia?

Os bispos católicos, ao que tudo indica, preferem aguardar, cruzar os braços e olhar, de longe, o que se passa no mundo. Temos bons exemplos deste tipo mesmo entre nós, no nosso próprio país. Que luta trava a hierarquia, recorrendo a todo o seu enorme poder, contra a corrupção generalizada, a prepotência política, o compadrio dos negócios ocultos, a segurança social «a duas velocidades», os tenebrosos mistérios das privatizações ou as violências de toda a espécie exercidas sobre as populações migrantes?

Escolhemos, para concluir este curto texto, o tema das migrações que o episcopado português tão frequentemente refere. Quisemos destacar a última nota que a Conferência Episcopal sobre esta questão de interesse nacional divulgou. Reparámos, depois, tratar-se de uma repetição de posições anteriores, nunca concretizadas pelo poder da igreja nas áreas políticas e sociais. Pior, ainda, desta vez: as palavras que os bispos portugueses proferem relativamente às minorias étnicas surgem envoltas com um outro tema — o da transplantação de órgãos no qual se confundem realidade e utopia, dogma e solidariedade humana, ciência e religião.

E assim vamos, confusamente, com uma hierarquia católica que não se entende nem se faz entender.



# PONTOS CARDEAIS

## Sonetos Institucionais

1

### Dívidas ao fisco

Esse escândalo das dívidas ao fisco enche os écrans as ondas os jornais são mil milhões de contos para mais o Estado e o Orçamento estão em risco.

Mas quem são os culpados? Eu arrisco: É gente do Governo e seus iguais em patrimónios e contas estatais estão sempre prontos a pisar o risco.

O trabalhador tem o fisco em dia queira ou não queira tem de descontar. De Cavaco e Catroga vem demagogia

quando ameaçam os ricos a pagar. Desde que o capital está no poleiro no país só paga quem não tem dinheiro.

2

### Rendimentos dos políticos

Ah! Não querem tornar os vossos rendimentos públicos para o povo podê-los conhecer? Ó senhores do Governo, nada têm a temer os limpos e os severos comportamentos.

Mas se se diz das vossas casas: «monumentos só possíveis a expensas e golpes do poder? Como pudesdes tão depressa enriquecer com os vossos apesar de chorudos vencimentos?

Não se sustente pela lei a seriedade não se rejeita por maioria a suspeição daquilo que indicia a opacidade

um certo envolvimento com a corrupção. A vossa «austera» máscara há-de cair não vale a pena afivelá-la e fingir.

■ Pedro Hespanca

## FRASES da SEMANA

“Os melhores negócios são feitos com o dinheiro dos outros.”

☛ (Carlos Menezes Falcão, advogado, accionista de várias sociedades, na comissão parlamentar de inquérito ao caso Totta-Banesto - «Público», 06.12.94)

“(...) aquilo que dói aos nossos adversários políticos, aquilo que os faz tremer de medo, aquilo que os faz desesperar, é que essa crise económica está ultrapassada e a retoma está aí, pelos sinais evidentes que já existem, não apenas no domínio do macro mas também no domínio do micro e na experiência concreta da vida das empresas e dos cidadãos.”

☛ (Fernando Nogueira, Vice-Presidente do PSD - SIC, 01.12.94)

“O investimento e o consumo revelam ainda um dinamismo relativamente pequeno”

☛ (Faria de Oliveira, Ministro do Comércio e Turismo, citado em «Diário de Notícias», 06.12.94)

“Os resultados da política de internacionalização encetada em 1991 são ainda bastante modestos, designadamente em termos de ambição dos projectos que a maior parte das empresas portuguesas vêm desenvolvendo.”

☛ (idem)

“Às vezes, somos nós que fazemos asneiras; às vezes, somos nós que não mantemos as qualidades que nos deviam distinguir; às vezes, somos nós que não dizemos o que devia ser dito e não fazemos o que devia ser feito.”

☛ (José Pacheco Pereira - «Expresso», 03.12.94)

“Eu “subi” com aquilo que se chama cavaquismo, é natural que “desça” com aquilo que se chama cavaquismo. Tudo o que sobe tem de descer.”

☛ José Pacheco Pereira - «Semanário», 03.12.94)

“Gosto muito do Adriano Moreira. Admiro a fogaosidade e a força do Narana Coissoró. Gosto da maneira de ser do Nogueira de Brito”

☛ (Conceição Seixas, deputada do CDS - «O Diabo», 06.12.94)

“Admito que haja assédio sexual na AR»

☛ (idem)

“Não teria qualquer problema em tornar públicos os meus rendimentos, bem mais modestos do que os leitores do “Diabo” poderão imaginar. (...) Não o faço por uma questão de princípio.”

☛ (Maria Elisa - «O Diabo», 06.12.94)

“Ao dr. Rangel fica muito bem criticar os críticos. Mas com o cuidado de não parecer o dr. Pais de Vasconcelos face à dra. Júlia Pinheiro. Se não, ainda dizem que o seu antecessor de sucesso, o dr. Moniz, o batia em “fair play”.”

☛ (João Carreira Bom - «Expresso-Revista», 03.12.94)

## PONTOS NATURAIS

### A Vantagem

Duas centenas de pessoas (entre elas algumas que ainda não tinham «aderido») aderiram ao PSD, em Aveiro. O Jornal da SIC esteve lá e transmitiu parte do discurso de Cavaco Silva em directo, durante cerca de cinco minutos.

Os presentes gostaram. Gostaram muito. E bateram palmas à estação de Carnaxide. Curiosamente, não se esperavam grandes afirmações bombásticas, alibi usado para a presença das televisões no Pontal. Curiosamente, como depois foi claramente dito, o discurso em Aveiro tinha um tom marcadamente eleitoralista. E é claro, os aderentes e outros presentes aproveitaram para as frenéticas bandeiradas do costume...

Assim, assim é que é bom, haver estações de Tv independentes que estão sempre onde é preciso estar.

### O Hino

Aleluia, já voltou o excelso Champalimaud! Logo a TV deu badalo e quis logo entrevistá-lo quando o «seu» Banco apanhou. Foi basto complicado. O Champas está instalado no Brasil. Como será se ele no Brasil está, como é que governará a massa, o milho, o granizo que em Portugal tem na mão? Diz ele: — Se for preciso comprarei um avião...

Quando vier estou a ver um coro acolhe o rapaz: «Ó tempò, volta pra trás...»

### Solução

Homens e mulheres de todas as idades recorrem ao serviço de apoio de emergência da Misericórdia.

A maior parte dos utentes é formada por indivíduos que vivem sozinhos, são solteiros ou divorciados. Alguns têm frequência do Curso Superior.

Também recorrem ao Serviço idosos perdidos na cidade e sem identificação. No ano passado foram atendidas mais de dez mil pessoas. Para o refeitório dos Anjos é encaminhada grande parte dos utentes.

A noite está povoada de problemas e de riscos.

Muitos dos que recorrem aos serviços de emergência social encontram-se numa situação de grande vulnerabilidade devido a pro-

blemas de empregos precários, falta de cobertura de Segurança Social e de apoio familiar.

Dê a sua ajuda a quem precisa de uma oportunidade para coçar de novo. Aposte no Totobola. (Do Canal 1)

### Feira de Badajoz

No lado de cá, os produtores espanhóis começam a ocupar lugar de destaque, mas no lado de lá nem sempre é fácil encontrar empresas portuguesas.

Há quem dê uma explicação:

Feirante — Há em Espanha um número de empresas portuguesas que é relativamente mais pequeno em relação ao número de empresas espanholas em Portugal, que é relativamente grande. Essa disparidade é maior porque Portugal é um país mais pequeno do que a Espanha e porque a Espanha é maior do que Portugal...

(Telejornal 4)

Mário Castrim







## Carlos Carvalhas

O Secretário-geral do PCP participa nos próximos dias em várias iniciativas de organizações do PCP, designadamente nas Assembleias de duas Organizações Regionais destacadas nesta página: a 3ª Assembleia da Organização Regional de Aveiro, no sábado, e a 2ª da Organização Regional de Bragança, na tarde de domingo.

A sua deslocação a Trás-os-Montes no domingo inclui ainda um encontro com representantes de associações da lavoura duriense - em Pinhão (Alijó), distrito de Vila Real, a partir das 9 e 30, e uma viagem no comboio da linha do Tua: de Tua (às 11h15) até Mirandela, onde deverá chegar às 13 horas.

Na quarta-feira, dia 14, o camarada Carlos Carvalhas participa no Centro de Trabalho Vitória numa sessão integrada no **Debate com o País** cujo tema é a **Mague** - a sua viabilização e a da Metalomecânica nacional.

## Debate com o País

para uma nova política **PCP**

da Juventude, sexta-feira, dia 16, às 21h30, com a participação de **CARLOS CARVALHAS** e de **João Amaral, Jorge Sarabando, Mário Brito, Macedo Varela.**

• **GUIMARÃES**  
«As funções sociais. O Estado e os cidadãos»  
Sessão pública no Hotel Fundador, sábado, dia 10, às 15h30 com a participação de **Luís Sá**

• **LISBOA**  
«Segurança das populações»  
na ADCEO (ex-Atlético da Encarnação), Olivais segunda-feira, dia 12, às 21h30 com a participação de **António Filipe**

• **RIBA D'AVE**  
«Direitos, Liberdades e Garantias dos Trabalhadores»  
Sessão pública na sede da Junta de Freguesia, sábado, dia 10, às 21h, com a participação de **Luís Sá**

• **VILA REAL**  
«A Política Educativa - Reforma. Que problemas? Que soluções?»  
Debate no Centro Cultural, sábado, dia 10, às 15h com a participação de **Edgar Correia e Lurdes Silva**

### • LISBOA

«**Salvar e viabilizar a MAGUE e a Metalomecânica pesada nacional**»

Debate no Centro de Trabalho Vitória, quarta-feira, dia 14, às 18h30 com a participação de **CARLOS CARVALHAS e Jerónimo de Sousa**

### • ALMADA

*Questões das Pescas*  
Debate no Grupo Amigos da Costa (Costa da Caparica), sábado, dia 10, às 21h com a participação de membros da Com. Nac. das Pescas do PCP

### • AMADORA

«*Saúde*»  
Debate no Salão da Junta de Freguesia da Mina Terça-feira, dia 13, às 21h com a participação de autarcas, deputados, técnicos de saúde

### • BRAGA

«*A Política Educativa actual. Que problemas? Que soluções?*»  
Debate no Auditório do CEFOPE, sexta-feira, dia 9, às 21h30 com a participação de **Edgar Correia e Lurdes Silva**

### • COIMBRA

«*Espaços urbanos e qualidade de vida*»  
Debate na Casa Municipal da Cultura, terça-feira, dia 13, às 21h30, com a participação de **Abílio Fernandes, Jorge Alarcão, Luís Sá e Santos Cardoso**

### • COIMBRA

«*O Sentido da Alternativa*»  
Debate no Instituto

### CASCAIS

Estoril - Plenário de militantes da freguesia sobre a situação política e social e questões autárquicas: sábado, 10, às 15h30, CT de Cascais.

### CONSTÂNCIA

CDU - Reunião-convívio em Vale de Mestre, quinta-feira, dia 8, no Gr. Desp. Recr. «Os Relâmpagos»: às 14h45, reflexão sobre o papel dos eleitos e activistas no desenvolvimento social do concelho; às 16h45, magusto.

### OURIQUE

Plenários para discussão do projecto de Resolução e eleição de delegados à 3ª Assembleia da Org. Reg. de Beja: - dia 9, das organizações de Vale de Santiago (no CT), de Colos (no Centro Social da Rib. do Seissal), de S. Teotónio (na J.Freguesia) - todas às 20h30; de **Garvão e Sta. Luzia** (na J.Freguesia de Garvão, às 21h); - dia 10, das organizações de **Conceição e Panóias**, às 15h no CT de Panóias

### PAREDES

Reunião de militantes das freguesias de **Recarei e Sobreda**; com a participação do cam. **Serafim Brás**: quinta-feira, dia 8, às 10h, na Junta de Freguesia de Recarei.

### SEIA

*Festa do Natal e das Crianças*  
Espectáculo, lanche, prendas no CT do PCP, dia 11 às 15h

### DAMAIA

Almoço-convívio no CT com a participação do cam. **Joaquim Dias**  
Domingo, dia 11

### AVEIRO

3ª *Assembleia da Organização Regional*  
Sábado, dia 10, às 10h, no Salão Cultural da Câmara Municipal com a participação do camarada **CARLOS CARVALHAS**  
*Sessão pública de encerramento às 17h*

### BRAGANÇA

2ª *Assembleia da Organização Regional*  
Domingo, dia 11, às 11h30, no Auditório da Escola Sup. de Educação com a participação do camarada **CARLOS CARVALHAS**  
*Sessão pública de encerramento às 17h30*

### BARCELOS

5ª *Assembleia da Organização Concelhia*  
Sábado, dia 10, às 21h30, no CT de Barcelos

### FAFE

5ª *Assembleia da Organização Concelhia*  
Domingo, dia 11, às 15h, no CT de Fafe

### SEIA

4ª *Assembleia da Organização Concelhia*  
Sábado, dia 10, às 15h, no CT de Seia, com a participação do camarada **Aurélio Santos**

### TORRES NOVAS

4ª *Assembleia da Organização Concelhia*  
Sábado, dia 10, às 15h, no CT de Torres Novas, com a participação do camarada **Agostinho Lopes**

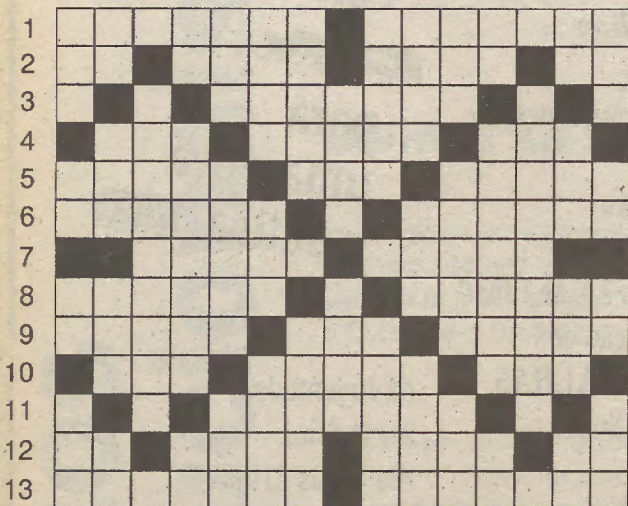
Terça, dia 13, às 15h30, na Faculdade de Ciências de Lisboa (Cid. Universitária, Bloco C2)

**Solidariedade com o Povo Cubano Contra o Bloqueio**  
- debate promovido pelo colectivo da Fac. de Ciências da JCP com a participação do Embaixador de Cuba



## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**HORIZONTAIS:** 1 — Centro nervoso situado no crânio dos vertebrados, muito desenvolvido no homem, no qual se compõe de dois hemisférios constituídos por numerosas circunvoluções; dirigiram os remos. 2 — O mais (ant.); passar para fora; remoinhos de água (prov.); graça. 3 — Procurar a âncora ou qualquer outro objecto perdido no fundo do mar com o auxílio da rocega (naut.). 4 — Repetição de um som; agulhas de pinheiro; ferro temperado. 5 — Recobre uma peça de metal com depósito eletrolítico de cromo; saudáveis; atasca. 6 — Que tem muitos ramos; efeminar-se. 7 — Tipo de mármore verde com manchas amarelas, que tem aspecto de pele de cobra; goze. 8 — Transformara-se; obedecer. 9 — Máquina que serve para tirar do fundo dos rios, depósitos e entulhos que aí se formam; uma centena; conjunto de grãos ou de fragmentos mínimos de minerais ou de rochas silicosas, que se encontra nas praias ou no leito dos rios. 10 — Adito; frutos da romãzeira; argola. 11 — Relógio de sol usado pelos antigos romanos. 12 — Observa; pequena peça de madeira para fixar ossos fracturados; espolho; pedra de moinho. 13 — Põem em ordem; produto que se extrai do ásaro.

**VERTICAIS:** 1 — Protótipo de cálcio; Cromo (s.q.); Mendelévio (s.q.); ovário de peixe. 2 — Artigo antigo; época; larva que se cria nas feridas dos animais; também (arc.). 3 — Adaptado. 4 — Existes; aquele que se alimenta de carne crua; a tua pessoa. 5 — Botequim; empunhara; o tio americano. 6 — Curso natural de água (pl.); amarra; ave columbina. 7 — Mamífero cetáceo marinho da fam. dos delphinídeos, carnívoro e muito agressivo (pl.); grudam. 8 — Ave corredora (pl.); emblema. 9 — Suplicas; indício. 10 — Pron. pesso. (pl.); lavra; senhoras (bras.). 11 — Oceano; póe açúcar; base aérea portuguesa. 12 — Carta de jogar; assaltara; suf. de agente. 13 — Investira. 14 — Atmosfera; panela (prov.); camareiro; Manganês (s.q.). 15 — Gemê (pop.); aspecto; batráquio; filtra.

### SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

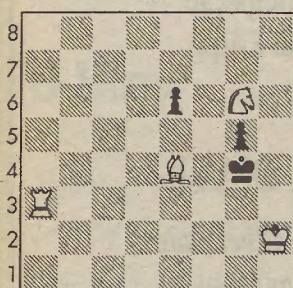
**HORIZONTAIS:** 1 — Bergman; Manágua. 2 — Am; varas; si. 3 — Lá; batinas; ir. 4 — In; lamas; nó. 5 — Zanga; lãs; calas. 6 — Amorna; camisa. 7 — Eira; mora. 8 — Amassa; sorver. 9 — Carta; sés; saída. 10 — Er; corar; is. 11 — Nó; colaram; tu. 12 — At; atoar; ar. 13 — Samarra; marca.

**VERTICAIS:** 1 — Baliza; acenas. 2 — Emanam; marota. 3 — Nó; ar. 4 — Agreste. 5 — Anisa. 6 — Aval; ara; coar. 7 — Natal; solta. 8 — Rimas; serão. 9 — Manas; saram. 10 — Asas; cós; rara. 11 — Caros. 12 — Camarão. 13 — Li; VI. 14 — Usinas; editar. 15 — Airosa; rasura.

## XADREZ

CDXC - 8 DE DEZEMBRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994X091  
Por: ANDRÉ CHÉRON & WOLFGANG PAULY  
N.º 2. Baster Nachrichten, 1930

Pr: [3] Ps. 66. g5 - Rg4  
Br: [4] Cg6 - B64 - Ta3 - Rh2

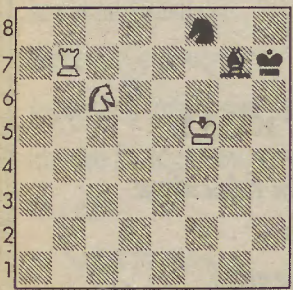


Mate em 5 lances

### PROPOSIÇÃO Nº 1994X092

Por: JOHANN NEPOMUK BERGER - 1920

Pr: [3] C8 - Bg7 - Rh7  
Br: [3] Cç6 - Tb7 - Rf5



Branças jogam e ganham

### SOLUÇÕES DO Nº CDXC

Nº 1994X091 [A.C. & W.P.]: 1. Rg2l, Rh5; 2. Th3+, Rg4; 3. Th1, e5; 4. Rh2, e5. Rg3 #  
1. ... e5; 2. Tal, Rh5; 3. Th1, Rg4; 4. Rh2, Rh5; 5. Rg3 #

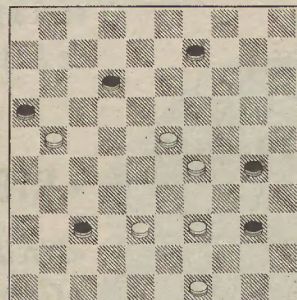
Nº 1994X092 [J. N. B.]: 1. C67l, Rh6; 2. Cg8+, Rh7; 3. Cf6+, Rh6; 4. C68 e g.

A. de M. M.

## DAMAS

CDXC - 8 DE DEZEMBRO DE 1994  
PROPOSIÇÃO Nº 1994D091  
Por: JEAN-FRANÇOIS FOCCROULLE  
Dame à la Une N.º 50 - Set., 1994

Pr: [6] 9-12-16-30-37-40  
Br: [7] 21-23-29-38-39-46-49

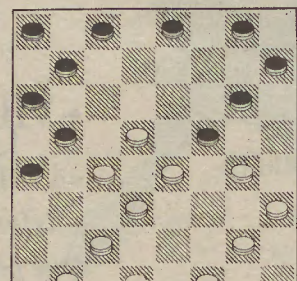


Branças jogam e ganham

### PROPOSIÇÃO Nº 1994D092

GOLPE Nº 98  
Por: Dr. ORLANDO AUGUSTO LOPES  
Lisboa, 1951

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 26-22; 3. 1-5, 22-18;  
4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 23-20; 6. 14-19, 27-23; 7.  
10-14, 20-16; 8. 6-10, 23-20; 9. 10-13 Diagrama:



Pretas jogam e ganham

### SOLUÇÕES DO Nº CDXC

Nº 1994D091 [J.F.F.]: 1. 39-33, (16X27); 2. 49-44, (40X49-D); 3. 33-28, (49X32); 4. 29-24, (30X19); 5. 23X3-D, (32-7) [Se: ... (32X5); 6. 3X41 +] 6. 3X5, (37-42); 7. 5-37, (42X31); 8. 46-41 e 9. 41-37 +

Nº 1994D092 [Dr. O. A. L.]: 9. ... 30-26; 10. 13-22, 28-23; 11. 19-28, 26-1 = D +

A. de M. M.

## Sementes de Abril



os Prelos da Liberdade

EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL

Até 16 de Dezembro, no Centro de Trabalho da Boavista, Porto

**EXPO-VENDA**  
**ARTES PLÁSTICAS**  
16 NOVEMBRO / 21 DEZEMBRO

Espaço Vitória - De 2ª a 6ª, das 15 às 22 horas

VITÓRIA  
ESPAÇO CULTURAL

## Vendas de Natal

### • DA FESTA DO AVANTE

Rum cubano - de 3, 5 e 7 anos; Medalhas da Festa; T-Shirts; Bonecos de cerâmica de Jorge Fagundes; Artesanato chinês (porcelanas, tecidos, bordados, etc.); Artesanato peruano, checo, russo, etc.

Na Av. António Serpa, 26, 2º eq,  
Dias úteis, das 10 às 18h30

### • DA COM. CONCELHIA DE SETÚBAL

Francisco Zagalo, madeira; Ana Maria Mateus, cerâmica; José Magalhães, metal; Pintura, fotografia, tecidos

No Edifício Arrábida, Av. 5 de Outubro, 35, 1ª

### • DO CT VITÓRIA

Artesanato nacional e estrangeiro; Bijuteria; Jogos e brinquedos; Rendas de bilros; Decorações de Natal ... e muito mais!

De 2ª a 6ª das 11 às 21h  
Sáb. das 11 às 18h

### • DA COM. CONCELHIA DE BRAGANÇA

Livros; Artesanato português; Artesanato do Perú, Bulgária, China; Rum cubano

Bª da Mãe D'Água, Rua H, nº 2  
Até 22/12, das 15 às 19h

### • DA COM. CONCELHIA DO SEIXAL

Artesanato; Livros; Bebidas; Frutos secos e doces; Bijuteria; Gravuras; Objectos decorativos

No CT do PCP

### • DO CT DE ALGÉS

Utilidades; Objectos decorativos

De 2ª a 6ª das 15 às 19h

### • DA CASA DA PAZ

Também com sessões de debate e apresentação de livros pelos autores:

De Sérgio Ribeiro - «Décadas da Europa»: quarta-feira, 7, às 17h  
De Pezarat Correia - «Questionar Abril»: quarta-feira, 14, às 15h

R. Rodrigo da Fonseca, 56, 2ª,  
Até 23/12

## FILMES

### QUARTA, 7

#### A Última Vez que Vi Paris

«The Last Time I Saw Paris» (EUA/1954). Real: Richard Brooks. Int: Elizabeth Taylor, Van Johnson, Walter Pidgeon. Cor, 112 min. Ver Destaque. (15.00, TV 2)

#### O Pai Está a Morrer... Quem Vai Herdar?

«Daddy's Dyin'... Who's Got the Will» (EUA/1990). Real: Jack Fisk. Int: Beau Bridges, Keith Carradine, Tess Harper. Cor, 95 min. Comédia Dramática. (15.00, SIC)

#### Os Rapazes de Biloxi

«Biloxi Blues» (EUA/1988). Real: Mike Nichols. Int: Matthew Broderick, Christopher Walken, Matt Mulhern, Corey Parker. Cor, 103 min. Ver Destaque. (00.25, Canal 1)

### QUINTA, 8

#### Mundo Desconhecido

«Unknown World» (EUA/1951). Real: Terrell O. Morse. Int: Victor Kilian, Bruce Kellogg, Otto Waldis, Jim Bannon. P/B, 75 min. Ficção Científica. (15.00, TV 2)

#### O Relojoeiro

«L'Horloger de Saint Paul» (Fr./1973). Real: Bertrand Tavernier. Int: Philippe Noiret, Jean Rochefort, Jacques Denis. Cor, 101 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

#### Ben-Hur

«Ben-Hur» (EUA/1959). Real: William Wyler. Int: Charlton Heston, Jack Hawkins, Stephen Boyd, Haya Harareet. Cor, 221 min. Ver Destaque. (15.00, Quatro)

#### E Tudo o Vento Levou

«Gone With the Wind» - 1ª. Parte (EUA/1939). Real: Victor Fleming. Int: Clark Gable, Vivien Leigh, Leslie Howard, Olivia de Havilland. Cor, 205 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

#### O Caçador

«The Deer Hunter» (EUA/1978). Real: Michael Cimino. Int: Robert De Niro, John Cazale, John Savage, Christopher Walken, Meryl Streep, George Dzundza. Cor, 175 min. Ver Destaque. (00.20, TV 2)

#### Eternity - A Magia do Amor

«Eternity» (EUA/1989). Real: Steven Paul. Int: Jon Voight, Armand Assanti, Eileen Davidson, Wilford Brimley, John P. Ryan. Cor, 124 min. Drama. (01.20, Canal 1)

### SEXTA, 9

#### Melodia Negra

«Pete Kelly's Blues» (EUA/1955). Real: Jack Webb. Int: Jack Webb, Janet Leigh, Edmond O'Brien, Peggy Lee, Lee Marvin, Ella Fitzgerald. Cor, 91 min. Policial. (15.00, TV 2)

#### A Herança da Sogra

«Easy Money» (EUA/1983). Real: James Signorelli. Int: Rodney Dangerfield, Joe Pesci, Geraldine Fitzgerald, Jennifer Jason Leigh. Cor, 92 min. Comédia. (15.00, SIC)

#### E Tudo o Vento Levou

«Gone With the Wind» - 2ª. Parte (EUA/1939). Real: Victor Fleming. (22.00, Quatro)

#### Zavallilar

(nenhuma informação foi prestada pela RTP sobre este filme - 00.20, TV 2)

#### Entre a Verdade e a Traição

«Somebody's Daughter» (EUA/1992). Real: Joseph Sargent. Int: Nicolette Sheridan, Nick Mancuso, Elliot Gould. Cor, 100 min. Drama Policial. (01.55, SIC)

#### Seres Perseguidos

«Stranded» (EUA/1987). Real: Tex Fuller. Int: Joe Morton, Caceron Dye, Brendan Hughes, Maureen O'Sullivan. Cor, 77 min. Ficção Científica. (02.25, Canal 1)

### SÁBADO, 10

#### As Montanhas da Lua

«Mountains of the Moon» (EUA/1990). Real: Bob Rafelson. Int: Patrick Bergin, Iain Glen, Fiona Shaw, Richard E. Grant. Cor, 130 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

#### As Aventuras de Johnny Tremain

«Johnny Tremain» (EUA/1957). Real: Robert Stevenson. Int: Hal Stalmaster, Luana Patten, Jeff York, Sebastian Cabot. Cor, 80 min. Histórico. (18.05, TV 2)

#### Tempestade Sobre Washington

«Advise and Consent» (EUA/1962). Real: Otto Preminger. Int: Henry Fonda, Charles Laughton, Don Murray, Walter Pidgeon, Gene Tierney, Peter Lawford. Cor, 137 min. Drama. (00.25, Quatro)

### Pecados Imortais

«Immortal Sins» (EUA/1992). Real: Hervé Hachuel. Int: Cliff de Young, Maryam d'Ébo. Cor, 93 min. Drama. (01.20, SIC)

### Ghoulies - II

«Ghoulies - II» (EUA/1988). Real: Albert Band. Int: Damon Martin, Royal Dano, Phil Fondacaro, J. Downing, Kerry Remsen. Cor, 90 min. Terror. (02.15, Canal 1)

### DOMINGO, 11

#### Venham Ver O Paraíso

«Come See The Paradise» (EUA/1990). Real: Alan Parker. Int: Dennis Quaid, Tamlyn Tomita, Sab Shimono. Cor, 138 minutos. Ver Destaque. (14.45, SIC)

#### Ruptura Explosiva

«Point Brake» (EUA/1991). Real: Kathryn Bigelow. Int: Patrick Swayze, Keanu Reeves, Gary Busey, Lori Petty. Cor, 122 min. «Thriller». (22.30, SIC)

#### O Segredo da Porta Fechada

«Secret Beyond the Door» (EUA/1948). Real: Fritz Lang. Int: Joan Bennett, Michael Redgrave, Anne Revere, Barbara O'Neill. P/B, 94 min. Ver Destaque. (23.30, TV 2)

#### Bela e Mortífera

«Dying to Love You» (EUA/1993). Real: Robert Iscove. Int: Tim Matheson, Tracy Pollan, Christine Ebersole, Lee Garlington. Cor, 90 min. «Thriller». (01.05, Canal 1)

### SEGUNDA, 12

#### Aventura na Colina

«Devil's Hill» (Austrália/1988). Real: Esben Storm. Int: Alexander Jacobs, Cameron Atkins, Jane McArthur, Peter Hehir. Cor, 95 min. Aventuras. (15.00, TV 2)

#### Com a Corda na Garganta

«Col Cuore in Gola» (It./Fr./1967). Real: Tinto Brass. Int: Jean-Louis Trintignant, Ewa Aulin, Charles Kholer. Cor, 97 min. Drama. (15.00, SIC)

#### Cyborg

«Cyborg» (EUA/1989). Real: Albert Pyun. Int: Jean-Claude Van Damme, Deborah Richter, Vincent Klyn. Cor, 84 min. Acção. (22.20, SIC)

#### A Guerra de Skateboards

«Gleaming the Cube» (EUA/1989). Real: Graeme Clifford. Int: Christian Slater, Richard Herd, Steven Mauer, Le Tuan. Cor, 101 min. Acção/Aventuras. (01.45, Canal 1)

### TERÇA, 13

#### Alice e o seu Destino

«Top Enders» (Austrália/1988). Real: Jackie McKimmie. Int: Bennedine Woods, Madeleine Blackwell, Donald Dale. Cor, 95 min. Aventuras. (15.00, TV 2)

#### Rogopag

«Rogopag» (1962/63). Real: Robert Rossellini, Jean-Luc Godard, Pier Paolo Pasolini, Ugo Gregoretti. Int: Orson Welles, Rossana Schiaffino, Ugo Tognazi, Alexandra Stewart. P/B, Cor, 107 min. Filme de «Sketches». (15.00, SIC)

#### O Meu Caso

(Fr./Port./1986). Real: Manoel de Oliveira. Int: Luís Miguel Cintra, Bulle Ogier, Alex Bougosslavsky, Fred Personne. Cor e P/B, 90 min. Ver Destaque. (22.50, TV 2)

#### Academia de Verão

«Party Camp» (EUA/1986). Real: Gary Graver. Int: Andrew Ross, Kerry Brennan, Billy Jacoby, Jewel Shepard, Peter Jason. Cor, 93 min. Comédia. (01.55, Canal 1)

### QUARTA, 14

#### Princesa Kate

«Princess Kate» (Austrália/1988). Real: George Olvigie. Int: Justine Clarke, Lyndel Rowe, Alan Cassel, Myra Moblet. Cor, 96 min. Aventuras. (15.00, TV 2)

#### Domingo de Agosto

«Domenica d'Agosto» (It./1949). Real: Luciano Emmer. Int: Anna Baldini, Vera Carmi, Franco Interlenghi, Massimo Serato. P/B, 77 min. Ver Destaque. (15.00, SIC)

#### Batman

«Batman» (EUA/1989). Real: Tim Burton. Int: Michael Keaton, Jack Nicholson, Kim Basinger, Robert Wuhl, Pat Hingle. Cor, 121 min. Ver Destaque. (22.40, Canal 1)

#### O Prazer do Amor

«Plaisir d'Amour» (Fr./1991). Real: Nelly Kaplan. Int: Pierre Arditi, Françoise Fabian, Dominique Blanc, Cécile Sanz de Alba. Cor, 101 min. Sátira. (01.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



PROGRAMAÇÃO

Quinta, 8

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.50 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade me Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.30 Isto Só Vídeo
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.30 Kung Fu
01.15 Eternity - A Magia do Amor
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Mundo Desconhecido
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.10 Rua Sésamo
18.45 Um, Dó, Li, Tá
19.30 A Dança
20.45 Magazine - «Ver Artes»
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Vício / Versa
23.20 Stevie Wonder
00.20 O Caçador
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 9

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.05 Fera Ferida
22.20 Cabaret
23.40 Danças de Salão (Concurso)
00.20 24 Horas
00.55 Na Rede de Intrigas
02.25 Seres Perseguidos
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
12.55 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Zulu
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Armas Secretas
20.45 Histórias Que o Tempo Apagou
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.30 Palmeiras Bravias

Sábado, 10

CANAL 1

08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Parlamento
13.00 Notícias
13.10 Prisioneira do Amor
13.50 Made In Portugal
14.25 Clube Disney
15.55 Aventuras de Brisco County Jr.
17.05 Arca de Noé
17.50 Futebol: Beira Mar-Marítimo
19.50 Totototo
20.00 Telejornal
20.45 Noite Mágica
21.45 Pápio da Fama
22.50 Parabéns
00.30 24 Horas
00.50 Na Rede de Intrigas
02.15 Ghoulies II
(ver «Filmes na TV»)



Vingadores

CANAL 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Uma Família Feliz
12.50 Viagem ao Maravilhoso
13.30 TV2 Desporto
16.35 O Prémio da Europa
18.05 As Aventuras de Johnny Tremain
(ver «Filmes na TV»)
19.25 O Treinador
20.00 Forum Musical
21.05 12 Minutos
21.30 TV2 Jornal
21.50 De Lisboa com Amor...
21.55 Quem Conta Um Conto
23.00 Praia da China
24.00 TV2 Desporto
00.35 Percursos

SIC

11.30 Buêrére
13.15 Portugal Radical
13.30 Dra. Quina
14.35 Nunca Digas Banzai
15.15 As Montanhas da Lua
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Os Imortais II
19.00 Muita Lóco
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Minas e Armadilhas
22.50 Partir o Côco
23.50 Walker - O Ranger do Texas
00.50 Último Jornal
01.10 Pecados Mortais
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra-ataque
15.00 Telemotor
15.30 Top 25 RFM / TVI
16.00 A Grande Aposta
17.30 Queridos Inimigos
19.30 Telejornal
20.00 Trocado em Miúdos
20.30 Projecto Viper
21.30 Confissões de Adolescente
22.10 Quem Casa Quer Casa
23.30 Últimas Notícias
23.45 Jornal do Mundo
00.15 Tempestade Sobre Washington
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 11

CANAL 1

08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.00 Luta Livre Americana
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.05 Top +
14.15 86-60-86
14.55 Novas Aventuras do Super-Homem
15.45 Emoções Fortes
16.15 Indiana Jones - Crónicas da Juventude
17.05 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol: Porto-Sporting
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.35 Eu Tenho Dois Amores
22.35 Com Peso e Medida
23.55 No Calor da Noite
00.45 24 Horas
01.05 Bela e Mortífera
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.05 O Homem e a Cidade - «Setúbal»
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 TV2 Desporto
16.30 O Treinador
17.05 Para Além do Ano 2000
17.50 Os Vingadores
18.40 Gente Remota - S. Tomé e Príncipe (II)
19.30 Música: Nos 75 anos do nascimento de Leonard Bernstein (II)
20.30 Domingo Desportivo
21.30 TV2 Jornal
22.25 Artes e Letras: «Maria João Pires»
23.30 O Segredo da Porta Fechada
(ver «Filmes na TV»)

SIC

11.30 Buêrére
11.45 Programa Infantil / Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.45 National Geographic
14.45 Venha Ver o Paraíso
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Um Trovão no Paraíso
19.00 Os Trapalhões
20.00 Jornal da Noite
20.30 O Memorial de Maria Moura
21.30 Labirinto
22.30 Ruptura Explosiva
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Último Jornal
01.10 El Lute (II)

QUATRO

10.00 Clube da Manhã
11.30 Missa e Informação Religiosa
13.30 Jornal do País
14.05 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.10 Trocado em Miúdos
20.30 Ficheiros Secretos
21.30 Confissões de Adolescente
22.00 Doutores e Engenheiros
23.20 Melrose Place
00.20 Últimas Notícias
00.35 Jornal Negócios

Segunda, 12

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.20 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.45 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade M' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.50 Nico d' Obra
22.25 Zona + Carlos Cruz
24.00 Colsas da Vida
01.10 24 Horas
01.45 A Guerra dos Stakeboards
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV 2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Aventura na Colina
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
18.00 Super Juvenil
18.15 Rua Sésamo
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 À Descoberta de Um Novo Mundo
20.40 Magazine - «Teatro»
21.10 Ver para Ler
21.25 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.20 Remate
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 Ópera: «La Traviata»
01.10 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Com a Corda na Garganta
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 A Viagem
21.40 Ora Bolas, Marina
22.20 Cyborg
(ver «Filmes na TV»)
00.10 Último Jornal
00.25 Flash Back
01.25 El Lute (II)

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra



Praia da China

Terça, 13

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.25 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.25 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.15 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.45 A Mulher do Sr. Ministro
22.20 Cabaret
23.40 Prova Oral
01.20 24 Horas
01.55 Academia de Verão
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.30 Euronews
15.00 Alice e o Seu Destino
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.55 Super Juvenil
18.40 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.50 Monty I
20.20 Rotações
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.05 Acontece
22.15 Remate
22.25 Magazine - «Saúde»
22.50 O Meu Caso
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Rogopag
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Destino X
22.50 Terça à Noite
23.55 Último Jornal
00.10 O Senhor que se Segue
01.10 Mensagem do Vietnam

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Amigos para Sempre
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo
01.00 Sinais e Leis

Quarta, 14

CANAL 1

08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.05 Rua Sésamo
09.30 Ponta de Lança
10.00 Viva a Manhã
10.30 Culinária
11.45 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Prisioneira do Amor
14.25 Origens
15.00 Blossom
15.25 Boa Tarde
15.55 Caderno Diário
16.15 Malha de Intrigas
17.05 Culinária
17.20 Eternos Novatos
17.45 Missão Impossível
18.40 Na Paz dos Anjos
19.10 Com a Verdade m' Enganas
20.00 Telejornal
20.30 Fera Ferida
21.50 Só Riso
22.40 Batman
(ver «Filmes na TV»)
00.50 24 Horas
01.25 O Prazer do Amor
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

12.30 Televidas
13.30 TV2 Desporto
14.35 Euronews
15.00 Princesa Kate
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Escola Paraíso
17.45 Super Juvenil
18.30 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 O Golo da Jornada
19.45 Roanok
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Desenhos Animados
21.20 RTP / Financial Times
21.30 TV2 Jornal
22.00 Acontece
22.30 Última Oferta
23.25 À Roda do Mundo
23.55 Rock Rendez-Vous
00.45 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.25 Olhos nos Olhos
14.20 Domingo de Agosto
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Buêrére
17.15 Notícias
17.20 Os Donos da Bola
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 Perdoa-me
22.40 Casos de Polícia
23.40 Último Jornal
24.00 Tostões e Milhões
01.00 Mensagem do Vietnam

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Picket Fences
23.45 Novo Jornal
00.45 Fora de Jogo



Última Oferta

03.35 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 O Relojoeiro
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.30 A Viagem
21.40 O Café do Surdo
22.15 Ponto de Encontro
23.15 A Noite da Má Língua
00.15 Último Jornal
00.35 Internacional Sic
01.35 Inversão Fatal

QUATRO

09.00 Shopping Center
10.00 Clube da Manhã
11.30 Missa
13.00 Jornal da Uma
13.30 Fora de Jogo
15.00 Ben-Hur
(ver «Filmes na TV»)
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 E Tudo o Vento Levou (1ª parte)
(ver «Filmes na TV»)
00.20 Novo Jornal
01.20 Fora de Jogo

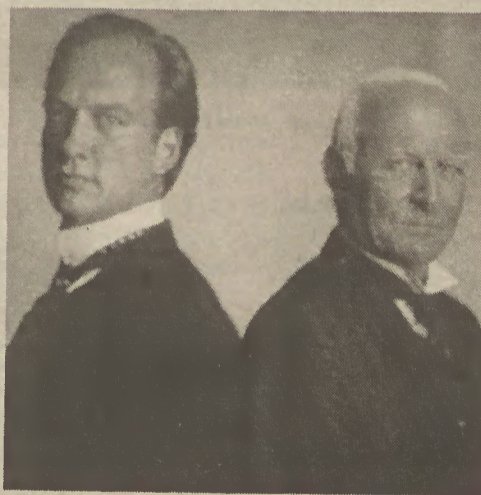
23.20 Músicas da Terra
00.20 Zavallilar
(ver «Filmes na TV»)
01.40 Módulos de Música Portuguesa

SIC

11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
15.00 Querida Prima
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Sonho Meu
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
21.20 A Viagem
22.40 Chuva de Estrelas
23.45 Último Jornal
23.55 Os Donos da Bola
00.55 Playboy
01.55 Entre a Verdade e a Traição
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO

09.30 Shopping Center
10.30 Animação
11.30 Já Tocou
12.00 A Escolha É Sua!
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
20.55 Hóquei em Patins
22.15 E Tudo o Vento Levou (2ª parte)
00.30 Novo Jornal
01.30 Fora de Jogo



Palmeiras bravias

14.15 Um Anjo na Terra
15.00 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 Morena Clara
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.40 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.30 Novo Jornal
00.10 Prolongamento
00.40 Novos Ventos
01.10 Top 25 RFM / TVI





Patrick Bergin e Iain Glen, em «As Montanhas da Lua», de Bob Rafelson



Charlton Heston, em «Ben-Hur», de William Wyler

## Por isto e por aquilo...

### A Última Vez que Vi Paris

(Quarta, 15.00, TV 2)

Construído num longo *flash-back*, o argumento traz às memórias de um americano de visita a Paris a euforia dos tempos da Libertação quando conheceu uma jovem bela, por quem se apaixonara, mas cuja vida posterior em comum progressivamente se afundara na degradação. Adaptado do romance *Babilónia Revisitada*, de Scott Fitzgerald, o argumento deste filme foi transposto dos anos 20 para a época imediatamente posterior à II Guerra Mundial - uma imposição do produtor, que levou Richard Brooks a imprimir-lhe alguma fragilidade, eliminando a atmosfera que condicionava o evoluir das personagens e exagerando em um certo «choradinho» que lhe rouba o poder do texto original.

### Os Rapazes de Biloxi

(Quarta, 00.25, Canal 1)

Extremamente bem arquitetado por um brilhante escritor teatral e cinematográfico - Neil Simon - o argumento deste filme transporta-nos até aos finais da II Guerra Mundial e à personagem de um jovem aspirante a escritor que é apanhado pelo serviço militar. Uma personagem que sabemos não muito afastada da personalidade do próprio autor (aproveitada, aliás, em obras suas anteriores) e que é muito bem incarnada por Matthew Broderick numa história vagamente auto-biográfica, por vezes muito divertida, que acompanha a progressiva transformação da personagem face à época especial que é evocada. Um filme que já esteve previsto para o passado mês de Novembro, no mesmo Canal.

### O Relojoeiro

(Quinta, 15.00, SIC)

Um relojoeiro que vive no bairro de Saint-Paul, em Lyon, é subitamente surpreendido pela revelação de quem é verdadeiramente o seu filho, acusado de matar um guarda e condenado a vinte anos de prisão. Mas é a partir daqui que as relações entre pai e filho se estabelecem verdadeiramente. Precioso testemunho sobre a França dos anos 70, esta obra de Bertrand Tavernier foca, de maneira extremamente sensível, o conflito de gerações, sendo servida por uma brilhante interpretação de Philippe Noiret.

### Ben-Hur

(Quinta, 15.00, Quatro)

Esclareça-se que a famosa «corrida das quadrigas» não foi dirigida por William Wyler, o realizador deste filme, mas sim pelo especialista em efeitos especiais e direcção de duplos Andrew Marton. Mas o filme não se fica apenas por este lado superficial, embora importante, sendo a esforçada e conseguida interpretação de Charlton Heston, a escrita cinematográfica dos autores do argumento (entre os quais quase passam despercebidos os nomes maiores de Gore Vidal e Maxwell Anderson) e a sensibilidade de um excelente realizador os garantes de um espectáculo cinematográfico que, nunca deixando de acompanhar as velhas receitas do filme bíblico, entretanto não se esgota nelas. Mas que corre o risco de ser a grandeza do trabalho para *cinemascope* atraída pelos cortes na adaptação da cópia ao pequeno *écran*.

### E Tudo o Vento Levou

(Quinta e Sexta, 22.00, Quatro)

Inútil retomar aqui, mais uma vez, a descrição da tórrida história de paixão e ódio vivida pela jovem Scarlett O'Hara e pelo aventureiro Rhett Butler, no cenário de violência e tensão que antecede o desencadear da Guerra da Secessão americana em meados do século passado. Recorde-se, apenas, que *E Tudo o Vento Levou* permanece sem dúvida como um dos monumentos do cinema de grande espectáculo, não só pelos impressionantes meios de produção envolvidos e pelo prolongado tempo da sua rotação, como, sobretudo, pelo impacte absolutamente anormal que provocou no público, permanecendo, durante vinte e seis anos (1940/1966), como o maior êxito de bilheteira desse período - e transformando-se num verdadeiro objecto mítico. Não se tratando de uma obra-prima, embora realizado por Victor Fleming com indimentável brilhantismo (tendo George Cuckor e Sam Wood como colaboradores na sua realização) o filme ficou ainda naturalmente marcado por algumas sequências admiráveis para a época (como a do gigantesco incêndio ou a do famoso plano-sequência filmado em *travelling* sobre grua, começando na figura de Scarlett e evoluindo em ascensão para revelar um campo

repleto de soldados feridos, acabando por descobrir, em primeiro plano, uma bandeira flutuando) e, sobretudo, pela escaldante interpretação de um par-culto do cinema da época - Vivien Leigh e Clark Gable. A comparar com a mistela que dá pelo nome de *Scarlett*, que o Canal 1 vem transmitindo...

### O Caçador

(Quinta, 00.20, TV 2)

Criticado por uns por dar uma visão da Guerra do Vietname em que a alegoria e o simbolismo funcionam como elementos que se substituem à realidade e exaltado por outros porque, não sendo alegadamente «um filme sobre o Vietname» ou «sequer uma reflexão sobre a guerra», estaríamos perante uma obra em que «o que define e faz evoluir as personagens é a experiência do conflito e não o conflito em si» (como o faz o *Boletim de Programas* da RTP) - *O Caçador* é um filme nitidamente populista destinado a desviar o espectador das questões centrais que estão na raiz do intensíssimo tema que aborda para privilegiar o pressuposto de que a experiência traumática do Vietname mais não foi do que uma empresa que (exclusivamente pelos seus resultados desastrosos) envergonhou o povo americano. Ou seja: não por se tratar de uma brutal e desumana guerra de agressão e ingerência num país terceiro soberano mas

porque os ressentimentos que nele se expressam face ao seu desfecho final (paradigmaticamente expressos na sequência do suicídio pela «roleta russa» de uma das personagens - Nick - imediatamente associado às «imagens de actualidades» da apressada partida de Saigão) constituem o escamotear das razões profundas da própria derrota (ou da vitória do outro), para propor ao espectador, sobretudo o espectador americano, uma forma *afinal nada ambígua* de renovar a coesão patriótica e o (ferido) orgulho no inabalável poderio nacional - o que, em última análise, lhe confere um carácter eminentemente reaccionário.

### As Montanhas da Lua

(Sábado, 15.00, SIC)

Algo irregular nos seus resultados finais, o filme não deixa de ser interessante de seguir ao narrar-nos cinematograficamente a aventura do explorador Sir Richard Burton em busca da nascente do rio Nilo em finais dos anos 80 do século passado. Um espectáculo com momentos de grande e espectacular cinema bem doseados pela atenção dedicada à compreensão mais recatada do «herói», enquanto indivíduo.

### Venham Ver O Paraíso

(Domingo, 14.45, SIC)

Uma jovem japonesa casada com um sindicalista norteamericano é enclausurada com a sua família num campo de internamento nos EUA para prisioneiros de guerra de ascendência japonesa. Com acção situada após o bombardeamento de Pearl Harbour pelo Japão, durante a II Guerra Mundial, este dramático filme de Alan Parker debruça-se sobre aspectos menos conhecidos e não menos polémicos da história recente dos EUA e retrata a luta do cidadão americano para libertar a sua mulher.

### O Segredo da Porta Fechada

(Domingo, 23.30, TV 2)

Filme muito mais amado pela crítica europeia do que pela crítica americana, *O Segredo da Porta Fechada* está, para Friz Lang, como *Rebecca* ou *Suspicion* está para Alfred Hitchcock. Criando através da movimentação da câmara, da exploração do cenário e da utilização da música um insuportável e ao mesmo tempo fascinante ambiente de *suspense*, Lang faz-nos penetrar na história terrível de uma mulher que suspeita que o homem com quem casou, obcecado pelas recordações do passado, acabará por matá-la...

### O Meu Caso

(Terça, 22.50, TV 2)

Encenado por Manoel de Oliveira em uma das suas mais extremas experiências de «teatro filmado», *O Meu Caso* é uma co-produção franco-portuguesa que parte da adaptação de uma comédia em um acto de José Régio para depois abordar o *Livro de Job*, na construção de um filme raro e insólito na obra do realizador.

### Domingo de Agosto

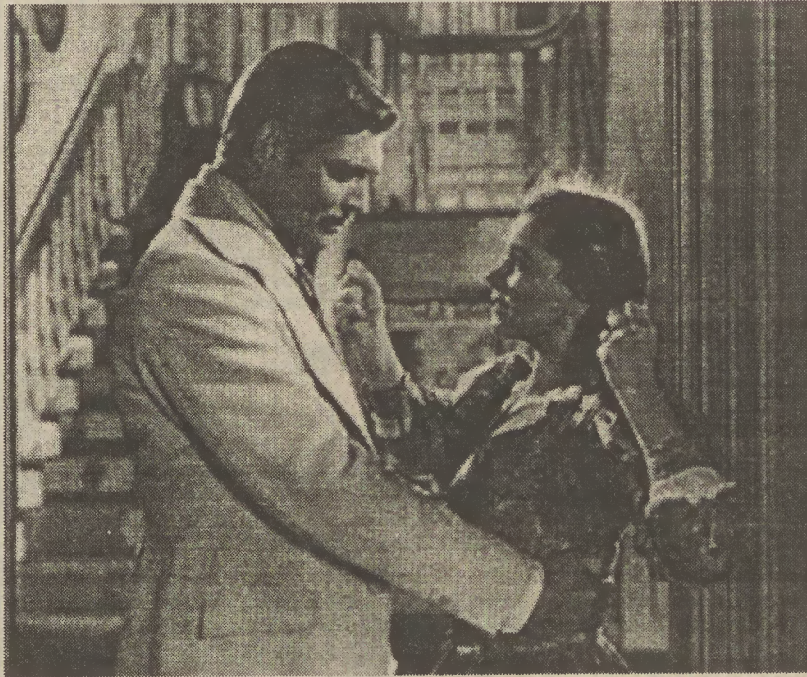
(Quarta, 15.00, SIC)

Realizado por um cineasta até aí especializado em documentários de arte, este filme representa por excelência a escola neo-realista italiana retratando as intrigas amorosas e as histórias cruzadas, de um punhado de personagens, habitantes de Roma, num Domingo de Agosto de 1949 na praia de Ostia. Marcado por uma época e por um estilo de fazer cinema, um interessante filme a rever.

### Batman

(Quarta, 22.40, Canal 1)

O destaque que aqui se faz não é tanto para exaltar particulares qualidades do filme mas antes para constituir necessária prevenção face a certa decepção que a sua visão pode provocar no espectador, tanto mais que o seu principal problema (estranho numa adaptação que parte de uma célebre «banda desenhada») é, precisamente, levar-se demasiado a sério, mais parecendo que ninguém se divertiu a fazê-lo, ressentindo-se o tom, sem dúvida, disso mesmo. A composição de Jack Nicholson, independente de alguns bons momentos, também não ajuda grande coisa e apenas a invenção e criatividade dos cenários - parecendo inspirados pelos de filmes como *Metropolis* (Fritz Lang) ou *Blade Runner* (Ridley Scott) - se mostram à altura da encomenda. O que não é muito.



Clark Gable e Vivien Leigh, numa conhecida cena de «E Tudo o Vento Levou», de Victor Fleming



Um fotograma de «Tempestade Sobre Washington», de Otto Preminger



# Azias e piroses...

■ Francisco Costa

Difícilmente um patrocínio publicitário poderia ser tão apropriado a um programa de televisão. Já devem ter esbarrado com ele: é aquele anúncio a um produto qualquer (talvez um pó - «o 115 do seu estômago!», esclarece uma voz) que, uma vez desfeito num copo e convenientemente ingerido, se destina a libertar-nos daquilo a que se costuma chamar de azia ou, ainda, no pitoresco e sempre inesperado linguajar destas coisas, de uma outra chaga que conhecíamos com outra terminação e, neste caso, dá pelo mais curto e curioso nome de pirose... Um produto apropriado, dizíamos, a este como afinal a tantos outros programas atacados do mesmo mal e que, envolvidos pelas fanfarras dos auto-vangloriados propósitos de imaginação e bom gosto, nos últimos tempos têm vindo a preencher o chamado horário nobre da SIC... Já devem ter percebido que, desta vez, nos referimos a essa coisa inominável que se chama «A Noite da Má Língua».

Curioso é constatar que, na estação de Carnaxide, as «inovações» que parece nascerem sempre (ou assim nos são apresentadas) como tendo subjacente uma ideia alegadamente consistente - sustentável e sustentada por uma «filosofia de programação» coerente a toda a prova - afinal, com a maior das facilidades, logo são subvertidas para servir os propósitos mais inconfessáveis. Lembra-se que, aqui há uns tempos, a SIC inventou uma zona da sua emissão que, sob o título genérico «Insónias», se destinava a preencher transversalmente, aos dias úteis, um período dedicado aos espectadores noctívagos que, não contentes com o facto de serem massacrados pelas desventuras do dia-a-dia, ainda se predispunham a levar com uma série de rubricas quotidianamente diferentes, as quais - dizia-se na promoção na imprensa, despertando aliás fortíssimas gargalhadas na população - pontualmente surgiram a seguir ao «Último Jornal»?

Pois os responsáveis da SIC, mal se deram conta de que a experiência demasiado madrugadora do citado programa conseguia exceder, em relação aos resultados almejados, as suas próprias expectativas, de imediato o transferiram para um horário mais recuado, porventura com a intenção de que, assim, à sua indispensável fruição pudesse aceder um maior número de espectadores - o que, de acordo com as sacrossantas regras da concorrência, não pode deixar de considerar-se como uma decisão altamente desinteressada e magnânime...

## O cantinho dos alarves

E que temos visto até hoje? Jamais seria imaginável que, nos nossos dias, um tal programa de televisão pudesse sequer ter nascido como ideia e, ainda mais, se tivesse concretizado e mantido. Porque nunca, como aqui, a televisão desceu a tais profundezas na encenação de um espectáculo de tão reles concepção segundo a qual quatro cidadãos se dispõem a botar tantas faladuras irresponsáveis - quais setas envenenadas dirigidas a torto e a direito - com todo o ar de que não se importam de confirmar tratar-se de alarves assumidos ou, o que é muito pior, de alarves por simpatia e oportunismo.

Mas se, no primeiro caso, já não é sequer estranho depararmos com um fulano que alegremente responde pelo nome de Serrão, como é então possível que outros dos convidados residentes, como Miguel Esteves Cardoso, apesar de tudo não sintam minimamente vergonha em fazer alarde das maiores enormidades, tanto mais confrangedoras quanto sonoramente sublinhadas pelas boçais gargalhadas de tão primário sujeito?

Como é possível que, uma, duas, três convidadas femininas do painel já tenham sucessivamente apostado em (e logo desistido de) participar em semelhante espectáculo - e, mesmo assim, o programa ainda tenha a lata de se manter?

Como não nos arrepiarmos com o facto de um jornalista de verbo irregular mas talentoso, como é Fernando Alves, não

ter hesitado um segundo em fazer a figura de *sucedâneo* de quarta escolha, agora de calças vestido - mesmo tendo avançado há dias, na sua primeira participação, o revelador e anarca alibi de pertencer a «uma classe de putas» (*sic*)?

E como não ficarmos estarecidos e desarmados perante as auto-justificações de um Alberto Pimenta - agora tão aparentemente indignado com a bandalheira geral do programa e com a cobardia particular das peças de Victor Moura-Pinto, que lhe estão na raiz - quando há já tanto tempo se haviam percebido as

verdadeiras intenções de pura chicana, habituais em programas como este e de resto inerentes à terrorista e reaccionária concepção de televisão como «arma de arremesso» a todos os azimutes?

Na verdade, se - como o próprio Pimenta tão «burguesmente» reconhece - «liberdade implica responsabilidade», como é possível que ele e outros como ele não se importem de trocar um prato de lentilhas pelas desgraçadas figuras de «robertos no palco do Mundo»?

## O cantinho dos Artistas

A oportunidade era a comemoração do 75.º aniversário de Leonard Bernstein - o grande compositor, maestro e pianista norteamericano, à data já falecido - que se realizou no Alice Tully Hall, de Nova Iorque, em 15 de Agosto de 1993, e à qual uma produtora americana deu a forma de um programa de televisão ao qual, um ano depois, agora tivemos o prazer de assistir.

A surpresa gratificante foi podermos participar, levado até nossas casas a partir do palco do grande auditório, de um convívio de familiares e amigos do célebre pedagogo com toda a transparência transpondo para ali as habituais reuniões que, por altura dos aniversários ou das datas passadas em família, se realizavam na casa dos Bernstein. E foram belíssimos de ver a naturalidade, o humor, a descontração, o calor humano e o sentido de multifacetada unidade (apenas implícita e nunca exageradamente valorizada ou vincada) que rodeava o *clã* Bernstein, como se ele ainda ali estivesse vivo e presente tudo conduzindo com o seu especial talento de animador e, mais importante ainda, como se

dele nos quisessem fazer participar com igual estatuto, sem por sua vez nos violentarem ou comprarem com exageradas familiaridades.

Jovialmente apresentado por uma das filhas de Bernstein, Jamie, o «espectáculo» foi então capaz de progressivamente envolver o espectador no seio de uma família de talentos mais ou menos desenvolvidos mas sempre expressos com a maior das simplicidades, quer através das canções escritas pelos filhos para celebrar as irregulares presenças paternas, constantemente interrompidas por longas ausências e *tournées* - como foi o caso das pequenas e deliciosas peças vocais a *cappella* «Interurbana» e «Comunicado de Imprensa»; quer na transcrição de outras melodias saídas da pena do compositor ou dos seus amigos íntimos, como Betty Comden e Alfred Green - autores teatrais e letristas responsáveis por centenas de canções, entre as quais as do filme *Cantando à Chuva*, que, com a saudável juventude dos seus setenta e tal anos, maravilhosamente cantaram algumas delas; quer ainda na participação de representantes ilustres de

várias gerações de artistas que com a família privaram, como a soprano June Anderson, o violinista Isaac Stern ou o maestro Michael Barrett. Tudo subordinado ao princípio de que tanto as grandes obras como as pequenas peças são partes integrantes de uma cultura que se pretende viva e diversificada e de que esta não foi feita para ser criada ou fruída em circuito fechado, com os ares solenes e sizudos que afastam ou intimidam.

Se o leitor não teve a oportunidade de passar os olhos e os ouvidos por este inesperado espectáculo, alimente a esperança de que brevemente a sua continuação venha a ter lugar. É que, embora a RTP, fiel como é hábito à sua distanciada postura, nada tenha adiantado antes ou depois do programa, pelo que vimos no *trailer* transmitido e comparámos com o que nos foi proposto, ainda muitos artistas estão para actuar - que podem ir de uma Lauren Bacall a um Wynton Marsalis - e é previsível que (para não exagerar...) a estação tenha partido o programa em dois.

O que, não sendo bom, já não é nada mau!





# de FOICE

## As brumas

Tenho cá para mim que estes dias de nevoeiro que deram em invadir a cidade nos últimos tempos têm qualquer coisa de premonitório. Bem pode o senhor da TVI espetar o dedo didáctico invocando frentes frias e quentes, as meninas da SIC estenderem as mãos no éter na esperança de atinarem com mapa mundi, ou as setinhas saltitantes da RTP ensaiarem valsas meteorológicas, que eu continuo na minha: as brumas e nevoeiros que nos assolam amiúde trazem água no bico. Vivermos nós na Idade Média e não faltaria quem me desse razão. Aqui anda bruxedo, macumba, magia negra.

Não percebo, de resto, porque motivo havemos de situar na idade das trevas, práticas e teorias que neste final de século, se alguma alteração sofreram, foi a de terem ganho foros de cidadania onde dantes eram excomungadas. Eu, por exemplo, que tinha o péssimo hábito de desmaiar nas igrejas, posso hoje dar-me ao luxo de ter chilikies à vontade, quando me dá para assistir a um concerto ou para lhes apreciar a arte sacra, sem receio de ser mandada para a fogueira, como decerto aconteceria há uns séculos. O que de pior me pode acontecer é que a solicitude dos fiéis me mande de charola num qualquer 115 a caminho de São José, o que não sendo experiência agradável também não me traz mal por aí além, pelo menos até ao momento de receber a conta do hospital.

É por isso que não me custa nada imaginar, quando o dia amanhece amortalhado em brumas, que alguém aproveitou a noite e o sono dos cidadãos para congeminar sabe-se lá o quê. Acho mesmo que valeria a pena organizar vigílias ali para as bandas de Belém e S. Bento, Terreiro do Paço e Lapa, Largo do Rato e Bairro Alto, só para citar alguns locais mais conhecidos, e ver se não há por lá luzes acesas toda a noite, fumos estranhos saídos das chaminés, cheiros a enxofre, raios e coriscos riscando os céus nocturnos, caravelas fantasmagóricas demandando africanas riquezas, homens embuçados de gabardina e chapéu mole vasculhando papéis e espreitando debaixo das alcatifas.

Bem sei que as minhas sulistas origens se casam mal com as brumas e me arrisco a ver fantasmas onde não existem, mais afeita que estou ao sol da planície e à lisura dos gestos, de coisas do outro mundo só conhecendo as almas penadas, os fogos fátuos dos cemitérios e as mouras encantadas das cisternas e dos poços em noites de estio povoadas de histórias e cantos de cigarra. Bem sei que os hábitos da corte - e do corte - tão comuns na capital do império, são como azeite na água para quem cresceu no respeito dos homens que nem para comer tiram o chapéu. Mas mesmo assim, há alguma coisa que cheira mal neste reino de brumas.

Se não, como explicar a sanha contra homens impolutos, anos a fio espiolhando-lhe os bolsos a as bainhas das calças, na procura de trocos perdidos na complexidade de uma gestão sem par?

Se não, como explicar os silêncios comprometidos, os compadrios, as corrupções, os inquéritos inclusivos, os milhares e milhões mal parados, os perdões fiscais em boa hora assinados, a venda por grosso e a retalho do erário público?

Se não, como entender as querelas lesivas do interesse nacional, as disputas na praça pública da roupa suja de cada um, sob o olhar cada vez mais atónito dos deserdados?

É sem dúvida culpa destas brumas londrinas em Lisboa. Anda por aí alguém à procura de um D. Sebastião, há séculos putrefacto. E cheira mal.

■ AF

# PCP propõe medidas de combate à droga e em defesa dos cidadãos

O Grupo Parlamentar do PCP formalizou em sede de debate na especialidade do Orçamento do Estado para 1995 um conjunto de propostas tendentes ao reforço e adopção de medidas de combate à droga.

Anunciadas segunda-feira em conferência de imprensa realizada na Assembleia da República que contou com a presença dos camaradas António Filipe (deputado), José Neto e Carlos Gonçalves, ambos do CC, estas propostas visam sobretudo a construção de novas instalações para forças e serviços de segurança em áreas carenciadas de policiamento, bem como o reforço de dotações para a instalação de centros de atendimento de toxicodependentes nos seis distritos onde não existe qualquer equipamento desta natureza.

Anunciada aos jornalistas foi ainda a apresentação de dois projectos de lei da autoria da formação comunista, um, estabelecendo a criação de uma rede pública, geral e gratuita de centros de atendimento de toxicodependentes e de comunidades terapêuticas; o outro, visando institucionalizar a apreciação anual pela Assembleia da República de um relatório a apresentar pelo Governo sobre a situação do País em matéria de toxicoddependência e de tráfico de drogas.

Mas a grave situação que hoje se vive ao nível da segurança urbana, em que é patente a incapacidade das forças de segurança para garantir em largas áreas a tranquilidade das populações, levou ainda o Grupo Parlamentar do PCP a lançar um

repto ao Governo no sentido de este estudar e decidir, de imediato, a transferência de parte significativa dos efectivos das forças policiais - afectos exclusivamente a missões de intervenção em ordem pública -, para missões de segurança e tranquilidade das populações.

Explicitando melhor o sentido da proposta do PCP, os participantes no encontro com os órgãos de comunicação social assinalaram que os efectivos dos corpos policiais de intervenção são excessivos, destinando-se apenas à repressão do protesto social, pelo que se afigura inteiramente correcta a sua "redução e integração dos agentes (sem perda de direitos) em missões de dissuasão da criminalidade".

Considerado inaceitável, ainda a este respeito, foi o facto de ao mesmo tempo que a criminalidade continua a alastrar nas ruas, vitimando as populações, existam centenas de agentes policiais, "sem outra função atribuída" que não seja a de com prontidão reprimir as lutas sociais contra a política do Governo".

Quanto à evolução deste fenómeno, em constante crescimento, recorde-se, existiam em Portugal, em 1992, segundo fontes fidedignas, cerca de 65 mil dependentes de heroína e cocaína e 100 mil consumidores ocasionais de haxixe, o que dá bem ideia do drama em que vivem milhares de famílias e da dimensão da insegurança e intranquilidade das populações vitimadas por delitos associados ao tráfico e consumo de drogas.

## Estudantes manifestam-se professores em greve Luta acesa volta ao Ensino

Uma manifestação nacional dos estudantes do Ensino Superior, a que se associariam os estudantes do Ensino Secundário de Lisboa, estava marcada para quarta-feira (já depois do fecho desta edição do «Avante!»), fazendo prever um final de primeiro período lectivo muito agitado, já que para sexta-feira está igualmente marcada uma greve de professores convocada pela FENPROF (ver notícia da página 9). São velhas questões sobre o sistema de ensino e profissionais que se retomam, perante a evidente falta de capacidade do Governo e do Ministério da Educação de resolver os grandes problemas do ensino em Portugal de forma satisfatória para os seus protagonistas: docentes, alunos e também pessoal não docente que, segundo a CGTP, irão estar a braços com um despedimento colectivo de seis mil trabalhadores.

A semana de contestação iniciou-se na associação dos estudantes do Instituto Superior Técnico (IST) que montou segunda-feira a "universidade modelo", uma alegoria que pretende mostrar as principais deficiências do Ensino Superior em Portugal.

O 'campus', a que os estudantes do IST chamaram "é uma universidade portuguesa concertada", e foi montado na alameda daquele complexo universitário.

"Trata-se de um evento de sensibilização da opinião pública para os graves problemas que os alunos das faculdades portuguesas enfrentam", refere um comunicado da associação de estudantes do IST.

No mesmo texto pode ler-se a composição desta universidade caricatural: residências universitárias (tendas de campismo), cantina com uma única linha de serviço (comida de cão), sala de estudo com anúncio de desactivação e "uma sala de aula em que metade dos alunos fica no chão ou no exterior".

"As várias acções de contestação à política educativa deste Governo irão culminar com a manifestação de 7 de Dezembro em que será julgado um ano de

mandato de Manuela Ferreira Leite à frente do Ministério da Educação", conclui o texto da associação académica, que se associou assim às acções de contestação à política educativa do governo.

### Seis mil funcionários para o desemprego?

Entretanto a CGTP exigiu que o Ministério da Educação tome medidas para acabar com a violação da legalidade inerente ao despedimento colectivo de mais de seis mil trabalhadores não docentes.

Segundo a CGTP, o Governo "prepara-se para fazer" o maior despedimento colectivo na Administração Pública, no que é "uma atitude política de grande irresponsabilidade e perfeitamente ilegal".

A maioria dos trabalhadores abrangidos estava contratada a termo certo há mais de três anos, sendo este o limite legal para os trabalhadores não integrados na Administração Pública, sublinhou a CGTP.

Para a central sindical, todos os trabalhadores em risco de serem despedidos, estão a suprir necessidades de carácter permanente nas escolas, pelo que o seu despedimento originaria o "caos organizativo" nos estabelecimentos de ensino.

## A estrela de seis pontas

A editorial «Avante!» anunciou esta semana que o livro de Manuel Tiago, «A Estrela de Seis Pontas» será publicamente lançado no próximo dia 14 de Dezembro, numa sessão que se realizará às 18 horas, na sala Petrópolis do Hotel Altis, em Lisboa. Nesta sessão de apresentação do romance do autor de «Até Amanhã Camaradas», participará o Presidente do Conselho Nacional do PCP, Álvaro Cunhal.

MANUEL TIAGO

A ESTRELA DE SEIS PONTAS



## Angola

### Nota da Comissão Política

No seguimento de posições já anteriormente expressas pelo PCP sobre a questão angolana, a Comissão Política entende sublinhar os seguintes pontos:

1. O PCP sempre tem defendido que Portugal deve manter um relacionamento privilegiado de cooperação com Angola e os outros PALOP's, de acordo, aliás, com o imperativo constitucional.

2. Na consideração das relações entre os dois Países e Estados, o PCP condena firmemente que responsáveis políticos portugueses invoquem hipocritamente uma pretensa «equidistância», colocando no mesmo plano o relacionamento do Estado português com os órgãos de soberania da República de Angola e com uma força político-militar agressora — a UNITA — que recusou aceitar os resultados de eleições reconhecidamente livres e justas e é responsável, com os seus apoios externos, pelo estado de guerra em Angola.

3. O PCP sublinha que não acompanha, e critica, que forças e responsáveis políticos façam das relações entre os dois Estados um aproveitamento que, a par de motivações de política interna, tende objectivamente a criar dificuldades ao processo de paz angolano, a fortalecer as posições da UNITA e a criar dificuldades ao normal relacionamento entre os dois Países e Estados.

4. O PCP critica o Governo e o Primeiro-Ministro pela ambiguidade e falta de transparência e de exactidão com que abordam factos recentes perante o País, e pelas contradições que têm caracterizado as suas relações com Angola, conceder apoios e facilidades em território nacional à UNITA, que esta tem utilizado, quer para se ingerir na vida política interna portuguesa, quer para a sua estratégia de combate político e militar contra o Governo de Angola, para boicotar o processo de paz e prolongar o sofrimento do povo angolano.

5. Se já antes do acordo de Lusaka não era admissível a existência de escritórios e a concessão de facilidades e outras conhecidas protecções à UNITA em território português, o PCP considera que a sua manutenção após a assinatura daquele acordo viola os princípios em que devem assentar as relações entre os dois Estados.